

PLANO E ORÇAMENTO 2010

ACÇÃO SOCIAL · OBRAS MUNICIPAIS, PROTECÇÃO CIVIL E AMBIENTE
EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE · PLANEAMENTO
E URBANISMO · **ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO** · TURISMO, BIBLIOTECA E MUSEUS · **ACÇÃO SOCIAL**
OBRAS MUNICIPAIS, PROTECÇÃO CIVIL E AMBIENTE · EDUCAÇÃO,
CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE · **PLANEAMENTO E URBANISMO**
ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
TURISMO, BIBLIOTECA E MUSEUS · **ACÇÃO SOCIAL** · OBRAS
MUNICIPAIS, PROTECÇÃO CIVIL E AMBIENTE · **EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO E JUVENTUDE** · PLANEAMENTO E URBANISMO
ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
TURISMO, BIBLIOTECA E MUSEUS · **ACÇÃO SOCIAL** · **OBRAS
MUNICIPAIS, PROTECÇÃO CIVIL E AMBIENTE** · EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO E JUVENTUDE · **PLANEAMENTO E URBANISMO**
ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
TURISMO, BIBLIOTECA E MUSEUS · **ACÇÃO SOCIAL** · OBRAS
MUNICIPAIS, PROTECÇÃO CIVIL E AMBIENTE · **EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO E JUVENTUDE** · PLANEAMENTO E URBANISMO
ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
TURISMO, BIBLIOTECA E MUSEUS · **ACÇÃO SOCIAL** · **OBRAS
MUNICIPAIS, PROTECÇÃO CIVIL E AMBIENTE** · EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO E JUVENTUDE · **PLANEAMENTO E URBANISMO**
ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO





ÍNDICE

INTRODUÇÃO | 1

**PROPOSTAS DOS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO
COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 7**

PRESIDÊNCIA | 9

ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO | 55

PLANEAMENTO E URBANISMO | 70

OBRAS MUNICIPAIS, PROTECÇÃO CIVIL E AMBIENTE | 92

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE | 105

TURISMO, BIBLIOTECA E MUSEUS | 154

PLANO E ORÇAMENTO 2010 | 166

GOP – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

PAM – PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL

MAPA DE EMPRESTIMOS

MAPA DE TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

introdução

INTRODUÇÃO

O ano de 2010 marca o início de um novo mandato dos órgãos autárquicos, pelo que as grandes opções do plano reflectem as propostas que foram sufragadas nas eleições de Outubro de 2009, as quais assentam em sete grandes eixos prioritários de actuação: Desenvolvimento económico e emprego, Ambiente, Educação, Acção social, Saúde, Requalificação da rede viária e Cultura.

Nas áreas de actuação referidas, algumas das soluções são de continuidade de políticas já implementadas com êxito ou a conclusão de projectos em curso, como é o caso do saneamento básico, sem prejuízo de novas apostas de futuro, considerando as dinâmicas sociais sempre presentes e os vários desafios que sempre vão surgindo.

A difícil conjuntura económica nacional e internacional, tem necessariamente reflexos graves no orçamento municipal, quer pelo abrandamento das actividades económicas, em especial dos sectores do imobiliário e construção, com reflexos significativos nas receitas fiscais e urbanísticas municipais, quer pelo encerramento de empresas e conseqüente agravamento das taxas de desemprego que obrigam a uma especial atenção do Município para suprir as necessidades de muitas famílias atingidas.

Por outro lado a oportunidade de captação de fundos comunitários no âmbito do QREN para a execução das necessárias infra-estruturas, equipamentos e desenvolvimento de programas, obriga a um esforço técnico e financeiro notável, já que os projectos financiados têm sempre associado a um investimento próprio na ordem dos 30 a 40% do investimento, bem como, na generalidade, despesas com a aquisição de terrenos e em muitos casos de execução de infra-estruturas.

É pois este o grande desafio que o Município enfrenta: diminuição de receitas, aumento da despesa na área social e educação, necessidade de investir para captar fundos comunitários.

A resposta a este dilema obriga a um exercício de grande rigor, assente numa clara definição de prioridades orientada para a captação de fundos comunitários e num rigoroso controlo de despesas, evitando-se qualquer desperdício.

É isso o que se reflecte no orçamento, onde cerca de 44,6% do valor total orçado em despesas de capital é afecto ao departamento de ambiente e obras municipais, representando o departamento 36% do valor previsto para o total da despesa, no montante de cerca de 43,3 milhões de euros.

De igual modo, a despesa de capital afecta à educação sofreu um aumento de cerca de 91% face ao ano anterior, por força da construção/ ampliação/ reabilitação do parque escolar do concelho, de forma a dotar a população em idade escolar de centros integrados de ensino, com várias valências, procurando-se desta forma, contribuir para o desenvolvimento e crescimento das crianças, proporcionando-lhes adequadas condições de aprendizagem para uma melhor integração futura na sociedade e no mercado de trabalho.

Da mesma forma é de realçar o aumento da despesa total indexada à acção social, face ao ano anterior, o que espelha a atenção do executivo relativamente aos mais carenciados, através de vários projectos de acção social, mas também os investimentos, de forma indirecta, concedidos através de apoios vários às instituições de solidariedade social.

Sectorialmente e sem prejuízo de uma análise mais detalhadas dos capítulos respectivos, merecem-nos destaque os seguintes investimentos e actividades:

A área do saneamento básico, como foi referido, continua a ser uma das grandes apostas do município, prevendo-se a conclusão de todas as infra-estruturas nos próximos 2 anos.

Na área do abastecimento de água, concluíram-se nos últimos 4 anos, toda a rede de abastecimento em baixa e concluiu-se a construção de 15 reservatórios de água, o que veio permitir uma reserva de água que permite garantir o abastecimento durante 48 horas em caso de avaria grave, prevendo-se a construção dos últimos 4 reservatórios, que constam no programa de investimentos municipal.

A conclusão de toda a rede de reservatórios e de distribuição já efectuada, garante-nos um dos sistemas mais fiáveis de acordo com os parâmetros internacionais.

Na área da drenagem, transporte e tratamento de águas residuais, concluíram-se no último mandato as obras dos sistemas em alta e em baixa das bacias de Rio Maior, Silvalde e Beire, Mamoá/ Antuã e Remolha, o que garante actualmente uma taxa de cobertura de saneamento com tratamento de mais de 50% do município. Para 2010 prevê-se a conclusão das obras dos sistemas interceptores de Fiães, Uíma Mintante, Vila Maior, Uíma Jusante, Inha, bem como a conclusão das ETAR de Canedo e do Inha, bem como a reabilitação de parte de alguns sistemas interceptores em exploração.

Prevê-se também o arranque da construção das redes de drenagem de águas residuais (em baixa) nas Bacias de Laje e Cáster e a conclusão da rede em baixa nas Bacias do Douro, estas últimas a cargo da Indáqua – Feira no âmbito do adiantamento ao contrato de concessão.

Na área do ambiente merecem destaques dois projectos a iniciar em 2010:

A reabilitação e gestão activa do corredor ecológico do rio Uíma, cuja candidatura ao QREN foi já objecto de comunicação de intenção de aprovação, tendo-se já iniciado os trabalhos da 1ª fase. Neste projecto, merece especial destaque a construção de um percurso pedonal/ passadiço, ao longo das margens do rio uíma, num troço de cerca de 4 Km ligando os lugares da Tabuaça (Sanguêdo/ Lobão) à Rua do Rio (Fiães/ Lobão).

O projecto-piloto de compostagem doméstica em parceria com o município de V.N. Gaia, CCDRN e Suldouro, tendo como principal objectivo a promoção da redução de matéria orgânica a enviar para o aterro e o aumento da consciência ambiental da população.

Na área do desenvolvimento económico, para além dos vários programas direccionados para o empreendedorismo, fomento e dinamização de conhecimento para as empresas e empresários, de destacar a actualização dos processos relacionados com as zonas industriais existentes.

Neste âmbito prevê-se ainda o arranque no terreno das obras do parque empresarial da recuperação de materiais (PERM), encontrando-se em fase de análise de propostas o concurso para a selecção do parceiro privado, no âmbito do processo de constituição de uma parceria público-privada para a construção e gestão do parque.

Idêntica solução será avançada para o parque empresarial da cortiça (PEC), cujo projecto de execução se encontra em revisão.

É de destacar também neste âmbito o efectivo arranque no terreno do Feiraparque, cujo edifício sede e de acolhimento de empresas se prevê concluir em 2010.

Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento económico é importante salientar que a aposta no sector da cultura e nos equipamentos e eventos de referência, aposta consolidada do município, se insere nesta estratégia de desenvolvimento e diversificação, pelas dinâmicas comerciais, sociais e turísticas que potencia.

No que diz respeito ao parque escolar, destaque para o forte investimento previsto para 2010 e anos seguintes, na continuidade da aposta já iniciada há 3 anos, estando a decorrer várias empreitadas de construção de centros escolares com conclusão prevista para o corrente ano, prevendo-se o arranque em 2010 das empreitadas de construção de centros escolares de Valrico (Souto), Canedo e Arrifana, bem como dos jardins-de-infância do Vale e de Sanguêdo, e ainda a apresentação de candidaturas para os centros escolares de Escapães, Fornos, Guisande, Rio Meão, Travanca e Vila Maior. Estes investimentos, para além da modernização do parque escolar, são geradores de emprego e desenvolvimento, por proporcionarem trabalho às empresas locais.

Merece ainda especial referência as obras já iniciadas para a construção/ ampliação da E.B. 2.3. de Paços de Brandão, a conclusão do projecto e lançamento da empreitada da nova E.B. 2.3. da Feira (pendente reprogramação financeira em negociação com o Ministério da Educação), bem como as obras de ampliação da Escola Secundária da Feira, esta da responsabilidade da “Parque Escolar” que irá receber também os 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Sendo a educação uma prioridade da actuação política do executivo, tendo em conta o papel determinante que detém no desenvolvimento integrado da comunidade, para além da renovação do parque escolar, o município vai manter a sua aposta no combate ao abandono e insucesso escolar, à melhoria da qualidade do ensino e na ampliação da procura de formação ao nível secundário e superior, bem como a procura de formação ao longo da vida, procurando ainda promover e garantir a igualdade de acesso ao ensino, assegurando o desenvolvimento social do concelho e afirmando-se como concelho educador capaz de responder a desafios da sociedade da informação, do conhecimento, empreendedorismo e inovação.

Este investimento além da grande melhoria na educação é um forte dinamizador da economia porque gerador de emprego de proximidade.



As várias medidas e projectos previstos, a acção social escolar, designadamente os apoios financeiros aos agregados familiares mais carenciados para a aquisição de livros, material escolar e didáctico, refeições e lanches escolares, traduzem estas apostas.

No que diz respeito ao planeamento e urbanismo é de realçar o trabalho de modernização dos serviços em especial ao nível das plataformas “Nortear” e “Face”, sendo hoje amplamente reconhecidos ao nível nacional. O esforço da modernização e os serviços on-line actualmente ao dispor dos cidadãos, estão pouco divulgados para grande parte dos munícipes, pelo que se irá fazer um esforço para que se verifique uma efectiva transferência do canal presencial para canais remotos de atendimento (Internet), proporcionando economias ao nível de tempo e custos de deslocação.

A conclusão do processo de revisão do PDM tem sofrido várias vicissitudes, por força de diversas alterações legislativas e constituição de uma nova comissão de acompanhamento. Para 2010 prevê-se a conclusão e validação de todos os trabalhos de revisão, para posterior aprovação das propostas, discussão pública e aprovação e depósito na DGOTDU.

Prevê-se também o arranque da elaboração de planos de urbanização e/ ou planos de pormenor, bem como a elaboração de vários planos estratégicos em várias freguesias.

A política social do município, pela qualidade dos projectos e dinâmica de actuação, tem sido uma referência nacional. Como resultado da conjuntura socioeconómica, nomeadamente o aumento significativo do número de desempregados, as solicitações aumentaram significativamente, pelo que em 2010 se prevê a necessidade de implementar e reforçar as medidas de atenuação dos factores de vulnerabilidade, assegurando os direitos e as necessidades básicas destas famílias e dos seus elementos, em particular as crianças e os idosos.

Os vários programas existentes vão ser consolidados e ampliados, bem como as parcerias, protocolos, mercado da solidariedade, etc. Paralelamente vamos procurar fomentar a responsabilidade social das empresas e da cidadania empresarial, de que são exemplo o cartão concelho solidário, rede de restaurantes solidários, programa sorrisos/ dentistas solidários, entre outros.

No que diz respeito aos equipamentos sociais destaque para a comparticipação financeira e técnica do município às IPSS's, nomeadamente no apoio às candidaturas aprovadas ao programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais), com 5 creches, 7 lares de idosos, 3 centros de dia, 2 serviços de apoio domiciliário, 2 residências autónomas para pessoas com deficiência e ao POPH (Programa Operacional Potencial Humano), com 1 lar de idosos, 1 serviço de apoio domiciliário para população com deficiência e 1 centro de actividades ocupacionais.

No que diz respeito à administração e finanças e considerando o difícil contexto económico, com a diminuição significativa de receitas fiscais e urbanísticas, o rigor será a palavra de ordem, tendo em vista manter o prazo médio de pagamentos e o cumprimento das obrigações do município.



Ao nível dos recursos humanos prosseguirá a implementação do SIADAP e a qualificação e optimização do funcionamento interno dos serviços municipais.

A nível da informática e organização procurar-se-á alargar a todos os serviços municipais o projecto de modernização administrativa já implementado no pelouro do urbanismo, bem como implementar o sistema de contabilidade de custos, disponibilizando – se assim importantes ferramentas de apoio à decisão.

Finalmente uma nota sobre os investimentos na área da saúde, ao nível de novos edifícios, para a constituição de mais 5 unidades de saúde familiar e um novo centro de saúde. Procurando-se o lançamento no corrente ano dos edifícios de Milheirós de Poiães e Argoncilhe.

Embora não sendo matéria da responsabilidade do município, este sector tem merecido uma especial atenção do executivo, tendo em conta a sua importância para a qualidade de vida da população, o que levou à celebração de um contrato programa com o ministério da saúde para a execução dos edifícios em falta completando-se assim a rede de cuidados de saúde primários em todo o concelho.

Como nota final, cremos ser de realçar novamente o esforço de investimento do município para a captação de fundos comunitários, aliado a uma conjuntura económica extremamente desfavorável, o que obrigará a uma atenção redobrada e rigorosa no controlo das despesas.

**propostas dos partidos da
oposição com representação
na assembleia municipal**



PROPOSTAS DOS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Conforme é prática habitual foram solicitadas propostas aos partidos da oposição representados na Assembleia Municipal, tendo apenas respondido a CDU – PCP – PEV.

A generalidade das propostas, na medida do possível, consta nos documentos apresentados pelo executivo municipal, sendo as áreas de intervenção prioritárias propostas pela CDU, quase coincidentes com as propostas do executivo.



Exmo. Sr. Presidente
da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010 são instrumentos fundamentais para a concretização de políticas de desenvolvimento social e económico no Município feirense.

CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

O Concelho de Santa Maria da Feira é um dos concelhos do Distrito de Aveiro mais duramente atingidos pela actual crise económica e social.

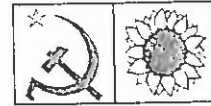
Na verdade, as consequências da Governação do PS têm tido especiais impactos negativos no concelho. Mas é também um facto que o Executivo não tem respondido às necessidades sociais prementes da população feirense. O desemprego e a pobreza a aumentar, num quadro de uma grave crise financeira internacional, reclamam desta autarquia uma outra atenção ao serviço das populações.

A realidade ilustra-o plenamente e os constrangimentos actuais exigem soluções urgentes e uma outra política, como dão nota inúmeros exemplos: o velho e desajustado parque escolar; os atentados ambientais que persistem (descargas nos rios, lixeiras a céu aberto, fossas subdimensionadas); o aumento dos encargos para os munícipes (taxa de rede, aumento das tarifas da água, novas taxas de estacionamento, entre outras); a ausência total de uma rede de transportes coordenada e acessível (de que é exemplo a inexistência do tão prometido centro coordenador de transportes), a falta de mobilidade e acessibilidade no concelho, etc. etc.

Os problemas sociais assumem, porém, no momento actual e no concelho, particular gravidade, sem que o Executivo evidencie qualquer intenção ou iniciativa consentânea com a sua dimensão, salientando-se a situação nas seguintes empresas:

CDU

PCP-PEV



Rohde – o maior fabricante de calçado, com alta capacidade e tecnologia produtiva, está completamente parado e na iminência de lançar no desemprego perto de mil trabalhadores, o que representaria um verdadeiro crime social.

Suberus – sendo o segundo maior grupo corticeiro do país, encontra-se na corda bamba e em risco de destruir também muitas centenas de postos de trabalho.

O desemprego atingiu níveis históricos, representando o Município feirense mais de 50% das inscrições no Centro de Emprego de S. João da Madeira, aumentando significativamente os níveis de pobreza, reduzindo o poder de compra das populações e aumentando drasticamente o desemprego entre mulheres e trabalhadores com idade superior a 50 anos.

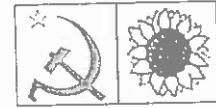
PROPOSTAS

Assim, e dado que a situação infelizmente pouco evoluiu, tendo inclusive, nalguns aspectos, registado sérios agravamentos, entendemos que deverão ser cinco as áreas de intervenção prioritária do Executivo, a saber: Acção social, Emprego, Ambiente e Planeamento, Educação e Transportes.

De uma forma sucinta, comunistas e ecologistas expõem aquelas que consideram ser algumas das medidas que deverão ter tradução a nível orçamental como condições necessárias e urgentes para a melhoria do nível de vida das mulheres e homens feirenses.

Acção social

- Reforço dos programas destinados à inserção social das famílias mais carenciadas;
- Reabilitação dos equipamentos destinados à habitação social e manutenção das rendas a preços simbólicos, garantindo o direito fundamental a uma habitação digna às famílias sem recursos económicos;



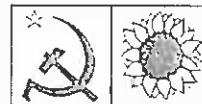
-
- Criação de uma rede de transporte com sede nas Juntas de Freguesia que permita a qualquer idoso ou incapacitado a compra de medicamentos, com um simples telefonema.
 - Criação de um serviço ao domicílio de pequenas reparações domésticas, para pessoas idosas ou incapacitadas.
 - A conclusão da rede de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, numa perspectiva de serviço público, com preços, taxas e tarifas acessíveis a todas e todos;
 - Reforço dos programas destinados à inserção social das famílias mais carenciadas;

Emprego

- Análise da situação sócio-laboral do Município: causas, consequências e soluções e intervenção urgente junto do governo em defesa do emprego.
- Adopção de políticas de incentivo à fixação de pequenos e médios empresários no Município e de permanência das multinacionais nele instaladas;
- Planeamento e requalificação das zonas industriais.

Ambiente e Planeamento

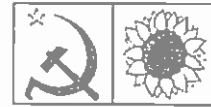
- A adopção progressiva de um plano de recolha de lixo a efectuar com maior periodicidade semanal em todas as freguesias do Município, implementando gradualmente a recolha selectiva e a triagem do lixo pelo munícipe, em sua casa;
- O aumento efectivo da rede de Ecocentros, permitindo uma maior proximidade com as cidadãs e cidadãos, por forma a erradicar as lixeiras de beirama de estrada;
- A adopção progressiva, em todos os serviços da Câmara Municipal, da utilização de papel reciclado e impressão dos documentos oficiais em frente e verso;
- A dotação de todas as Freguesias do Município de casas mortuárias condignas;
- A dotação do matadouro municipal com equipamentos de incineração e deposição de animais (domésticos e outros) mortos;
- Utilização de água não tratada para a limpeza de ruas;
- Recuperação do Edifício da Malaposta de Sanfins;



-
- Eliminação das barreiras arquitectónicas que condicionam a mobilidade dos cidadãos e que a CDU tem vindo a denunciar com exemplos concretos na sua campanha dos Pontos Negros;
 - Reivindicação de um novo espaço que garanta as condições adequadas e dignas para a instalação e funcionamento do Tribunal Judicial de Santa Marija da Feira;
 - Selagem das pedreiras de Lourosa;
 - Remoção de todas as coberturas de "Fibrocimento" nos edifícios que são da responsabilidade do Município, começando pelos Jardins de Infância, como foi promessa do vereador Emídio Sousa;
 - Ligação de todas as escolas à rede de saneamento básico, acabando com o recurso às cisternas.
 - Encetar negociações no sentido de se criar uma rede de ciclovias na qual o Município faça parte integrando assim a rede europeia com esse fim;
 - Negociação com os privados a resolução do problema ambiental que constituem as pedreiras desactivadas existentes um pouco por todo o município;
 - Criação de um corpo de fiscalização ambiental efectivo, sob a tutela do Vereador do Ambiente.
 - Criação do "Provedor do "Ambiente e Meio Natural" com o fim de poder intervir opinando e aconselhando.
 - Recolha, em todas as freguesias, dos lixos dos cemitérios em separado dos RSU, pois os mesmos são maioritariamente biomassa e, como tal, facilmente compostáveis.¹
 - Implantação de caixas de areia, (ex. Rossio) para os caniços equipadas com caixotes para as fezes e luvas descartáveis.
 - Monitorização da Ribeira da Lage, Ribeira do Caster, Rio Inha, Rio Maior, Rio Úl e Uima, no que se refere aos seus principais poluidores industriais.

Educação

¹ Estes resíduos representam no seu todo e por estimativa inferior, mais de 250 toneladas anuais.



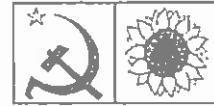
-
- Substituição e melhoria dos equipamentos da rede escolar de Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1º ciclo, que se encontrem desadequadas ao desenvolvimento das aprendizagens e substituição imediata das salas modulares pelos edifícios existentes, melhorados e requalificados;
 - Defesa da manutenção das Escolas EB1 no Município;
 - Monitorização da contratação de professores para as actividades de enriquecimento curricular, garantindo salários e horários dignos e transparência no processo de contratação;
 - Construção de uma escola secundária no concelho;
 - Criação de um programa concelhio que possibilite a aprendizagem gratuita de natação a todas as crianças;
 - Tornar todas as escolas do município auto suficientes energeticamente, dotando-as de painéis de aquecimento de águas sanitárias e posteriormente de painéis foto voltaicos.
 - Correção de todas as anomalias e insuficiências registadas nos novos Centros Escolares recentemente inaugurados.

Transportes

- Reforço da frota da rede de transportes municipais – Transfeira - ampliação de percursos e horários da mesma e dotação dos veículos e paragens de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Construção de um centro coordenador de transportes;
- Construção de paragens de autocarros com abrigo nas diversas freguesias do município;
- Defesa da requalificação da linha do Vale do Vouga, com investimento municipal a acordar com as entidades gestoras da linha;

Pluralidade democrática

Mantém-se, ainda, a necessidade de uma política de maior proximidade e participação dos munícipes numa gestão democrática e que permita o acesso por todos à informação sobre os órgãos autárquicos e cumprimento do mandato de todos os eleitos locais:



- Criação de um serviço e de terminais informático em todas as Juntas de Freguesia por forma a que todas e todos possam consultar o estado de processos que tenham a decorrer junto na Câmara Municipal, com acesso pessoal de cada munícipe, garantindo a confidencialidade dos dados pessoais.

- Upgrade na página da Internet do Município incluindo uma ligação a uma página de cada Junta de Freguesia (desenvolvida pelo Município) e da Assembleia Municipal, com alguns destes conteúdos:

- Juntas de Freguesia: informação relevante (designadamente caixas de correio para o cidadão enviar queixas, dúvidas e/ou reclamações; informação sobre farmácias de serviço, moradas e contactos de equipamentos existentes – escolas, bibliotecas, fóruns, auditórios, entre outros – iniciativas e informação relativa ao andamento dos trabalhos dos executivos e das assembleias de freguesia);

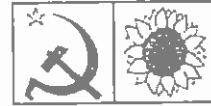
- Respeito pela Directiva 1/2008, sobre publicações autárquicas, emanada pela Entidade Reguladora da Comunicação Social, que prevê que “tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitas ao respeito pelo princípio do pluralismo, encontram-se obrigadas a veicular a expressão das diferentes forças e sensibilidades políticas que integram os órgãos autárquicos”, princípio claramente violado pela edição do Boletim Municipal que apenas veicula a opinião e acção do PSD, como acabou por ser reconhecido recentemente pela própria ERC.

Assembleia Municipal

- Reforço da dotação orçamental para o funcionamento da Assembleia Municipal garantindo, nomeadamente:

- a disponibilização de uma sala no edifício da Câmara Municipal para utilização dos partidos com assento na Assembleia Municipal;

- a criação de uma conta de correio electrónico para todos os membros da Assembleia Municipal;



- o reforço de técnicos afectos ao apoio administrativo à Assembleia Municipal, garantindo a entrega de documentos em suporte papel e electrónico em tempo adequado;
- introdução na página internet da Câmara Municipal dos seguintes conteúdos: informação relativa sua composição, actividade, reuniões e temática debatida nas Assembleias Municipais, informações relativas aos Grupos Municipais (composição, actividade e trabalho desenvolvido), e, bem assim, balanço e estatísticas da actividade deste órgão municipal;
- gravação das sessões com possibilidade de disponibilização online.

CONCLUSÃO

A CDU sublinha que o ano de 2009, por acção do PS, aprofundou a concretização legislativa do desmantelamento do Estado e das suas funções sociais, com a privatização de serviços públicos e com a destruição dos direitos dos trabalhadores e a precarização dos seus vínculos laborais. A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (regime dos vínculos, carreiras e remunerações), o novo Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho (SIADAP), o novo Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas e o Regime do Contrato de Trabalho dos Trabalhadores desse sector (que entrou em vigor em 2009), representam marcos legislativos da ofensiva sem precedentes aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, que afectarão negativamente os trabalhadores desta autarquia.

A par deste ataque, o Governo do PS continua o processo de transferência de competências para as autarquias, reforçando a sua desresponsabilização pelas funções sociais e constitucionais, ao mesmo tempo que não transfere os meios técnicos e financeiros necessários, o que implica o claro prejuízo dos cidadãos que deixarão de aceder a serviços públicos.

CDU

PCP-PEV



Nesta medida, reclamamos do Executivo uma política mais social, mais justa, no interesse dos munícipes, na defesa dos seus interesses e justas aspirações.

A Comissão Coordenadora da CDU

Santa Maria da Feira, 22 de Fevereiro de 2010

pelouro
presidência

DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL

Introdução

Em 2009, assistiu-se a um aumento significativo das solicitações à Divisão de Acção Social, ao nível da acção social, resultado da actual conjuntura socioeconómica, nomeadamente, o aumento significativo dos desempregados no último ano (5776 em Setembro de 2008 para 8951 em Setembro 2009 - nº de inscritos no IEFP), como consequência do encerramento de diversas unidades fabris, que tende a agravar-se com a perspectiva de encerramentos de outras unidades actualmente em Lay-Off. É de referir os baixos níveis de qualificações escolares e profissionais deste grupo, em que cerca de 44% apresentam qualificações iguais ou inferiores ao 2º ciclo de escolaridade, sendo que 67% têm idade igual ou superior a 35 anos, assim como a característica de monoespecialização da população concelhia, o que representa um baixo grau de diversificação de competências profissionais e dificulta a reintegração no mercado de trabalho.

Tendo presente o exposto, e face a uma maior velocidade de perda de empregos, por comparação com a criação de novos postos de trabalho, bem como a previsão do término do subsídio de desemprego nos próximos 2/3 anos de um número substancial de actuais beneficiários, o que provocará a ruptura do equilíbrio socioeconómico de inúmeras famílias, em 2010 prevê-se a necessidade de implementar e reforçar as medidas de política de atenuação dos factores de vulnerabilidade, assegurando os direitos e as necessidades básicas destas famílias e dos seus elementos, em particular as crianças e os idosos.

Será de realçar a activação e o aumento dos serviços de apoio social, associados à concertação de parcerias na intervenção, e à criação de novas medidas excepcionais de política social, para fazer face a estas novas vulnerabilidades emergentes.

Sendo 2010 o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, importa encorajar a participação e o compromisso político de todos os segmentos da sociedade para um envolvimento efectivo na luta contra a pobreza e exclusão social, através de uma consciencialização crescente em que é imperioso conciliar o desenvolvimento económico com a coesão e justiça social, salientando uma maior responsabilidade social das empresas.

Face a este cenário, colocam-se novos desafios que encerram em si novas oportunidades de intervenção. O Plano de Actividades, agora apresentado, centra a sua acção na consolidação e ampliação das actividades na área do Emprego/Formação Profissional, através do reforço da Agência Local em Prol do Emprego de Santa Maria da Feira (apoio à criação do próprio negócio, educação e formação de adultos, Clubes ALPE e bolsa de ofertas); criação de um Centro de Emprego no Concelho (promoção de uma parceria público-privada para a implementação de uma incubadora de empresas); reforço de estruturas e serviços complementares, face ao já referenciado aumento muito significativo da procura de apoio, mais concretamente, o Gabinete de Apoio ao Desemprego Involuntário, Mercado de Solidariedade, Espaço Trevo, Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes; criação e/ou consolidação de medidas no âmbito do Concelho Solidário (Cartão Feira

Sénior, Cartão Concelho Solidário, Rede de Restaurantes Solidários, Programa Sorrisos/Dentistas Solidários), fomentando a responsabilidade social das empresas e cidadania empresarial; concertação das diversas respostas promovidas pela rede de equipamentos sociais concelhios no sentido de uma resposta eficaz, próxima e célere às necessidades dos Municípios, evitando-se assim as rupturas inerentes a um processo de desemprego. Medidas estas que têm presentes os diversos planos nacionais e sectoriais e os programas nacionais e comunitários, com uma colaboração estreita com o Instituto da Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, e outros organismos do poder central.

É ainda de salientar a fase final do financiamento do Projecto Direitos & Desafios, continuando a ser desenvolvidos esforços para manter as respostas consideradas prioritárias em termos de continuidade, através da preparação de futuros protocolos de cooperação com a Segurança Social, englobando acordos atípicos e da celebração de Contratos Locais de Desenvolvimento Social.

Manter a comparticipação financeira e técnica ao alargamento dos equipamentos sociais da Rede Social Concelhia, nomeadamente o apoio às candidaturas aprovadas ao PARES - Programa de Alargamento das Respostas Sociais (5 creches, 7 Lares de Idosos, 3 Centros de Dia, 2 Serviços de Apoio Domiciliário, 2 Residências Autónomas para pessoas com deficiência) e ao Programa Operacional Potencial Humano, Medida 6.12 – Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social (1 Lar de Idosos, 1 Serviço de Apoio Domiciliário para População com Deficiência, 1 Centro de Actividades Ocupacionais).

Por último compreenda-se, para o desenvolvimento efectivo destas acções, e de outras constantes deste Plano, a importância dos Protocolos que a Divisão de Acção Social mantém com diversas Entidades Público - Privadas como: Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira, Associação Pelo Prazer de Viver, Casa dos Choupos – Cooperativa de Serviços, CRL; UNIFAI – Unidade de Investigação e Formação sobre Adultos e Idosos, Federação das Associações de Pais, Hospital S. Sebastião, Casa Ozanam, Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião e IPSS's no âmbito dos programas dirigidos à população sénior.

Podemos concluir que em tempos de dificuldades acrescidas, pretendemos desenvolver respostas inovadoras, estimulando o empoderamento das comunidades e suas organizações, transformando a palavra "CRÍSE", em CRIE (CRIAR, INOVAR, EMPREENDER e PARTILHAR), pela eliminação das suas causas e atenuação dos seus efeitos, estimulando a esperança de que é possível!

Habitação

A habitação, ao constituir a expressão mais visível da condição social das populações é sem dúvida uma problemática de grande relevância na esfera da definição de políticas de intervenção.

A Divisão de Acção Social, gere actualmente um parque habitacional de arrendamento social de 771 fracções habitacionais e 57 não habitacionais, pelo que pretende continuar a apostar numa política social que ao não se esgotar na dimensão urbanística e financeira, visa associar a qualidade de vida dos moradores à boa conservação do património.

Assim, ao longo do ano 2010 e seguindo lógicas de intervenção de proximidade e planeamento estratégico, propomos linhas orientadoras que impulsionem a inclusão social das populações residentes nos empreendimentos sob gestão municipal, pela definição de áreas e projectos estruturantes e alargamento de espaços de participação, em consonância com os instrumentos disponíveis no âmbito da intervenção da Rede Social, com vista a uma efectiva satisfação residencial. Estas linhas serão pautadas por critérios de eficiência organizativa de forma a elevarmos a qualidade dos serviços prestados. Neste âmbito, pretende-se garantir a manutenção e melhoramento do Manual de Procedimentos em vigor bem como a operacionalização de ferramentas informáticas adequadas às especificidades deste sector.

Por último e face ao actual contexto sócio económico concelhio, onde se assiste à emergência de novas vulnerabilidades habitacionais, decorrentes das dificuldades financeiras dos munícipes em darem cumprimento às obrigações contratuais assumidas em arrendamento/aquisição de imóveis no mercado livre, considera-se prioritária a implementação de políticas alternativas ao programa de realojamento, designadamente o apoio ao arrendamento enquadrado no Programa PROHABITA.

1. Gestão Social

Atendendo às competências do Município, em matéria de habitação social, pretende-se continuar a pôr em prática uma política social de habitação que promova uma adequada gestão patrimonial e social, assente em lógicas de proximidade, complementaridade e concertação no sentido de elevar a qualidade dos serviços prestados à população ao nível do atendimento e gestão, privilegiando a inclusão social dos agregados familiares em situação de maior vulnerabilidade.

1.1. Gabinetes de Proximidade Local

Partindo do pressuposto de que a habitação constitui uma condição essencial ao bem-estar e qualidade de vida das famílias e sendo estes Gabinetes (GAPS) espaços de proximidade orientados para este fim, apoiando as famílias e munícipes na resolução dos seus problemas, visa-se garantir o funcionamento dos 21 GAPS, os quais de uma forma transversal, assegurarão o atendimento/acompanhamento psicossocial à população residente e não residente, a gestão das relações contratuais e o cumprimento da regulamentação da utilização dos espaços comuns.

Tendo presente a necessidade de intervir com maior incidência junto dos empreendimentos que revelam maior vulnerabilidade social e assim potenciar a integração social das famílias neles

residentes, considera-se necessário fomentar uma intervenção estruturante nos mesmos, pelo que, e de acordo com o diagnóstico efectuado, os empreendimentos a priorizar serão Paços de Brandão, Fiães, Lobão e Sanguedo. A estratégia passará pela implementação de uma intervenção territorializada, com vista a minimizar o impacto dos problemas sociais identificados. Assim sendo e para além do acompanhamento social às famílias, propomos para 2010 a continuidade de um trabalho assente nos seguintes vectores: apoios sociais, inserção socioprofissional, promoção de competências e hábitos de vida saudáveis e a promoção do exercício da cidadania.

Esta abordagem implica obrigatoriamente intervenções descentralizadas e uma partilha de responsabilidades com as instituições locais de forma a construirmos complementaridades e a rentabilizarmos práticas de trabalho.

1.2. Programa Habitar

1.2.1. Gestão das Partes Comuns

Ao nível da organização da gestão das partes comuns e não obstante se garantir o cumprimento das regras de utilização das mesmas e se efectuar a manutenção de reuniões com os representantes de entrada em todos os empreendimentos habitacionais, é nossa intenção privilegiar a autonomização dos moradores pelo que daremos continuidade ao trabalho de constituição de 2 Comissões de Moradores iniciadas em 2009 (Fiães e S. João de Vêr), e iniciar o mesmo processo em 2 nos empreendimentos, considerados prioritários (Lobão e Sanguedo). Subjacente à constituição das mesmas, implementar-se-ão 4 planos de formação, com 28 sessões na totalidade, no âmbito da cidadania/deveres contratuais/funções dos representantes de entrada, e por outro, fomentar-se-ão actividades sócio comunitárias em 4 empreendimentos, abrangendo cerca de 100 residentes, reforçando sentimentos de pertença e estreitamento das relações de vizinhança.

1.3. Programa “Famílias +”

As acções desenvolvidas neste domínio visam dotar e potencializar os residentes dos empreendimentos habitacionais de instrumentos valorativos de competências pessoais/sociais/relacionais e de cidadania, de modo a contribuir para uma melhoria na qualidade de vida e na integração social dos mesmos.

O referido programa formativo preconiza assim a promoção de mudanças comportamentais ao nível do saber, saber ser/estar e saber fazer, nos diferentes contextos de vida dos grupos populacionais a que se destina.

Assim sendo, pretende-se garantir a continuidade do mesmo durante o ano de 2010 nas freguesias de São João de Vêr, Canedo, Fiães e Lobão abrangendo um número previsível de 30 formandos, numa lógica de parcerias activas com as instituições locais.

Tendo em linha de conta todo o trabalho efectuado em contexto de formação, torna-se premente valorizar e continuar a apostar numa intervenção familiar directa, em contexto natural de vida, dando primazia às freguesias consideradas prioritárias para a intervenção, uma vez que concentram em si um maior número de problemáticas identificadas – Paços de Brandão, Fiães, Sanguedo e Lobão, abrangendo um número previsível de 32 famílias.

1.4. Educação Parental

Sendo a parentalidade uma competência que muitas famílias residentes nos empreendimentos revelam dificuldades no seu exercício e sendo um domínio fulcral no desenvolvimento infantil e no normal funcionamento familiar, propomos para 2010 a dinamização de 15 sessões de educação parental no empreendimento de Sanguedo, abrangendo 8 famílias. Em simultâneo, propomos a criação de um Clube de Filhos, que decorrerá em paralelo, no sentido de desenvolver e reforçar competências pessoais e sociais nos filhos das famílias que frequentam a actividade.

1.5. Criação de Ateliers Socioeducativos

No âmbito do trabalho a que nos propomos realizar, no sentido de potenciar a inserção socioprofissional e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, vectores intrinsecamente relacionados com a melhoria da qualidade de vida da população residente, objectivamos a criação de 10 ateliers socioeducativos para a população adulta desempregada nos empreendimentos de Paços de Brandão, Fiães, Sanguedo e Lobão. Estes ateliers ao pautarem-se por uma educação não formal, irão permitir a promoção de hábitos e rotinas de trabalho, a estimulação de capacidades e habilidades que se reflectirão numa mudança de atitude pessoal e maior autonomia de vida.

1.6. Habito Aqui

Sendo a inclusão social a tónica do nosso trabalho e as relações de vizinhança um vector fundamental do mesmo, dar-se-á continuidade, na freguesia de Sanguedo, à operacionalização desta actividade, a qual se caracteriza por uma metodologia alternativa de intervenção – teatro fórum, junto de 15 moradores adultos. Através desta, prevê-se uma participação activa dos moradores no processo de mediação/resolução dos conflitos relacionais.

1.7. Procura Habitacional

Garantir-se-á o atendimento/acompanhamento prestado aos munícipes no âmbito da procura de habitação, conseqüente análise e estudo dos processos inscritos, e propostas de medidas de política habitacional, nomeadamente dirigidas às famílias monoparentais, famílias isoladas, idosos, e pessoas portadoras de deficiência. Paralelamente actualizar-se-á a elaboração do diagnóstico das necessidades/vulnerabilidades dos munícipes, com vista ao equacionamento de respostas e minimização dos problemas identificados, numa lógica de desenvolvimento sustentado.

1.8. Rendimento Social de Inserção – Núcleo Local de Inserção

Em conformidade com o trabalho desenvolvido nos anos transactos, irá dar-se continuidade à parceria com as entidades que acompanham as famílias beneficiárias na elaboração e concretização dos planos de inserção, essencialmente no domínio da habitação.

Paralelamente, assegurar-se-á a participação activa do Município nas reuniões semanais do Núcleo Local de Inserção, a decorrer na sede da Segurança Social Local, entidade coordenadora da Medida.

2. Gestão Patrimonial do Parque Habitacional

Tendo presente a forte mutação sócio económica motivada pelo aumento acentuado da desemprego, pelos fluxos migratórios que se verificam no contexto concelhio, com as correspondentes carências económicas e problemáticas sociais associadas, pretendemos assegurar soluções de qualidade, objectivas e eficazes. Nesse sentido a linha de orientação será baseada no reforço do planeamento, organização, controle e monitorização das políticas de habitação que ao longo dos últimos anos foram sendo implementadas neste município, respondendo de uma forma útil, célere e justa às necessidades dos nossos munícipes.

Para o ano de 2010, as acções a privilegiar serão:

- O Sistema Integrado de Gestão Habitacional (SIGH), ferramenta de gestão cujo desenvolvimento está a ser conjuntamente levado a cabo pela Faculdade de Engenharia do Porto e este Município, que integra a informação da área social, financeira e patrimonial do parque habitacional;
- Dar prioridade à instauração das competentes acções judiciais de despejo e cobranças por via da injunção em situações de grave, voluntário e continuado incumprimento contratual;
- Promover acções de sensibilização e formação dos direitos e deveres cívicos dos inquilinos dos empreendimentos de habitação social, pretendendo incentivar a auto responsabilização da manutenção da fracção arrendada e respectivas partes comuns, em complementaridade com o proposto no âmbito do Programa Habitar.

2.1. Apoio e acompanhamento jurídico

Visando assegurar a manutenção da eficácia às respostas que prestamos, um aumento desejável da abrangência das mesmas, promovendo uma gestão integrada do parque de arrendamento social do Município e tendo presente as mudanças da realidade social concelhia, serão dinamizadas neste sector jurídico as seguintes actividades:

- Acompanhamento jurídico das relações contratuais a estabelecer e já constituídas com os munícipes, nomeadamente dos contratos de arrendamento com regimes jurídicos especiais - Regime de Renda Apoiada, pugnando pelo seu cumprimento, propondo e introduzindo as necessárias alterações e revogações legislativas;



- Representar juridicamente o Município/ Divisão de Acção Social em processos de natureza administrativa e cível, em que este seja parte e que seja exigida a constituição de mandatário judicial, prioritariamente nas acções judiciais de despejo e cobranças judiciais por via da injunção;
- Colaboração na preparação de regulamentos ou outros normativos, necessários a um cumprimento objectivo, justo e transparente das matérias da competência deste sector;
- Acompanhamento jurídico na gestão das partes comuns das habitações e do património municipal, através da representação do Município nas reuniões agendadas e notificadas, na prestação de apoio jurídico aos condomínios dos empreendimentos habitacionais, na participação nas reuniões com a administração dos condomínios para análise e resolução de assuntos inerentes às fracções propriedade do Município;
- Elaboração de pareceres, estudos e informações de natureza jurídica em matérias atinentes às atribuições e competências deste sector;
- Apoio jurídico nos atendimentos, na elaboração de respostas a requerimentos, reclamações, recursos hierárquicos e processos de contencioso administrativo, em articulação com os responsáveis pelo acompanhamento de Serviço Social;
- Prestar assessoria jurídica, interpretar e aplicar a legislação em vigor, elaborar protocolos de cooperação na área dos projectos desenvolvidos pela Divisão de Acção Social.

2.2. Gestão Económica e Financeira

Em 2010 será dada continuidade à política de cobrança de rendas e actualização das mesmas em função dos rendimentos efectivos de cada família, com o objectivo de promover os princípios da equidade e justiça social. É de referir que a caracterização socioeconómica dos agregados familiares tem sido assim uma prioridade e pretendemos que continue a sê-lo no decurso do próximo ano. Acresce que, a actualização das rendas e dos agregados para além de permitir que cada família pague uma renda adequada à sua situação socioeconómica, permite a celebração de acordos de pagamento de dívida de acordo com as suas reais capacidades financeiras. Este aspecto é fundamental na capacitação das famílias enquanto cidadãos de plenos direitos, uma vez que garante a indivisibilidade entre direitos e deveres. Neste pressuposto será dada continuidade ao estudo que sustente uma futura alteração das regras de aplicação da bonificação concedida pelo Município sobre o montante da renda apoiada.

É de salientar que as elevadas taxas de reajustamentos extraordinários de renda, celebração de acordos e cobrança de rendas só tem sido possível pela grande proximidade que temos vindo a exercer junto da população residente.

Mantendo o compromisso com a desejada desburocratização, descentralização e qualidade de serviço, continuará como uma das prioridades fundamentais, o reforço da implementação de sistemas de informação que integrem de uma forma rápida e segura os diferentes fluxos de informação.

Analisando a reduzida taxa de incumprimento no pagamento das rendas, que nos últimos doze meses se situou nos 5,54 %, verifica-se que estes vectores têm permitido a manutenção de uma excelente taxa de cumprimento comparativamente a outros municípios e por outro lado uma intervenção qualificada, contribuindo para a satisfação da população residente.

2.3. Gestão da manutenção e conservação

Para 2010 e tendo presente a não conclusão do processo das recepções definitivas do património habitacional, resultante do Programa de Realojamento, iniciado em 2006, prevê-se a realização do acompanhamento das actividades de reparações de deficiências de construção já identificadas durante o exercício do ano transacto.

Na área da manutenção e conservação do património de Habitação Social pretende-se manter o procedimento relativo à participação de deficiências, mediante os pressupostos já existentes, envolvendo a implementação do sistema integrado de gestão habitacional, já iniciada no ano 2009.

Relativamente à parceria existente com a Cooperativa Casa dos Choupos, CRL, esta é essencial para a dinâmica da manutenção e conservação do parque habitacional destinado ao realojamento de famílias carenciadas, atendendo não só à capacidade de resposta perante eventuais situações de intervenção urgente, como também pelo seu contributo para a sustentabilidade deste património. Desde a celebração desta parceria foram realizadas 57 intervenções, abrangendo trabalhos de pequenas reparações nas habitações e partes comuns (tratamento de fachadas, reparações de coberturas, pichelaria, electricidade e pintura). Pelo que, dar-se-á continuidade ao desenvolvimento de novas iniciativas, no sentido de sensibilizar a população residente através de intervenções pedagógicas para a implementação de princípios de pro-acção nas áreas da utilização, manutenção e limpeza da habitação e partes comuns. Esta intenção ambiciona complementar as medidas existentes, pois o envolvimento da população residente é fundamental para a garantia da satisfação residencial e colectiva.

Como contributo às carências habitacionais do concelho, é objectivo dar seguimento aos estudos no âmbito da candidatura ao apoio financeiro através do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, para a reactivação do acordo de colaboração celebrado entre este Município, o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado e o Instituto Nacional de Habitação, para a aquisição de fogos, incluindo o apoio ao arrendamento de habitações disponíveis no mercado do concelho, como resposta às situações de carências habitacionais pontuais de famílias numerosas e monoparentais. Ainda no domínio desta candidatura considera-se importante alargar-se o estudo da candidatura à reabilitação de prédios de habitação social e a criação de equipamentos em bairros sociais, orientados para o desenvolvimento de iniciativas destinadas ao bem-estar da população deste concelho.



2.4. Outras Medidas

Em relação aos Programas Habitacionais designados por Programa de Auto-Construção, Programa de Solidariedade e Apoio à recuperação de habitação – SOLARH e o Programa de Apoio Excepcional no domínio da habitação, pretende-se dar continuidade a estas medidas, através das parcerias locais com as IPSS's e as Juntas de Freguesia.

Por outro lado, e apesar de se verificar a possibilidade legal do Município aceder, no âmbito do Programa PROHABITA, a apoios para promover o arrendamento no mercado de arrendamento privado, destinado a famílias monoparentais, isoladas, idosos e pessoas portadoras de deficiência, atribuindo uma comparticipação mensal correspondente a uma percentagem da renda total paga mensalmente, não foi possível implementar esta Medida em 2009, devido à dificuldade em encontrar no mercado de arrendamento privado, habitações ao custo exigido. Apesar deste constrangimento, em 2010, o Município irá proceder ao estudo e possível implementação desta Medida.

Acção Social

1. População Sénior – Programa Raízes do Afecto

As actuais políticas Municipais destinadas à população sénior inserem-se no Plano Estratégico para a Terceira Idade do Concelho (2008-2011), que tem vindo a ser desenvolvido e dinamizado, junto desta população, em parceria com as mais diversas entidades, assumindo-se como uma forma inovadora e estruturada de intervir especificamente nesta faixa da população, pela definição clara das intervenções a realizar, ajustadas e concertada segundo parâmetros de avaliação das necessidades evidenciadas pelos seniores.

Os vários programas e intervenções que se realizam actualmente junto da população sénior têm vindo a ser dinamizados há alguns anos, com intervenções essencialmente de cariz desportivo, cultural, educativo/formativo, recolha e registo de vivências e memórias colectivas, cuja valorização e interligação deverá ser fomentada, numa lógica de intervenção multidisciplinar e em plena articulação com áreas chave como a saúde, a cultura, entre outras, envolvendo mensalmente cerca de 2500 participações de idosos, fomentando a sua inserção e inclusão social, e aumentando a sua qualidade de vida e bem-estar.

As medidas estratégicas para 2010, são:

- Implementar programas de prevenção e educação para a saúde;
- Desenvolver intervenções que continuamente incentivem o reforço de interligação entre gerações, os parceiros da Rede Social e outras entidades;
- Aumentar, consolidar e qualificar a rede de equipamentos sociais de apoio à população sénior (lares, centros de dia, serviços de apoio domiciliário);
- Reforçar a oferta de actividades e maximizar a participação dos idosos;
- Aumentar a rede de serviços de apoio à população sénior (cartão feira sénior, serviço teleassistência);
- Implementar o Fórum Sénior, por forma a incentivar a cidadania sénior.

1.1. Medida de Promoção Educativa e Acesso à Sociedade do Conhecimento

O programa **e-mili@**, lançado em Abril de 2009, envolveu em 2009, 105 idosos, distribuídos por 10 pontos educativos, e continuará em 2010 a promover a educação dos seniores do concelho, enfatizando a importância que os conhecimentos relativos à introdução na Sociedade do Conhecimento adquirem num mundo globalizado, e no qual a população sénior, também deverá ter a oportunidade igualitária de participar activamente.

Tem como objectivos principais o aumento das oportunidades contínuas de novas aprendizagens e troca de saberes/experiências entre gerações e entre seniores do Concelho; promover o acesso à Sociedade do Conhecimento, contacto e conhecimento do funcionamento dos computadores e dos

seus componentes e programas, garantindo o acesso à Internet e incentivando o uso corrente e independente do mesmo.

O programa e-mili@ decorre entre Outubro de 2009 e Julho de 2010, em 14 pontos educativos, distribuindo-se de forma global no concelho, permitindo que chegue o mais próximo possível, a todos os seniores.

Para 2010 o e-mili@ apresenta três estratégias de intervenção complementares:

1.1.1. Acesso à Sociedade do conhecimento e sessões de alfabetização

Semanalmente realizar-se-á pelo menos uma formação em TIC em cada ponto educativo, que será monitorizada pelos técnicos da Divisão de Acção Social afectos ao programa, e apoiadas por voluntários do Banco Local de Voluntariado.

Nesta medida, desenvolver-se-ão em 5 pontos educativos, sessões semanais de aprendizagem da leitura e da escrita da Língua Portuguesa, integradas nas sessões de informática, interligando-se conhecimentos de informática com temáticas ajustadas ao contexto social dos seniores.

1.1.2. Oficinas de Talentos

Para 2010, a proposta do tema global do projecto a desenvolver é “*As profissões antigas, no contexto actual*”, cujo objectivo será realizar um levantamento das várias profissões que os idosos do Concelho tiveram, e que hoje em dia já não existem e/ou encontram-se em extinção, apelando a que se reviva as mesmas, dando-as a conhecer, integrando-as no contexto actual.

1.1.3. Realização de um espectáculo final – O objectivo último será apresentar um produto final que poderá assumir a forma de um espectáculo sob o tema “*As profissões antigas, no contexto actual*” preparado e dinamizado ao longo do ano em articulação com o programa Imagens da Minha Vida, que esteja ajustado às suas vivências, características e necessidades individuais de cada participante, preservando e transmitindo a outros públicos os seus saberes e memórias.

1.2. Medida de Actividade Física e Desporto e Participação Activa das Pessoas Idosas

O Programa Movimento e Bem-estar, em parceria com as mais diversas entidades, completa em Maio de 2010 uma década de existência e tem através de uma grande diversidade de actividades físicas proporcionado uma serie de factores benéficos no combate ao isolamento, à solidão, à manutenção da saúde, ao retardamento de declínios da capacidade funcional e na independência do idoso com consequência directa na sua qualidade de vida e no seu bem-estar geral.

Manter-se-á o sistema de cooperação e de co-financiamento entre o Município e as entidades locais, estabelecendo-se uma ligação próxima com os Serviços de Saúde Concelhios (Hospital São Sebastião, Centro de Saúde de Santa Maria da Feira, Unidades de Saúde/Extensões de Saúde) com



os objectivos de divulgar o programa, de sensibilizar os utentes idosos a optar por estilos de vida mais saudáveis e de criar momentos de formação na área da saúde e bem-estar.

Em 2010 este programa terá como principais objectivos:

- Aumentar o número de pessoas idosas a praticar actividades físicas e desportivas regularmente, procedendo a uma divulgação sistemática do programa e aproximando-o o mais possível das pessoas através do estabelecimento de novos protocolos;
- Consolidar e diversificar as actividades físicas e desportivas de forma a criar uma maior oportunidade de escolha e indo ao encontro das preferências e capacidades de todos os participantes;
- Desenvolver um sistema de parcerias entre entidades, facilitador da organização de uma rede de transportes para as actividades que impliquem maiores deslocações;
- Proceder a uma constante avaliação do programa junto das entidades protocoladas e dos participantes.

Para 2010 prevê-se o estabelecimento de 4 novos protocolos, em locais estratégicos e procurando chegar junto de todos os idosos e grupos específicos da comunidade interessados em participar.

As actividades previstas serão as seguintes:

- Ginástica de Manutenção bissemanal de Outubro a Julho, nas entidades protocoladas com o Município;
- Hidroginástica semanal ou bissemanal nas Piscinas Municipais de Novembro a Julho;
- Dinamização da modalidade de Boccia nas entidades e realização de três torneios Concelhios;
- Uma Caminhada e uma sessão de Tai Chi Chuan em cada freguesia do concelho em parceria com as entidades locais e com Unidades de Saúde Familiares, envolvendo-as na sensibilização e informação sobre os benefícios deste tipo de actividade;
- Uma Matiné Dançante em cada freguesia do concelho, dinamizadas pelas entidades protocoladas e outras entidades da freguesia que queiram colaborar e apoiar a actividade (propõem-se que as Matinés Dançantes em 2010 sofram uma reestruturação integrando para além da dança livre, momentos de karaoke e jogos de dança, com o intuito de os idosos desenvolverem mais as suas aptidões físicas, despertarem o gosto por actividades musicais, convivendo salutarmente e aprendendo, associando-se deste modo os aspectos pedagógicos e recreativos);
- Dinamização de torneios de jogos de mesa entre entidades envolvendo sobretudo aqueles com menores capacidades de mobilidade;
- Dinamização das Comemorações do Dia Mundial da Saúde com o desenvolvimento de actividades desportivas e de formação na área da saúde;

- Promover em parceria com as entidades protocoladas torneios de malha, petanca e dardos ao longo do ano;
- Realização das VI Olimpíadas Seniores;
- Encontro de reinício das actividades 2009/2010.

1.3. Medida de Criação de Respostas Especializadas para Idosos

Esta medida pretende acompanhar a dinamização de projectos específicos destinados à população sénior do concelho e à sua retaguarda informal de apoio, com a criação de respostas especializadas para idosos concretamente em projectos que visam a detecção precoce e atenção especializada aos doentes com demência, especificamente com demência de Alzheimer.

Neste âmbito foi aprovado pelo Alto Comissariado da Saúde o projecto “Cuidar de quem cuida”, com duração entre 2009 e 2012, que visa o apoio a cuidadores de idosos com Alzheimer ou com limitações causadas por acidente vascular cerebral (AVC).

O CASTIIS é a entidade promotora do projecto e as entidades co-promotoras são a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a UnIFai, tendo vários parceiros institucionais do EDV dos quais se incluem as Câmaras Municipais, Centros de Saúde, Instituições de Voluntariado, Santas Casas da Misericórdia e IPSS's de apoio à Terceira Idade, bem como o Instituto de Emprego e Formação Profissional de São João da Madeira (IEFP), o Centro de Formação Profissional de Rio Meão e o Hospital de São Sebastião e a Fundação Calouste Gulbenkian.

O projecto “Cuidar de Quem Cuida” arrancou em 2009, tendo a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira colaborado enquanto entidade co-promotora e co-financiadora, e em 2010, dar-se-á seguimento a esta colaboração estreita, através da afectação de técnicos para a coordenação directa da equipa técnica afecta ao projecto e pelo co-financiamento do projecto.

“Cuidar de Quem Cuida” é constituído por 5 linhas de actuação complementares, que em 2010 se desenvolverão paralelamente, prevendo-se a realização das seguintes actividades no Município:

1.3.1. Linha 1 – Grupos de intervenção psicoeducativa

Tem como objectivo fundamental realizar sessões de apoio psicoeducativo que visam reduzir os efeitos negativos e a sobrecarga que se associa à tarefa de Cuidar, prevenindo-se a sua exacerbação, pela optimização de competências, autonomia e auto-estima do cuidador, organizando-se segundo uma vertente educativa e de suporte psicológico. Em 2010 prevê-se a realização de três grupos psicoeducativos, cada um dos quais com um grupo de cuidadores informais de utentes com Alzheimer e outro de pós-avc.

1.3.2. Linha 2 - Bolsa de Cuidadores Formais com Formação Avançada

Esta linha destina-se à criação de uma bolsa de Agentes de Geriatria e/ou auxiliares de acção familiar com formação avançada, sensibilizados para a problemática do Cuidar Informal e orientados para os cuidados a pessoas com demência e/ou em situação de pós-avc.

Será disponibilizada uma base de dados, gerida pela ALPE que garantirá uma actualização contínua dos recursos humanos referenciados, para que os mesmos possam ser contratados por familiares interessados, e entre os quais se elaborará um contrato de prestação de serviços.

1.3.3. Linha 3- Dinamização das Redes de Voluntariado Locais

Será criada uma bolsa de voluntários, cujo objectivo é disponibilizar um apoio pontual aos cuidadores informais de doentes com AVC e Alzheimer, por períodos de curta duração, com ou sem periodicidade. De forma a desempenharem as actividades de voluntariado junto desta população, será realizado um workshop de formação dos voluntários acerca do processo demencial e situação pós-avc.

1.3.4. Linha 4 - Serviço de Descanso ao Cuidador - soluções de internamento temporário

Esta linha pretende realizar um diagnóstico social das soluções de internamento temporário, que permitem o desenvolvimento de Serviços de Descanso ao Cuidador, existentes no município.

1.3.5. Linha 5 - Fóruns de Discussão

Esta última linha prevê a dinamização do projecto no Município através da participação em fóruns de discussão e/ou seminários organizados em 2010, distribuição de flyers e cartazes entre os parceiros da Rede Social e participação como entidade co-promotora num seminário organizado em Lisboa pela Fundação Calouste Gulbenkian, que pretende dar a conhecer o projecto e as suas dinâmicas, à escala nacional.

1.4. Medida de Apoio na Luta Contra as Condições de Pobreza Crónica de Pessoas Idosas

Atentos à conjuntura sócio económica actual e enquadrada com outras medidas promovidas pelo Município destinadas a apoiar as famílias em situação de pobreza, em 2010 dar-se-á continuidade ao programa de intervenção e de apoio ao idoso em situação de pobreza. Este programa contemplará o Cartão Feira Sénior e um Serviço de Teleassistência ao Domicílio em parceria com a Rede Social concelhia.

1.4.1. Cartão Feira Sénior

Criado em Julho de 2009, este Cartão continuará a constituir-se em 2010 como uma medida facilitadora da integração e participação social dos idosos, implementando-se como uma resposta complementar para a dignificação e melhoria das condições de vida desta população.

Em 2010 procurar-se-á consolidar esta medida através do reforço das parcerias com o comércio e serviços e pela divulgação deste junto da população sénior.

1.4.2. Serviço de Teleassistência ao Domicílio

Em parceria com a Cruz Vermelha e com os diversos parceiros da rede social implementar-se-á em 2010 o serviço de Teleassistência ao Domicílio no concelho, como resposta às situações de isolamento geográfico ou social das pessoas idosas e sem retaguarda familiar.

Este serviço permitirá ao idoso uma assistência permanente, mais tranquilidade e autonomia, um acompanhamento mais activo das redes formal e informal de apoio, nas áreas da saúde, segurança social, polícia, bombeiros, e outras entidades, bem como um serviço de pequenas reparações domésticas no âmbito da parceria com a Cooperativa Casa dos Choupos, permitindo-lhe desta forma permanecer no seu domicílio e proporcionando bem-estar.

1.5. Programa 6 – Programa de conservação do património cultural e da memória colectiva das comunidades

No âmbito desta medida do Plano Estratégico para a Terceira Idade, em 2009 a Câmara Municipal integrou, como parceira, a candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte, com o projecto “Micas – Património Cultural do EDV”, enquadrando-se no eixo relativo à valorização e animação do Património Cultural, sendo a entidade promotora a Associação de Municípios Terras de Santa Maria.

A Câmara Municipal enquanto parceira deste projecto contribui com o co-financiamento do mesmo e dinamizá-lo-á no Município, junto da população sénior. O projecto encontra-se ainda em fase de apreciação, sendo a sua duração de dois anos e desenvolvendo-se em três fases complementares: (i) Levantamento do Património Cultural / Etnográfico do EDV, (ii) realização de Rotas do Património Cultural do EDV e (iii) apresentação pública dos resultados da fase I e II.

O Projecto MICAS, caso venha aprovada a candidatura, será integrado na dinâmica actual dos programas “Passeios na Minha Terra”, “Idosos Revisitam a Infância” e “Imagens da Minha Vida”.

1.6. Passeios na Minha Terra

Os Passeios na Minha Terra iniciaram-se em 2005, com visitas a diferentes locais de Santa Maria da Feira, Porto, Aveiro e de Entre o Douro e o Vouga, verificando-se sempre uma grande adesão por parte dos seniores da comunidade e das instituições concelhias, tendo envolvido em 2009, 898 seniores.

Estas visitas têm permitido uma partilha de saberes entre os seniores do concelho de Santa Maria da Feira, estreitando e reforçando laços de amizade, para além de um elevado enriquecimento cultural, especialmente no campo da história local.

Para o ano 2010 será dada continuidade aos passeios na prossecução dos objectivos de participação dos idosos na construção da identidade concelhia e da Área Metropolitana do Porto, promovendo diferentes formas de expressão artística e cultural e a sua inclusão social.

Atendendo a que o Projecto Micas ainda se encontra em fase de apreciação caso venha a ser aprovado, será articulado com este programa. Caso esta candidatura não venha a ser aprovada e uma vez que em 2010 se comemora o Centenário da República, sugere-se que os itinerários estejam

relacionados com este tema (Lisboa, Coimbra ou Guimarães).

Para assinalar a data de 5 de Outubro, propomos realização de um desfile histórico recreando a implantação da República, envolvendo as crianças, os seniores e associações culturais e recreativas do concelho.

1.7. Idosos Revisitam a Infância

Este programa de carácter cultural e de encontro de diferentes gerações realizado em parceria com o Pelouro da Educação irá, em 2010, editar o livro “Histórias da Emigração” resultado da partilha das histórias de vida dos emigrantes feirenses com as crianças das escolas do 1º ciclo do concelho.

O lançamento deste livro será efectuado no âmbito da realização de uma festa intergeracional dinamizada por estas duas gerações envolvidas neste programa.

1.8. Imagens da Minha Vida

O Programa Imagens da Minha Vida tem vindo a ser desde o seu início uma actividade cultural e de lazer que procura ir ao encontro da identidade, das memórias, das histórias de vida e dos saberes das gerações mais velhas, que constituem as suas raízes culturais.

Em 2009 o tema abordado foi as indústrias, reportando-se à temática da corticeira, que culminou com o projecto Texturas.

Para 2010, e em articulação com as actividades a serem desenvolvidas nas Oficinas de Talentos do Programa e-mili@ pretende-se um alargamento a outras actividades profissionais, particularmente aquelas que foram extintas e/ou encontram-se em extinção, dinamizando-se a recolha de materiais e de registos junto dos idosos no âmbito do tema “*As profissões antigas, no contexto actual*”,

Esta memória colectiva terá assim uma importante função de contribuir para o sentimento de pertença a um grupo com um passado comum, partilhando assim as memórias das actividades profissionais do último século com as gerações mais novas, tendo presente a sua importância no desenvolvimento social, cultural e económico do concelho.

O tratamento da informação recolhida poderá permitir a transposição para um espectáculo e exposição a apresentar no âmbito do Imaginarius.

Com o trabalho desenvolvido com este Programa, cuja riqueza assenta na participação da comunidade, através de fotografias, objectos, escritos, testemunhos, entre outros, tem sido mote para se poder vir a constituir no futuro o início de um Museu das Memórias Colectivas do Concelho ou História(s) Local(ais).

A concretização deste espaço poderá vir a surgir da parceria com a Junta de Freguesia de Louredo no âmbito da candidatura que está a ser efectuada por esta ao Eixo 3 – Dinamização de Zonas Rurais, Medida 3.3 – Melhoria da Qualidade de Vida., Acção 3.2.1- Conservação e Valorização do Património Cultural da ADRITEM.

Esta candidatura para além da recuperação do edifício da Escola Primária de Vila Seca, poderá contemplar ainda a preservação e recuperação de práticas e tradições culturais, albergando as

memórias imateriais do Concelho, ficando aí sediado o futuro Museu das Memórias do Concelho ou da História (s) Local (ais).

1.9. Programa 7 – Projectos de formação e educação em cuidados pessoais

A medida 7 do Plano Estratégico para a Terceira Idade do Concelho de Santa Maria da Feira prevê a realização de acções de formação, direccionadas para a aquisição de conhecimentos práticos, a desenvolver junto dos parceiros da Rede Social de Santa Maria da Feira, dos técnicos, auxiliares de acção directa e outros públicos com interesse nas temáticas de apoio e cuidados prestados.

Para 2010 irá dinamizar-se um programa de formação junto dos parceiros da Rede Social abordando temáticas diversificadas, destinadas aos seniores e aos técnicos/auxiliares que prestam cuidados formais de apoio, com a edição de um Guia Informativo.

O objectivo é disseminar (in)formação em todas as freguesias do concelho, em que de forma itinerante, ocorra nas 31 freguesias acções de (in)formação sobre temáticas como:

- “Quedas: conhecer e prevenir” – 15 sessões itinerantes nas freguesias do Concelho, destinadas especificamente à população sénior e às entidades da Rede Social, para conhecimento e prevenção de quedas nos seniores;
- “Burlas e vendas agressivas nos Seniores” – 15 sessões informativas aos seniores acerca de como identificar situações perigosas e quais os comportamentos preventivos a ter, realizadas em parceria com as Forças Policiais do Concelho.
- “Trancas à Porta, Casa Não Roubada” – 15 sessões informativas dirigidas aos seniores, na área da segurança pessoal e dos seus bens, realizadas em parceria com as Forças Policiais do Concelho.

Ainda neste âmbito prevê-se o desenvolvimento de um programa de 3 rastreios em áreas como as doenças cardiovasculares, saúde oral, diabetes e problemas oftalmológicos, a realizar enquadrados em actividades que assinalem determinados dias comemorativos ou actividades relacionadas com a saúde e bem-estar, destinadas a esta população.

1.10. Outras iniciativas

1.10.1. Criação de um Espaço Sénior

Criação de um espaço dedicado aos vários projectos destinados à população sénior, denominado Espaço 3G, onde se apoie esta população informando-a sobre os seus direitos, obrigações, protecção social, apoio psicológico, formação, orientação e encaminhamento.

O Espaço 3G pretende ser um espaço em que os seniores vejam fomentadas as suas oportunidades de intervenção local e regional, dinamizando-se actividades potenciadoras da quebra do isolamento social do indivíduo, fomentador do aumento da participação social e familiar, pela valorização das suas experiências e saberes individuais e da recolha das memórias colectivas do Concelho.

Este espaço virá ainda a constituir-se como um serviço de apoio na passagem à reforma, dinamizando-se intervenções que preparem este processo e também de apoio directo em casos de maus tratos e/ou negligência à população sénior do Concelho, realizando atendimentos e encaminhamento destas situações.

Num último ponto de intervenção, o Espaço 3G pretende ser uma oportunidade de formação contínua e de informação, com o desenvolvimento de 2 acções e edição de 2 newsletter's, permitindo a permanente actualização dos conhecimentos dos seniores nas áreas da acção social, saúde, lazer e cultura, direitos e deveres, recursos e equipamentos disponíveis e outras informações que se perspectivem essenciais serem abordadas num contexto de promoção de um envelhecimento activo e saudável.

1.10.2. Dia Metropolitano dos Avós

À semelhança das edições anteriores, esta iniciativa da Área Metropolitana do Porto, com a participação de 1500 idosos, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pretende continuar a participar activamente neste evento, não somente com a participação do maior número de seniores possível, como ainda com grupos de animação do Concelho, que integram assim o programa de animação, proporcionando aos seniores momentos de bem-estar e animação.

1.10.2. Fórum Sénior

Criação de um Conselho Municipal para reflexão sobre as problemáticas da população sénior, e as medidas de política existentes e a criar, integrando representantes seniores das freguesias, em cooperação com o Conselho Local de Acção Social, da Rede Social Concelhia.

2. Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência

Dando continuidade ao objectivo de apostar na melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência e das suas famílias, promovendo a igualdade de oportunidades, serão privilegiadas pela Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência as seguintes acções:

- Implementação do SIM-PD (Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência), promovido pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, com o objectivo de prestar às pessoas com deficiência uma informação global e integrada sobre os seus direitos, benefícios e recursos existentes, apoiando-as na procura das soluções mais adequadas à sua situação concreta;
- Realizar as acções previstas na candidatura efectuada pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, em parceria com os Municípios do Entre Douro e Vouga, à Medida 6.5 - Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas do Programa Operacional Potencial Humano, na área do diagnóstico das acessibilidades;

- Fazer o levantamento dos obstáculos que dificultam a mobilidade e acessibilidade das pessoas com deficiência, nos edifícios municipais e espaços públicos, promovendo as intervenções necessárias, e acompanhar a implementação da legislação em vigor.
- Realizar acções de sensibilização dirigidas a organismos públicos e empresas privadas para que as barreiras arquitectónicas, deles dependentes, sejam eliminadas;
- Realizar acções de formação dirigidas a Juntas de Freguesia, empreiteiros e seus colaboradores, com vista à promoção da acessibilidade para todos;
- Realização de um Seminário sobre a temática das Acessibilidades;
- Dinamização do programa Férias Vivas, dirigido a adultos com deficiência, em parceria com entidades que intervêm nesta área;
- Comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de Dezembro).

3. Gabinete de Desenvolvimento das Comunidades Locais

Com o agravamento de tradicionais problemas de pobreza e a emergência de novos problemas sociais, o Município de Santa Maria da Feira aposta na inovação social e no empreendedorismo, como complemento à estratégia de desenvolvimento social integrado que tem vindo a implementar no Concelho, para fazer face a estes desafios.

Nesta linha de intervenção e tendo por base o trabalho em rede com os parceiros locais, a implementação de acções com a participação das comunidades locais pretende ser um espaço vivo, de partilha de saberes, assente em valores de justiça social como valorização do factor humano nos processos de desenvolvimento.

Consciente de que o investimento na inovação e na qualidade é uma necessidade das organizações sociais, é fundamental criar estratégias para garantir um processo eficaz e ajustado às necessidades identificadas. Outro grande objectivo é a justiça social, em que o impacto real nos beneficiários terá sempre que resultar numa melhoria significativa da sua qualidade de vida.

3.1. Bazar

O Bazar surgiu em 2009, no âmbito do I Mosaico Social, como um espaço expositivo para venda de artigos diversos, das IPSS's, no sentido de apoiar os seus projectos de intervenção social, assente na funcionalidade, criatividade e originalidade do objecto, de modo a suscitar a curiosidade e a torná-los apetecíveis aos consumidores.

Tem também como grande objectivo valorizar as potencialidades das pessoas e suas capacidades, principalmente das mais vulneráveis, ajudando-as a exercer a sua cidadania, possibilitando a venda proveniente dos seus saberes-fazer, como complemento da economia familiar, promovendo assim a sua inserção social e o comércio solidário como motor do desenvolvimento económico e social local.

3.2. Fada do Berço

Esta linha criada especificamente para os bebés, comporta um kit que será oferecido às famílias mais carenciadas do Concelho. Dinamizará semanalmente uma oficina, em colaboração com seniores voluntários, para as adolescentes grávidas da acção Cegonha e Companhia, do Projecto Direitos e Desafios, poderem confeccionar o enxoval para o seu bebé, enquadrado na formação parental.

3.3. Mostra de Emprego, Formação Profissional e Empreendedorismo

Evento dedicado à área da Educação, Formação, Emprego e Negócios de carácter abrangente, conta com o apoio e cooperação de diversas Instituições.

O sucesso da edição do ano passado traduziu-se na conjugação de dois universos, o escolar e o empresarial, contribuindo para a captação de públicos diversos, através de um leque diversificado de ofertas, com um aumento significativo de visitantes.

Este ano pretende-se promover novamente o certame numa lógica de co-responsabilidade tripartida, entre a Divisão de Acção Social, o Pelouro da Educação, e o Gabinete de Apoio ao Empresário.

Esta Mostra pretende reunir num mesmo espaço um amplo conjunto de agentes que se movimentam na área da Educação, Emprego, Formação e Negócios, possibilitando aos visitantes – estudantes, professores, encarregados de educação, desempregados, empresários – tomar conhecimento das diversas possibilidades do mercado, encontrar soluções para os seus problemas de emprego, e desenvolver ideias para a criação do seu próprio negócio.

A realização deste certame está prevista para o mês de Março, no Pavilhão de Exposições do Europarque.

3.4. V Encontro de Teatro Para o Desenvolvimento Comunitário

Decorrente do trabalho efectuado em 2009, com o projecto Texturas e Meu Coração Viagem, em 2010 dar-se-á continuidade a produções/residências artísticas envolvendo idosos, jovens em risco, minorias étnicas e deficientes, estimulando a participação comunitária na programação artística do Imaginarius e outros eventos, em colaboração com o Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua (CCTAR). Ao mesmo tempo pretende-se formar animadores líderes dos grupos, que possam dar continuidade ao trabalho artístico, no período fora da residência dos artistas, com o objectivo de autonomizar os próprios grupos, em particular o grupo dos maiores de 60 anos, e o grupo das noivas, com os quais se desenvolve um trabalho teatral há cerca de dois anos.

3.4.1. Instável Orquestra

Este projecto reflecte um trabalho musical e teatral, que será desenvolvido ao longo de dois anos – 2010 a 2011 – com a comunidade feirense, e com os grupos que constituem a Instável Orquestra.

O processo criativo do espectáculo terá como tema a “Criação do Mundo” ou o “Futuro”, criado por quatro grupos de trabalho, nomeadamente: EB1 de Fiães; EB2,3 de Fiães; Grupo Rufus e Circus, a Associação de Alcoólicos Recuperados de SMFeira e as Famílias do Ferradal, sob a orientação do

músico Aleksandar Caric. A criação da história será desenvolvida através de oficinas que incluem: desenho, redacção de histórias, jogos de improvisação, de forma a permitir aos grupos investigar sobre o tema, gerando a troca de ideias entre diferentes gerações.

A história criada será apresentada, durante os três dias do Festival Imaginarius, por contadores de histórias, acompanhados pela Instável Orquestra, que também improvisará os novos temas musicais da história. Deste modo, está previsto desenvolver-se alguns laboratórios, facilitadores do desenvolvimento e construção do projecto, nomeadamente:

- Laboratórios de Construção de Instrumentos Musicais Eléctricos e Electrónicos – colaboração de artistas com experiência nesta área e trabalhadores do estaleiro;
- Laboratórios de improvisação musical com grupos da Instável Orquestra (EB1 Fiães, e/ou alargar a outro agrupamento); EB2,3 Fiães; Grupo da AAR SMFeira e Famílias do Ferradal; Grupo Rufus e Circus, alguns músicos provenientes de grupos locais (banda música de Arrifana, banda de música do Vale);
- Convite especial a grupos de música locais para integrem o projecto: Coro da Universidade Sénior; Coro Juvenil da Academia de Música da Feira; Banda de Música de Fornos, Banda de Sopros do Conservatório de Música de Fornos.

A análise desta experiência será acompanhada pela Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação do Porto, procurando-se levantar os benefícios dessa prática musical e teatral para a comunidade e para o grupo que a criou.

Por último, está previsto a disseminação deste projecto através de:

- Gravação e edição de CD's música;
- Produção de 2 vídeos explicativos de todo o processo criativo;
- Lançamento de um livro sobre as metodologias utilizadas, com o apoio da UP;
- Actualização da página do Myspace da Instável Orquestra;
- Realização de concertos em festivais e em espaços culturais de interesse: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Serralves, Casa da Música, Fundação da Juventude, Centro Cultural de Belém;
- Realização de intercâmbios, visitas de estudo e passeios que se mostrem relevantes para a prossecução do projecto.

Este trabalho continuará ao longo do ano com o intuito de em 2011 ser criado um musical.

3.5. 2010 - Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social

3.5.1. Comemoração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza – 17 de Outubro

Instituído em 22 de Dezembro de 1992 pela ONU, o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza é comemorado, anualmente, a 17 de Outubro. As diversas realizações operadas entre nós, quer por iniciativa da Autarquia, quer pela actuação da Feira Viva – Empresa Municipal, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, do

Voluntariado, e, em particular a acção do Mercado da Solidariedade, definem uma vontade comum de contribuir para uma sociedade mais justa, mais solidária e menos desigual.

Esta iniciativa mundial de mobilização cívica, pretende alertar TODOS para a injustiça social que significa a pobreza e a exclusão social e ajudar a (re)definir caminhos que nos levem à erradicação destes flagelos. Assim, pelo terceiro ano consecutivo o Concelho de Santa Maria da Feira participará na acção, com um leque diversificado de actividades, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da sua população. A Marcha Branca é a marca desta iniciativa local, cuja adesão da população se faz sentir com mais força de ano para ano.

3.5.2. Candidatura ao Plano Nacional para o Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

No âmbito da Plataforma Supra Concelhia das Redes Sociais do Entre Douro e Vouga, e em parceria com a Rede Europeia Anti Pobreza e a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, foi apresentada uma candidatura, visando promover o intercâmbio de boas práticas intermunicipal em matéria de responsabilidade partilhada, desenvolvimento sustentável e da solidariedade entre gerações, assim como reforçar a coesão social através da definição de acções integradas e multidimensionais no combate à pobreza e exclusão social, prevendo-se a realização das seguintes acções: Seminário de Encerramento dos Mini-Fóruns Temáticos, promovidos no âmbito da Plataforma Supra Concelhia das Redes Sociais do Entre Douro e Vouga, e edição de uma agenda realizada com os alunos das escolas concelhias, sobre a temática.

4. Projecto Riscos e Traços

É um projecto de formação artística e cultural, para a promoção da percussão tradicional portuguesa, actualmente abrangendo 15 jovens em risco de abandono e insucesso escolar. Esta intervenção responde a uma necessidade social de favorecer a integração e a inclusão social destes jovens, através da dinamização de oficinas de percussão que apresentam um duplo valor educativo: a descoberta pessoal e a responsabilização.

Paralelamente estes jovens estão integrados no projecto da Instável Orquestra, participando nos ensaios e concertos, interagindo com jovens músicos e adultos, fazendo, deste modo, parte de um colectivo mais amplo. A par desta actividade participam na animação de outros eventos concelhios, sendo de destacar a Viagem Medieval, que decorre durante 10 dias, no mês de Agosto.

5. Programa Concelho Solidário

No quadro do contexto sócio-económico que afecta o actualmente o nosso Concelho, a temática do desemprego ganha uma relevância particular, através dos impactos sociais que acarreta, pelo que importa promover a responsabilidade social e cidadania empresarial.

Consequentemente torna-se necessário que todos os actores sociais e intervenientes no tecido social tenham uma atenção redobrada, uma vez que começam a surgir novas formas de pobreza e exclusão social, atingindo grupos sociais que até aqui mantinham níveis adequados de inclusão de rendimento.

Assim, serão prestados pelo Município um conjunto de apoios sociais, no sentido de, não só atenuar as consequências da diminuição dos rendimentos familiares, como também complementar as medidas de política social já existentes.

5.1. Cartão Concelho Solidário

Pretende-se com esta iniciativa, criar um instrumento de apoio excepcional aos agregados familiares afectados pela situação de desemprego, pela suspensão do contrato de trabalho, e ainda com salários em atraso, ou ausência de qualquer protecção social; facilitar o acesso a serviços e bens essenciais, proporcionando um complemento financeiro aos agregados familiares afectados por esta realidade. Este cartão contribuirá para a melhoria da qualidade de vida destes agregados familiares, apoiando-os de acordo com a sua situação socioeconómica, na aquisição e acesso a bens essenciais ao seu bem-estar (apoio no pagamento de medicação, água, luz, gás, livros e refeições escolares, entre outros), assim como a determinados serviços e produtos culturais, recreativos e outros, sobretudo de âmbito Municipal, a custos mais reduzidos. Esta medida aplicada segundo Regulamento a efectuar, será implementada em cooperação estreita com as respostas sociais existentes e as medidas sociais em vigor.

5.2. Rede de Restaurantes Solidários

A Rede de Restaurantes Solidários, implementada em 2009, com a adesão de 12 restaurantes, que proporcionaram 60 refeições diárias a 22 agregados familiares, nasceu como complemento à actividade do “Mercado da Solidariedade”, tornando a resposta de apoio alimentar mais abrangente, de forma a responder às diversas necessidades das famílias, essencialmente à denominada “pobreza envergonhada”. Esta iniciativa pretende reforçar o combate às carências alimentares no Concelho, melhorando a qualidade de vida das famílias em situação de pobreza. Em 2010, pretende-se reforçar a adesão de novos restaurantes, aumentando o número diário de refeições a serem disponibilizadas. Esta medida além de estimular a cidadania empresarial, contribui igualmente para a responsabilidade do cidadão na valorização desta atitude empresarial.

6. Gabinete de Apoio ao Desemprego Involuntário - GADI

No seguimento da intervenção operacionalizada e atendendo ao contexto socioeconómico vigente, prevê-se a prossecução das medidas accionadas em 2009, junto de 202 agregados de diversas empresas concelhias, ao nível do apoio social (educação, emprego/formação, apoio alimentar, água,

luz, gás, medicamentos, rendas de casa), com vista à diminuição das vulnerabilidades inerentes a esta problemática social. Estas medidas continuarão a implicar uma forte articulação entre as instituições que compõem a Rede Social Concelhia, nomeadamente as estruturas de emprego, formação, educação e acção social, assim como empresas e sindicatos.

7. Gabinete de Apoio à Saúde Juvenil

O Gabinete de Atendimento de Saúde Juvenil, resulta de um protocolo estabelecido entre esta Autarquia e a Administração Regional de Saúde do Centro/ Sub-Região de Saúde de Aveiro, funcionando nas instalações do Centro de Saúde de Santa Maria da Feira.

As actividades desenvolvidas por este gabinete são competência da ARS cabendo à Autarquia o apoio logístico ao desenvolvimento das actividades, o fornecimento dos recursos materiais necessários ao desenvolvimento dos objectivos deste serviço, apoio na divulgação e promoção de actividades, bem como cedência de instalações.

Este serviço, continuará em 2010 a desenvolver acções dirigidas a jovens na área da sexualidade e saúde, contribuindo para o aumento da sua capacidade individual de tomar decisão e da recusa de comportamentos não desejados.

8. Migrações

8.1. Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes (GACE)

O apoio aos munícipes que tenham estado emigrados, que estejam em vias de regresso, que queiram emigrar ou que ainda estejam a residir nos países de acolhimento, continuará a ser a principal vertente de intervenção do Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes do Concelho de Santa Maria da Feira.

Dado o aumento do fenómeno da emigração, resultante da diminuição de emprego no Concelho, prevê-se o alargamento do horário de funcionamento deste serviço, para um apoio mais efectivo.

Dando continuidade às sessões de esclarecimento sobre as problemáticas da emigração, iniciadas em 2006, em parceria com as Juntas de Freguesia e a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, serão realizadas quatro sessões de informação nas freguesias, as quais procurarão sensibilizar e esclarecer os munícipes sobre assuntos relacionados com a emigração: pensões de velhice, de invalidez e outras pensões sociais; condições de trabalho e legislação laboral aquando pretendem emigrar.

Tendo-se realizado em 2007 e 2008 uma Exposição sobre a Emigração que teve um carácter itinerante, o Gabinete continuará a pesquisa e recolha de materiais alusivos à temática junto da população utente com vista num futuro próximo, e mediante o espólio recolhido, integrar o espaço de memória. A exposição já estruturada será disponibilizada aos Agrupamentos de Escolas do Concelho.

Pretende-se assinalar, em colaboração com o Gabinete de Relações Internacionais, o 20.º Aniversário de Geminação entre Santa Maria da Feira e Joué-Les-Tours, geminação que foi fortemente dinamizada pela Comunidade Santamariana daquela cidade.

Em parceria com a Direcção Geral dos Assuntos Consulares o Gabinete irá organizar um Encontro Nacional de Gabinetes de Apoio às Comunidades Emigrantes, de forma a debater as problemáticas/potencialidades/oportunidades actuais da emigração e a estimular a troca de experiências e procedimentos de trabalho.

Por último, e de modo a agilizar as respostas do GACE, pretende-se criar uma plataforma na Internet, GACE Online, para que os cidadãos que pretendam a resolução dos seus problemas possam contactar este Gabinete de qualquer parte do Mundo.

8.2. Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes - CLAI

O CLAI vai continuar a dar apoio social, jurídico nas situações de legalização de residência, de procura de emprego, de equivalências escolares em articulação com as entidades locais e nacionais.

O CLAI continuará a disponibilizar gratuitamente 1 computador com ligação à Internet, para facilitar a comunicação dos imigrantes entre si e com os seus familiares que estão no seu país de origem.

De forma a facilitar a sua integração profissional e social na comunidade, e de acordo com a procura manifestada pela população imigrante, será organizado um curso de Língua Portuguesa (Português Iniciação ou Português Avançado), em parceria com a Agência Local em Prol do Emprego, no âmbito do Programa Portugal Acolhe do Instituto de Emprego e Formação Profissional..

8.3. Plataforma sobre as Políticas de Integração e Acolhimento de Imigrantes

Manutenção do Município na Plataforma sobre as Políticas de Integração e Acolhimento de Imigrantes da Fundação Calouste Gulbenkian. Será objectivo principal continuar a monitorizar e acompanhar a integração dos Princípios Básicos Comuns para garantir a estabilidade e coesão da nossa sociedade.

8.4. Registo de Cidadãos da União Europeia

Será dada continuidade ao registo dos cidadãos da União Europeia cuja estada no território se prolongue por um período superior a três meses, o qual formaliza o seu direito de residência em território nacional, sendo que em 2009, procederam a este registo 40 cidadãos. Para este número contribuiu o aumento do fluxo migratório romeno, essencialmente nas freguesias de Nogueira da Regedoura e S. Paio de Oleiros. Este aumento tem vindo a ser acompanhado em colaboração com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, pelo que se encontra em análise a possibilidade de ser activada alguma medida de actuação.

8.5. Projecto Enlaces II – Educação Para o Desenvolvimento

Considerando o sucesso do trabalho realizado pelos Municípios Parceiros no âmbito do projecto Enlaces I, e a relevância de se lhe dar continuidade e alargar a experiência, o Município continuará a integrar a sua parceria com a Fundação Evangelização e Culturas no Projecto Enlaces II:

- Planificação e realização de acções de Educação para o Desenvolvimento (ED) no concelho;
- Participação na reunião de trabalho por grupo regional de Municípios (Sul e Norte) - balanço do processo e preparação de restante percurso), a realizar em local a definir;
- Divulgação do projecto e das acções locais (ao longo dos vários momentos do projecto) em canais próprios e através de contactos com órgãos de comunicação social local;
- Participação na Organização do Concelho Solidário;
- Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social;
- Concerto de Solidariedade e Espectáculo de Solidariedade.

9. Banco Local de Voluntariado

O voluntariado é um elemento fundamental na sociedade actual, contribuindo para a construção de comunidades coesas e inclusivas, assumindo um espaço próprio de actuação e situando-se numa linha de complementaridade ao trabalho profissional e de actuação das instituições, constituindo um valioso recurso nas suas diversas áreas de actuação. Contando actualmente com 85 voluntários inscritos, este serviço dinamizará em 2010 as seguintes actividades:

- Edição de três Newsletter com vista a promover as acções desenvolvidas pelo Banco Local de Voluntariado, assim como entidades e projectos que intervêm nesta área;
- Comemoração do Dia Internacional dos Voluntários (5 de Dezembro);
- Concepção e implementação dos Programas de Voluntariado Jovem e Sénior, com actividades contínuas de divulgação, formação, monitorização e avaliação;
- Realização de quatro acções de formação, sobre a temática “Ser Voluntário Hoje”.

10. Rede Social

10.1. Plano de Acção 2010-2011

A definição de um Plano de Acção para 2010-2011, constituirá um articular de esforços e vontades, traduzidos em planos de actuação, participados por diferentes entidades, que desenvolvem actividades específicas com os públicos onde se pretende intervir.

O papel da Rede Social será o de potenciar a operacionalização do Plano de Acção através da sensibilização das instituições para incluírem nos seus planos de actividade, acções que concorram para o Plano de Desenvolvimento Social.

10.2. Plataforma Supra-Concelhia da Rede Social do Entre Douro e Vouga

A Plataforma Supra-concelhia da Rede Social do Entre Douro e Vouga, constituída pelos Concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra, de âmbito territorial equivalente à NUT III, foi criada em 15 de Dezembro de 2006. As Plataformas Territoriais, como novo órgão da Rede Social, foram criadas com o objectivo de reforçar a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supra-concelhio. Estas estruturas centram-se na discussão e concertação produzida em torno dos Diagnósticos Sociais e problemáticas identificadas pelos CLAS.

Esta Plataforma tem como instrumento de actuação o Plano de Desenvolvimento 2008—2011, apresentado na Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira em Fevereiro de 2008, cujo objectivo é agilizar a intervenção social, concertando intervenções na região do Entre Douro e Vouga.

10.3. Plano de Acompanhamento das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Comissões Sociais Inter-Freguesia

Tendo presente a necessidade de um funcionamento regular e sistemático das 6 Comissões Sociais Inter-Freguesias já constituídas e ainda da necessidade de implementação das restantes, o CLAS deliberou a sua reorganização e reestruturação. A base de apoio destas estruturas passará a assentar na unidade territorial freguesia, dinamizadas por instituições das próprias freguesias, mais concretamente pelas Juntas de Freguesia, com o apoio do Secretariado Técnico da Rede Social.

10.4. Qualificação dos Parceiros do CLAS

Corporizando um dos objectivos do Plano de Acção 2008-2009 da Rede Social procedeu-se em 2009 ao levantamento das necessidades de formação para a concretização de unidades de formação de curta duração para trabalhadores activos das IPSS's, para a Certificação de Aptidão Profissional. Este levantamento visa a qualificação e investimento em capital humano das IPSS's, assim como a melhoria dos seus serviços. Pretende-se igualmente reunir os recursos fundamentais necessários à qualificação e emprego dos Municípios de Santa Maria da Feira para as respostas sociais existentes e em construção no Concelho.

Após a realização de uma acção de formação na área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho em 2009 está prevista a realização de mais 3 acções em 2010, nomeadamente: Higienização de espaços e equipamentos; Avaliação da Qualidade dos serviços prestados e Sistema de Gestão de Qualidade. Estas acções são realizadas em parceria com as entidades de Formação Profissional Concelhias.

10.5. Parceria Transnacional no Projecto ADD ME – Activating Drivers for Digital empowerment in Europe

Em 2009 foi aprovada pela Comissão Europeia o Projecto ADD ME, uma candidatura ao 7º Programa do quadro da União Europeia, para criação de uma Rede Temática na área da e-Inclusão, envolvendo oito países europeus, com a participação de 21 parceiros, um dos quais a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Este projecto tem como objectivos específicos apoiar as organizações que trabalham diariamente com grupos desfavorecidos, na utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), com vista à inclusão Digital, promovendo: Fóruns de Discussão, Manuais; Repositório de Informações, Disseminação de Boas Práticas e Campanhas de sensibilização.

Para 2010 estão calendarizadas as seguintes actividades:

- Produção e lançamento de um Manual da Rede que sumarie as regras de participação e de gestão da rede e as formas do seu alargamento;
- Lançamento e promoção da rede ADD ME no Portal ePractice;
- Identificação e mapeamento dos grupos de referência da acção;
- Criação de um Arquivo de Boas Práticas de Inclusão Digital;
- Lançamento do manual de apoio ao desenvolvimento pelos Serviços Públicos, de políticas e estratégias de combate à Exclusão Social através das Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Realização de encontros de parceiros.
- Promoção de actividades de disseminação da Rede dentro dos países parceiros e junto de entidades de países terceiros.

10.6. Preparação do II Mosaico Social a realizar em 2011

Após a realização em 2009 do I MOSAICO SOCIAL, que contou com uma participação efectiva das instituições sociais Concelhias, e de acordo com o Plano de Acção 2009-2011, esta iniciativa realizar-se-á novamente em Janeiro de 2011, no âmbito do Programa Cultural das Fogaceiras. Pretende divulgar à população os serviços e projectos existentes no nosso Concelho. Para concretizar esta iniciativa, será constituído no 2º Semestre de 2009 um grupo de trabalho no âmbito da Rede, para definir em conjunto com a totalidade das Instituições a programação do evento e concretização do mesmo.

10.7. Programa de Captação de Famílias de Acolhimento

Face à quase inexistência de famílias de acolhimento no Concelho, será promovido em estreita colaboração com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, o Centro Distrital de Segurança Social, e em parceria com uma IPSS local, um programa de captação de famílias de acolhimento,

integrando uma forte componente de formação, por forma a evitar a institucionalização de menores, muitas vezes longe das famílias biológicas, o que impede um trabalho qualificado para a reunificação familiar.

10.8. Projecto Mobilidade Para Todos

Face aos sérios problemas com que as pessoas com mobilidade condicionada se debatem no acesso a vários recursos existentes na comunidade no seu dia-a-dia, e sendo preocupação fundamental da Autarquia, no seguimento de uma política promotora da igualdade de oportunidades para todos, foi apresentada uma candidatura à Acção 3.2.2 “Serviços Básicos para a População Rural” do PRODOR, para a aquisição das duas carrinhas adaptadas, de forma a apoiar a acessibilidade aos serviços de reabilitação física e socioprofissional, de saúde, e aumentar as oportunidades de participação em actividades culturais e de lazer.

10.9. Estimular Medidas de criação de emprego

Por forma a aumentar as oportunidades de acesso ao emprego por parte de grupos mais vulneráveis (jovens à procura do 1º emprego, beneficiários do RSI, adultos portadores de deficiência e desempregados de longa duração), o Conselho Local de Acção Social, estimulará e apoiará a criação de empresas de inserção, através de divulgação desta medida, e apoio técnico na elaboração de candidaturas, bem como apoiará as instituições que pretendam aderir aos programas estágios qualificação emprego, contrato emprego inserção e contrato emprego inserção +, e estágios profissionais.

11. Observatório Social

Criado em 2006, em colaboração com uma equipa do Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (IDIT), o Observatório Social tem como objectivo continuar a produzir instrumentos (como o Guia de Recursos e o Dicionário Social produzidos em 2009) que sirvam de base à tomada de decisões estratégicas e à promoção de projectos e medidas, e que visem o reforço de dinâmicas de desenvolvimento local e o trabalho social em rede.

Assim, para 2010 propomos as seguintes actividades:

- Manutenção do Observatório Social on-line, através da permanente actualização dos indicadores sociais e da carta social, da introdução de novos temas e indicadores e da elaboração de estudos/relatórios de análise, dos vários temas que constituem o Observatório. Pretende-se assim, contribuir para a construção de um conhecimento mais fundamentado e territorializado da realidade sócio-económica do Concelho, tendo sempre por base uma metodologia de investigação-acção;



- Elaboração da Carta Social do Concelho;
- Elaboração do Estudo Prospectivo da Necessidade de Equipamentos Sociais, identificando potencialidades e constrangimentos e áreas prioritárias de intervenção;
- Elaboração da edição de um Boletim Social, publicação periódica, que constitui um canal de comunicação com a comunidade, e um espaço de reflexão, partilha e troca de experiências e conhecimentos, estimulando a parceria e participação dos parceiros;
- Criação de uma plataforma on-line, constituída pelos indicadores sociais considerados pertinentes nas áreas da Educação, Emprego/Desemprego, Comportamentos desviantes, Família e Demografia, que funcionará como um importante instrumento de trabalho para todas as instituições que intervêm a nível social.

12. Plano Municipal para a Intervenção Primária das Toxicodependências – Núcleo Prevenir

O Núcleo Prevenir pretende continuar o trabalho de consolidação enquanto instrumento de parceria com vista à dinamização da cooperação e promoção de uma resposta global na comunidade na área da prevenção primária.

Implica uma abordagem multidimensional, plurifacetada da toxicodependência exigindo uma estratégia de prevenção caracterizada por intervenções integradas, assentes em princípios de parceria e proximidade com outras instituições/projectos no âmbito do desenvolvimento já em curso no nosso concelho.

Tem como principais objectivos:

- Sensibilizar a comunidade para a problemática do consumo/tráfico de drogas;
- Desenvolver conhecimentos/ competências sobre as temáticas das toxicodependências e da prevenção;
- Desenvolver estratégias preventivas em articulação com instituições concelhias;
- Promover competências pessoais, sociais, parentais e institucionais;
- Sensibilização para a prevenção e redução de comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias e na área da sexualidade;
- Reforçar hábitos e estilos de vida saudáveis;
- Proporcionar um apoio técnico às instituições concelhias, disponibilizando serviço de consultoria, formação e acções de sensibilização;

Com vista a alcançar os seus objectivos, o Núcleo Prevenir desenvolve o seu campo de acção mediante duas modalidades de intervenção: a modalidade de **intervenção directa** e a **consultoria**.

12.1. Aconselhamento Parental (atendimento e acompanhamento de famílias)

Manter-se-á este acompanhamento de forma contínua e semanal, mediante os pedidos e encaminhamento. O aconselhamento parental continuará a ser realizado nos locais de intervenção directa do Núcleo Prevenir (Lourosa, Fiães e Escapães).

12.2. Atendimento e acompanhamento a jovens

O atendimento e acompanhamento a jovens visa promover estilos de vida saudáveis, reforçando os factores protectores e minimizando os factores de risco. Esta intervenção continuará a ser realizada no Centro Social de Lourosa e nos empreendimentos sociais de Souto- Fiães, Ferradal e Escapães.

12.3. Consulta para jovens com Consumos Problemáticos

Esta resposta decorre do Programa de Respostas Integrado, não financiado, sendo promovida pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Associação de Alcoólicos Recuperados e Associação Pelo Prazer de Viver.

Tem como população alvo jovens dos 12 anos aos 18 anos com consumos problemáticos de substâncias psicoactivas, residentes no Concelho.

Visa promover uma articulação interinstitucional no âmbito de intervenção individual/familiar e desenvolver uma metodologia de intervenção orientada por boas práticas profissionais.

12.4. Linha Telefónica de Apoio às Famílias

A “Linha Famílias” mantém o seu horário de funcionamento, todos os dias úteis das 10 horas às 20 horas.

Pretende-se reforçar a divulgação deste serviço de forma a que a “Linha Famílias” se venha a consolidar como um recurso pertinente e de encaminhamento eficaz para os serviços existentes na comunidade.

12.5. Actividades Lúdico- pedagógicas

Actividades decorrem essencialmente nos empreendimentos sociais do Ferradal e Souto-Fiães de forma contínua e semanal. O trabalho com os jovens tem como base a promoção de vivências grupais potenciadoras do desenvolvimento pessoal e social contribuindo para a estruturação de um projecto de vida normativo.

No ano de 2010 prevê-se a aplicação do Programa “**Eu e os Outros**” desenvolvido pelo IDT (Instituto da Droga e da Toxicodependência). Este programa promove uma reflexão em grupo sobre temas do desenvolvimento ligados à adolescência criando uma dinâmica de grupo geradora de crescimento pessoal e social.

Pretende-se a constituição de um grupo experimental, com os jovens frequentadores do espaço no Ferradal e um grupo de controlo, com os jovens do Souto, com vista a avaliação dos resultados deste programa.

12.6. Dinamização e formação de Jovens Mediadores Sociais

Os jovens Mediadores Sociais continuaram a fazer parte integrante das intervenções do Núcleo. Pretende-se o desenvolvimento de actividades junto dos jovens quer no âmbito de intervenção do Ponto P, quer no âmbito de intervenção do Núcleo junto da comunidade escolar.

Prevê-se a aplicação prática de um jogo preventivo desenvolvido pelos mediadores em contexto escolar e a consolidação do Teatro-Fórum apresentado em 2009.

O Clube de Pais *Pais XXI* continuará como recurso estratégico para a dinamização e implementação de actividades do Núcleo Prevenir junto de grupos específicos e/ou recorrente do desenvolvimento do trabalho de consultoria junto de instituições concelhias.

12.7. Ponto P

O **Ponto P**, iniciativa conjunta entre Núcleo Prevenir, Associação de Alcoólicos Recuperados, Equipa de Rua *In Loco* e GASJ (Gabinete de Atendimento à Saúde Juvenil); pretende consolidar-se enquanto resposta concelhia ao nível da intervenção no âmbito da redução de riscos em contextos recreativos e de lazer nocturno, não descurando os grandes eventos culturais que acontecem no concelho ao longo do ano. Tem como objectivos gerais:

13. Divulgar o trabalho desenvolvido pelos diferentes intervenientes e seus serviços;
14. Esclarecer dúvidas sobre sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, contracepção, substâncias psicoactivas (drogas ilícitas e licitas);
15. Sensibilizar para a prevenção e redução de comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias e na área da sexualidade;
16. Reforçar hábitos e estilos de vida saudáveis.

As actividades a desenvolver no ano de 2010 são as seguintes:

- Uma vez realizado o diagnóstico nos bares da Zona Histórica, alargá-lo a outros contextos recreativos onde haja indícios de necessidades de intervenção.
- Intervenção na Viagem Medieval ao nível da formação dos voluntários.
- Participação no Festival da Juventude
- Realização da segunda edição da Noite Ponte P
- Concepção do KIT Ponto P

12.8. Serviços de Consultoria na área da Prevenção Primária das Toxicodependências (contexto familiar, escolar e espaços de Lazer, Recreativos e desportivos) junto das instituições do concelho.

A consultoria tem permitido uma maior abrangência concelhia do trabalho do Núcleo Prevenir, reforçando a articulação com os agentes significativos e instituições concelhias. Esta modalidade de intervenção permite proporcionar apoio técnico na dinamização de projectos de prevenção junto de instituições contribuindo para o empowerment das mesmas. No ano de 2010 a consultoria, para além

de dar continuidade ao trabalho já iniciado junto de algumas instituições, irá abranger mais três escolas.

12.9. Agrupamento de escolas de Paços de Brandão

Dinamização do Blogue criado pelo Grupo de Pais do Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão junto da comunidade escolar. O objectivo é incentivar a partilha e a reflexão conjunta entre os jovens e os pais com a colaboração do Projecto Educativo para a Saúde. Pretende-se com a dinamização do Blogue na comunidade escolar que os jovens levantem questões, dúvidas e ao mesmo tempo se promova a motivação dos mesmos para o desenvolvimento dos temas propostos pela escola.

O grupo de pais procurará assim, intervir de forma activa na comunidade escolar tendo o Blogue como veículo para a promoção e desenvolvimento de actividades de carácter preventivo.

12.10. Escola EB2/3 Cavaco

Continuará o apoio técnico para a concretização das actividades propostas pelo grupo de trabalho criado na escola: continuação da dinamização do gabinete de apoio ao aluno; segunda edição da formação aos docentes; divulgação dos resultados dos inquéritos elaborados pelos alunos em 2009 sobre o consumo do álcool, tabaco e haxixe em meio escolar; colaboração da PSP na dinamização de sessões; alteração do regulamento interno dos auxiliares de acção educativa. Esta alteração surge do resultado da formação desenvolvida em 2009, permitindo-lhes maior autonomia na intervenção junto dos alunos com consumo de tabaco.

12.11. Escola EB2/3 Argoncilhe

A colaboração do Núcleo Prevenir junto desta escola resulta num projecto denominado pela própria escola de “**Caminhos Mais**”.

No ano 2010 prevê-se o desenvolvimento de um concurso organizado pelos docentes de EVT; dinamização de sessões com o 7º ano e alunos CEF; encontro pais e filhos para apresentação dos trabalhos desenvolvidos com a colaboração do Clube de Pais com a peça “Retratos de Família”

12.12. Escola EB2/3 e Secundária de Fiães/Escola Fernando Pessoa/Escola Secundária da Feira

Início do trabalho de consultoria com formação de docentes, prevista para a Escola Secundária e Agrupamento de Fiães, com vista à elaboração de um plano de actividades preventivas para cada uma das escolas.

Dinamização de sessões em colaboração com a PSP junto dos alunos.

13. Projecto Olhares Múltiplos

O trabalho junto das escolas, quer na formação dos docentes, quer no trabalho com os alunos, no âmbito da intervenção do Núcleo Prevenir assim como na intervenção do Ponto P, contempla as necessidades de intervenção na área da sexualidade, estando presente as linhas orientadoras do Projecto Olhares Múltiplos como Projecto de Prevenção do VIH/SIDA. As actividades principais continuarão a ser: fóruns de discussão, jornadas formativas, cinema de animação e teatro fórum.

14. Projecto Direitos & Desafios II - PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento

O Projecto “Direitos & Desafios” resultou da candidatura efectuada ao Programa PROGRIDE (Programa para a Inclusão e Desenvolvimento do I.S.S.), contemplando objectivos centrais: promover a inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas; combater o isolamento, a desertificação a exclusão em zonas deprimidas e intervir junto de grupos confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistentes. Tem como entidade promotora a Câmara Municipal e entidade executora a Associação Pelo Prazer de Viver.

Este projecto teve o seu início em Setembro de 2005 com final previsto em candidatura para Agosto de 2009. Considerando, a conjuntura social de grande complexidade vivida no momento, foi definido o prolongamento do financiamento do programa PROGRIDE até Agosto de 2010. Tendo em conta, a fase final do financiamento deste projecto e na sequência da estratégia já iniciada, em 2010 a prioridade será aprofundar diferentes instrumentos que permitam a continuidade das acções do projecto avaliadas como positivas e reconhecidas como respostas necessárias pela população servida pelas mesmas.

Neste sentido continuarão a ser desenvolvidos esforços, nomeadamente através da preparação de futuros protocolos de cooperação com a Segurança Social, nomeadamente através de acordos atípicos e da celebração de um Contrato Local de Desenvolvimento Social; e da dinamização de respostas no âmbito da Casa dos Choupos – Cooperativa de Serviços, CRL. que permitam a sustentabilidade de algumas acções do projecto.

14.1. Mercado da Solidariedade

O Mercado da Solidariedade é uma estrutura com uma gestão partilhada entre o Núcleo de Sanguedo/Feira da Cruz Vermelha Portuguesa e o Projecto Direitos & Desafios. Esta estrutura visa responder a situações de pobreza extrema através da doação de géneros alimentares, bem como contribuir para integrar socialmente famílias que vivem em situação de risco social. Para a concretização desta acção é fundamental: a dinamização de voluntários que participam nas campanhas de recolhas de bens alimentares; a doação de empresas do ramo alimentar; e a participação em eventos diversos onde se possam desenvolver recolhas de bens alimentares.

O Mercado da Solidariedade iniciou a sua actividade em Dezembro de 2005 e apoiou em géneros alimentares 4507 indivíduos carenciados até Setembro de 2009.

Para o ano 2010 o Mercado da Solidariedade pretende:

15. Realizar três campanhas de recolha de alimentos;
16. Distribuir produtos alimentares através de 40 instituições intermediárias concelhias que trabalham directamente com a população;
17. Reforçar a rede de voluntariado que actua na recolha, transporte, triagem e armazenagem dos produtos alimentares, em 10 elementos;
18. Fortalecer o contacto com as empresas do ramo alimentar e/ou de distribuição de produtos alimentares, sensibilizando-as para a necessidade de doação de produtos para o Mercado da Solidariedade.

14.2. Espaço Trevo

A aposta nas questões relacionadas com a igualdade de género e a sua inclusão na agenda de políticas nacionais, trouxe grandes desafios no âmbito do combate à violência doméstica e à prevenção da mesma junto da comunidade. O Espaço Trevo tem vindo a desenvolver um trabalho estruturado no âmbito da prevenção e sensibilização da violência doméstica e nas relações de namoro junto da comunidade, de escolas e instituições concelhias, dando também resposta a pedidos pontuais apresentados por diversas entidades. Ao nível do apoio a situações de violência doméstica, destacam-se as 566 vítimas apoiadas pelo gabinete desde o início do seu funcionamento (2006), bem como o esforço constante para que sejam dadas respostas céleres a todos os encaminhamentos realizados, sejam estes para apoio psicossocial, jurídico, intervenção com agressores ou terapia de casal.

No ano 2010, o Espaço Trevo pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido:

19. Acompanhamento de situações de violência doméstica – apoio psicossocial, jurídico, intervenção com agressores ou terapia de casal, a vítimas crianças e adultos (com idade igual ou inferior a 65 anos) e agressores (150 pessoas estimadas);
20. Campanha Mensagem de Amor – campanha de prevenção da violência no namoro. É intenção que a participação nesta campanha seja a mais abrangente possível, envolvendo população das mais diversas idades e das diferentes freguesias do concelho. Culminará com um debate no dia 5 de Fevereiro de 2010 e com o Grande Encontro Pela Não-violência no dia 12 de Fevereiro onde se pretende criar um contexto de convívio e de partilha de produtos que serão desenvolvidos pelas escolas e instituições ao longo do ano lectivo com a supervisão do Espaço Trevo (30 instituições concelhias estimadas, escolas e IPSS's);
21. Prevenção da Violência Doméstica – formação dirigida a docentes e auxiliares de acção educativa, onde se pretende apresentar novas abordagens/estratégias na sinalização de situações, sendo que posteriormente o Espaço Trevo terá um papel de supervisão junto deste grupo (30 horas, 30 formandos estimados);

22. Acção de sensibilização: 25 de Novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (500 pessoas estimadas);
23. Sessões de sensibilização da problemática dirigidas a 1500 indivíduos solicitadas pelas instituições, serviços ou outros organismos concelhios;
24. Distribuição de 2000 postais informativos do Espaço Trevo à comunidade em articulação com as instituições sociais e escolas concelhias;
25. Elaboração de um livro que documentará toda a intervenção e trabalho desenvolvido pelo Espaço Trevo, quer na vertente remediativa, quer na preventiva, com vista à sua edição e divulgação junto de instituições e comunidade concelhias e extra-concelhias.

14.3. Direitos & Desafios Virtual

Em 2007, foi criado o site www.direitosedesafios.com com cerca de 5200 visitas até ao momento, que pretende promover a divulgação das várias acções do projecto e recolher o feed-back da população relativamente às mesmas. Em complemento a este instrumento continua a ser dinamizado o fórum de discussão www.direitosedesafios.info.

Para o ano de 2010, será continuada a manutenção do site e do fórum de discussão, actualizando sistematicamente as informações, notícias, fotografias e vídeos relativos ao Projecto Direitos & Desafios e outros eventos de interesse.

14.4. Serviço Âncora

O “Programa Sorrisos” é um serviço de apoio no âmbito da saúde oral que se destina a crianças e jovens do Concelho, com menos de 18 anos, em situação económico-social vulnerável. Conta com a parceria de 4 médicos dentistas do Concelho, que voluntariamente oferecem a sua intervenção junto das crianças e jovens, contribuindo para a promoção do seu bem-estar físico e auto-estima. Esta é também uma forma de promover hábitos de higiene oral e de alimentação mais saudáveis, em paralelo com o tratamento, contribuindo também para a valorização de imagem das crianças e jovens. Este Programa, iniciado no ano 2006, foi criado para fazer face à inexistência de consultas de medicina dentária no sistema nacional de saúde e aos elevados custos dos tratamentos nos serviços privados. Este serviço é desenvolvido em articulação com as famílias das crianças e jovens e os técnicos sociais das diversas instituições que os acompanham. As famílias contribuem com uma quantia simbólica e, em alguns casos, são gratuitas sempre que a situação económico-social o justifique. Os tratamentos contemplados nestas consultas incluem a restauração de dentes, tratamento de cáries, limpeza de dentes, desvitalizações e extracções. concelho solidário. Desde o início deste serviço, o “Programa Sorrisos” apoiou 220 crianças e jovens.

Ao longo do ano 2010 pretende-se:

- Alargar o número de parcerias com médicos dentistas;



- Realização de sessões de sensibilização sobre saúde oral dirigidas aos jovens inseridos no projecto e às suas famílias, em articulação com as instituições e em parceria directa com a Técnica Higienista Oral do Centro de Saúde de Santa Maria da Feira;
- Apoiar 50 crianças e jovens (nº estimado) ao nível de medicina dentária ao longo do ano.

14.5. Ecoformação

O programa Eco Formação Ambiental tem vindo a ser desenvolvido nos empreendimentos de Caldas de S. Jorge, Sanguedo, Fiães, S. João de Ver e Milheirós de Poiares.

Os objectivos são consciencializar para a Eco Gestão Doméstica (poupança da água, de energia e utilização de materiais recicláveis) e para uma melhor gestão dos resíduos sólidos, melhorando estratégias de actuação; garantir melhores condições de higiene e limpeza nos espaços comuns, proporcionando um ambiente saudável e uma melhor qualidade de vida.

- Alargamento da Ecoformação a uma nova freguesia, de acordo com as necessidades existentes;
- Autonomização do grupo do empreendimento de Caldas de S. Jorge com supervisão técnica;
- Eco Gestão Doméstica com 50 pessoas;
- Horta/ Jardinagem com 50 pessoas;
- Realização de Ecopontos Domésticos com 60 pessoas;
- Publicação e distribuição do Guia Ecológico do Morador;
- Atelier de Costura: substituição de sacos de plástico para as compras, por sacos de pano com 50 pessoas;
- Visitas ao Ecocentro, a aterros sanitários e a estações de triagem e tratamento com 40 pessoas;
- Acções de Sensibilização sobre Gestão de Resíduos Sólidos com 100 pessoas.

14.6. Jardins para a Inclusão/ Casa dos Choupos

A acção Jardins para a Inclusão tem como finalidade a intervenção sócio-educativa com jovens do Concelho, com idades compreendidas entre os 10 e os 20 anos, que se encontrem a frequentar o sistema de ensino, em situação de absentismo, abandono ou insucesso escolar.

A intervenção está alicerçada na pedagogia e na formação através de práticas educativas de criação de situações que permitam multiplicar as possibilidades individuais e grupais de aprendizagem, recorrendo a modelos de intervenção sistémico-ecológicos. Objectiva-se, desta forma, promover a ocupação saudável dos tempos livres, o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e académicas e favorecer a inserção social.

Assim, perspectiva-se a intervenção através do desenvolvimento de diversas actividades, tais como:

- Apoio psicossocial individualizado (40 jovens)



- Apoio Pedagógico (30 jovens)
- Formação em Informática (30 jovens)
- Horta Pedagógica (20 jovens)
- Oficina de Artes Plásticas (30 jovens);
- Actividades Desportivas (20 jovens)
- Oficina de Desenvolvimento Cívico (30 jovens);
- Oficina de Dança (20 jovens)
- Grupo de Percussão (20 jovens);
- Grupo de Teatro (20 jovens);
- Voluntariado.

14.7. Cegonha & Companhia

A gravidez adolescente caracteriza-se pelo duplo esforço das suas protagonistas: estar grávida e ser adolescente. O impacto negativo poderá ser irreversível quando as jovens se encontram em risco social. Assim, o Cegonha & Companhia objectiva-se apoiar estas situações no pré e pós-parto numa lógica de inclusão e construção de um integrado e saudável projecto de vida que contempla um novo membro na família, o bebé.

A intervenção, em parceria directa com o Centro de Saúde, prima pela proximidade e flexibilidade do acompanhamento individual. São desenvolvidas competências parentais e pessoais, a adaptação à maternidade e o envolvimento e responsabilização da família. Em 2010 prevê-se:

- Acompanhar 40 indivíduos (20 grávidas adolescentes, 20 pais e/ou companheiros);
- Curso de Preparação para o Parto;
- Curso de Educação Parental para Adolescentes;
- Prevê-se iniciar o acompanhamento, através de prestação de cuidados de saúde primários materno-infantis ao domicílio, a 20 beneficiárias e dar continuidade a 37;
- Mediação institucional e orientação na procura de emprego e incentivo à formação escolar e profissional prevê-se acompanhar 20 grávidas adolescentes e 10 pais/companheiros;
- Prevê-se ainda que 10 jovens participem no projecto “Fada de Berço”.

14.8. Agência Local em Prol do Emprego

A conjuntura de crise económica, as mudanças no mercado de trabalho e reestruturação de sectores de actividade existentes no concelho, como o calçado, constituem-se como factores que têm contribuído para o aumento do desemprego e conseqüente diminuição da percentagem da população com actividade económica empregada. A existência de um modelo empresarial baseado na mão-de-obra intensiva e pouco qualificada e na insuficiente intensidade tecnológica, constitui uma das maiores vulnerabilidades do tecido económico do concelho de Santa Maria da Feira.

No âmbito dos eixos de intervenção da ALPE (Emprego, Educação / Formação e Criação do próprio emprego), para o ano 2010 esta estrutura procurará reforçar-se e consolidar-se enquanto plataforma de mobilização dos seus parceiros, procurando responder de forma integrada, às necessidades da população inscrita na ALPE.

A intervenção na ALPE pauta-se por uma abordagem individualizada e casuística no sentido de proporcionar espaços de facilitação para a necessidade de uma atitude mais proactiva na delineação de percursos individuais de emprego / educação – formação.

De uma forma geral, a população inscrita na ALPE apresenta baixos níveis de instrução e formação, com escolaridade inferior a 9 anos. Destaca-se, igualmente, a existência de grupos com particulares problemas de inserção no mercado de trabalho nos quais se evidenciam os desempregados com mais de 45 anos, consequência na maioria dos casos, da reestruturação sectorial e igualmente as mulheres, maioritariamente representadas no desemprego de longa duração.

A experiência do trabalho desenvolvido na ALPE aponta para o elevado nível de analfabetismo e de iliteracia, bem como uma grande dependência de subsídios e apoios que se concretizam numa falta de iniciativa e de hábitos de trabalho, baixa participação cívica, de responsabilidade social e de empreendedorismo. Deste modo, entendemos que a compreensão dos processos de inclusão / exclusão é tradicionalmente o da escolarização e qualificação das pessoas.

A recente integração do Concelho de Santa Maria da Feira na área Metropolitana do Porto, pode de alguma forma constituir-se como um factor potenciador de novos investimentos, nomeadamente de empresas ligadas ao desenvolvimento e à inovação tecnológica, ao turismo e à cultura, aos serviços de apoio à comunidade, permitindo a dinamização da actividade produtiva local bem como a emergência de novas iniciativas de criação do próprio emprego.

Em continuidade com o ano transacto, o plano de actividades da ALPE e o respectivo cronograma compreende a realização de actividades em 4 vectores de intervenção:

Educação / Formação

- Encaminhamento/Realização de e para acções formação profissional nomeadamente Cursos de Educação e Formação de Adultos (escolarização e dupla certificação de nível Básico e Secundário);
- Encaminhamento/Realização de processos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) de nível básico (B1, B2 e B3), secundário e profissional;
- Encaminhamento/Realização de e para UFCD (Unidades de Formação de Curta Duração) em diversos domínios (Informática, línguas estrangeiras, área comportamental, área laboral);
- Dinamiz'ALPE;
- Clubes ALPE;
- Dinamização acção “Sou Licenciado e agora?”;
- Dinamização de sessões temáticas nos domínios do emprego, educação/formação, auto – emprego;

Emprego

- Recrutamento e selecção de potenciais candidatos no sentido de inserção no mercado de trabalho;
- Articulação e reforço de parcerias com tecido empresarial local e com entidades que prestam apoio no domínio do emprego;
- Dinamização de sessões temáticas Medidas Apoio ao Emprego;
- Dinamização sessões mensais de Técnicas Procura Emprego.

Criação Auto Emprego

- Apoio técnico no domínio do acompanhamento de iniciativas de auto – emprego;
- Dinamização acção “Auto Emprego: Qual o caminho?” (2ª Edição);
- Constitui-se, ainda, como objectivos para o ano 2010 procurar formalizar a participação da ALPE (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira) como membro efectivo da European Association for the Education of Adults (EAEA), a aquisição / desenvolvimento de um sistema de gestão de percursos individuais (Base de Dados) bem como divulgar as actividades desenvolvidas na ALPE.

18. Projecto PFI – Participar, Formar, Integrar

Este projecto resulta de uma candidatura em aprovação à Medida 6.1. Formação para a Inclusão, do Programa Operacional Potencial Humano, tendo como objectivos promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais em adultos identificados como destinatários; aplicar, testar e transferir estratégias de formação em desenvolvimento de competências transversais e pré-profissionalizantes; e disseminar e incorporar as mais-valias desenvolvidas nos sistemas de apoio aos beneficiários do RSI partindo da parceria transnacional. Terá como beneficiários adultos beneficiários do Rendimento Social de Inserção desempregados (RSI).

O trabalho educativo com populações específicas (neste caso, adultos desempregados e beneficiários de RSI) deverá servir-se de estratégias particulares que permitam uma intervenção simultaneamente apoiante e desafiante, no sentido de prover condições para o desenvolvimento de competências estruturais, competências profissionalizantes e contextos de exercício efectivo de práticas (acompanhadas) que possam resultar no desenvolvimento pessoal, social e profissional dos participantes.

19. Projecto Formações Modulares

Esta candidatura resulta das observações e relações atentas e próximas às realidades e dinâmicas locais (do concelho de Santa Maria da Feira), uma vez que se enquadra no desenvolvimento de actividades prévias e contínuas que o Município vem desenvolvendo com vista a responder às

problemáticas do emprego e da qualificação de forma inovadora e igualitária. A proximidade entre as estruturas como a Agência Local em Prol do Emprego (ALPE) e o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) – ambos promovidos pelo Município de Santa Maria da Feira – e as realidades em causa instrui a identificação de necessidades concretas, individuais, organizacionais e regionais neste projecto específico. Destina-se a activos com idade igual ou superior a 16 anos e que sejam detentores de baixas qualificações escolares e ou profissionais ou que possuam qualificações desajustadas às necessidades do mercado de trabalho.

O projecto propõe a realização de 17 acções de Formação Modular Certificada (FMC) em parceria com o Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (CFPIC) de S. J. Madeira, destinado a pessoas detentoras do nível II de qualificação profissional (ou habilitação escolar equivalente).

20. Gabinete de Inserção Profissional (GIP)

Tendo em conta a análise e discussão dos resultados do GIP no período da sua instalação (entre Junho e Novembro de 2009), ressalva-se para 2010:

- A necessidade de organizar uma oferta articulada de SIC TPE junto dos novos públicos em situação de desemprego e com baixas qualificações da região;
- O desenvolvimento de parcerias já definidas (APCOR) e a definir, como forma de alargar a intervenção territorial deste GIP e levar os seus serviços para mais próximo das populações (em regime de itinerância), de forma a melhor compreender as suas realidades e desenvolver respostas mais ajustadas;
- O desenvolvimento de parcerias com as entidades responsáveis pela educação-formação, de forma a promover respostas cada vez mais adequadas à demanda e uma articulação mais próxima entre as estruturas locais e o Centro de Emprego de S. J. Madeira;
- O desenvolvimento de parcerias com o tecido empresarial e produtivo, de forma a estabelecer uma articulação sustentada entre oferta e procura de emprego locais;

21. Plano de apoio à criação de equipamentos sociais

Continuação do apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento, por parte das organizações locais, nomeadamente IPSS's e Juntas de Freguesia, de respostas sociais ao nível da infância, juventude, população idosa, deficiência, saúde e emprego e formação profissional.

Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais

O Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais (GCRPI) é um serviço transversal a toda a actividade institucional e funcional da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, e tem como missão gerir a comunicação interna, bem como contribuir para a consolidação e manutenção da imagem interna e externa da instituição pública. Acompanhando a estratégia global do Executivo, em conformidade com as ferramentas disponíveis, o GCRPI opera tendo em conta uma maior concentração de recursos na vertente de promoção e relações públicas.

O Gabinete de Comunicação da autarquia pretende ainda promover uma política de comunicação mais transparente e eficaz, em que a circulação da comunicação interna flua e funcione em sentido bidireccional.

Na sequência das linhas de orientação estratégica referidas, as principais funções do Gabinete de Comunicação são:

A divulgação da imagem da instituição Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e de eventos a nível interno e externo;

Fazer o acompanhamento e a divulgação de iniciativas/eventos institucionais, sociais e culturais;

Criar sinergias para o envolvimento do público interno e externo nos projectos da autarquia, bem como fomentar um forte sentimento de pertença, essencialmente através do envolvimento dos residentes, e o reforço da comunicação interna.

Enquanto equipa de trabalho inserida num contexto institucional, o GCRPI acompanha de perto a actividade de todos os pelouros da Câmara Municipal, introduzindo maior potencialidade na comunicação com os diferentes públicos associados.

Neste âmbito, incluem-se as actividades da Empresa Municipal, Feira Viva, no domínio das vivacidades do Departamento de Animação. Assim, a intervenção do gabinete será de acordo com o grau de envolvimento solicitado pelas diferentes áreas da actividade da Câmara Municipal.

Actividade do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais

O Plano de actividades do GCRPI divide-se em dois patamares distintos, sendo que o primeiro resulta, na sua essência, do plano de trabalho identificado e praticado pelo Executivo e que define “a agenda do Gabinete”. Por outro lado, o segundo que consiste no investimento na criação de recursos e competências de suporte ao exercício do executivo e à sua relação com o público interno.

Neste âmbito, e com uma estrutura sólida são várias as áreas de intervenção deste serviço, que depende directamente da Presidência: Assessoria de Imprensa; Design; Gestão de Meios e Publicidade; Relações Públicas; e Relações Internacionais. Destas funções afectas a cada uma das

referidas áreas, destacam-se: a Comunicação, o Design, as Relações Públicas e as relações Internacionais.

Comunicação

Reforço e consolidação da relação do Município com os meios de comunicação social.

Envolvimento e acompanhamento na execução da estratégia de comunicação para diversas matérias inerentes ao desenvolvimento do Concelho, nomeadamente, na área do Saneamento e reformulação do Parque Escolar.

Acompanhamento do Portal da Câmara Municipal (design e conteúdos), bem como incremento de e-comunicação.

Elaboração e envio das edições periódicas, Revista Municipal, Agenda e Boletim Interno.

Sistematização dos mecanismos de comunicação interna.

Promover a edição intemporal de projectos editoriais de prestígio, que reforcem e enriquecem o espólio de publicações existentes, no sentido de disponibilizar uma maior oferta de publicações alusivas ao património, equipamentos, e actividades culturais desenvolvidas no Município.

Actualização e manutenção de suportes de imagem do Concelho de Santa Maria da Feira.

Reforço do sistema de Bases de Dados, de forma a promover a sistematização de processos, acrescentando outras valências de conteúdos que garantam uma melhor e maior disponibilidade de informação.

Potenciar algumas temáticas em meios de comunicação da especialidade.

Design

Consolidação de uma imagem coerente e uniforme e, conseqüentemente, da identidade corporativa do município, ajustando a comunicação aos diversos públicos a que se destina.

Apoio gráfico a toda a estrutura orgânica da autarquia e aos eventos que promove.

Execução de material promocional das juntas de freguesia e associações concelhias.

Relações Públicas

Organizar as deslocações oficiais dos eleitos municipais e a recepção e estadia dos convidados do município;

Estimular o bom entendimento entre o público interno da instituição através da promoção de actividades informais e formais;

Gerir e actualizar a base de dados de aniversários dos funcionários e envio dos postais de aniversário;

Preparação e acompanhamento de cerimónias e recepções oficiais, incluindo convites, protocolo, decoração dos espaços e serviço de catering;

Planificar, conceber, adquirir e gerir os artigos de oferta institucional;

Relações Internacionais

Identificar, planear e gerir a promoção internacional do Município através da rede de cidades geminadas e das comunidades feirenses residentes no estrangeiro;

Identificar, gerir e dinamizar as parcerias e os projectos de cooperação descentralizada;

Identificar, planear e acompanhar projectos de promoção da cidadania europeia e da participação política activa;

Elaborar candidaturas na área das relações internacionais e cooperação descentralizada;

Preparar e acompanhar as recepções institucionais a individualidades estrangeiras, bem como preparar e acompanhar as visitas de responsáveis da autarquia ao exterior.



Com objectivo de maximizar os recursos existentes e potenciar os projectos desenvolvidos, haverá uma maior preocupação nas seguintes vertentes:

Maximização da e-comunicação materializado na implementação de um sistema de e-informação, com garantias de diferenciação e evolução;

Reforço da **sistematização de processos**, de forma a garantir uma maior eficácia nos procedimentos do gabinete;

Incremento da eficácia e produtividade do **Sistema de gestão das bases de dados**, através da aposta da comunicação directa quer através de métodos tradicionais (correio) como na utilização das novas tecnologias (e-mail e sms).

pelouro
**administração, finanças e
desenvolvimento económico**

“Qualquer autarquia moderna tem como prioridade melhorar a qualidade de vida e o bem-estar colectivo e afirmar-se na economia global através da inovação e da capacidade de atracção de cidadãos activos e participativos e de agentes económicos dinâmicos e solidários. Para isso, são precisos modelos de gestão ágeis e transparentes, assentes na optimização dos processos e na orientação dos organismos para os cidadãos e para as empresas, eliminando procedimentos e rotinas que não agregam valor aos serviços prestados.”

Assim, o principal objectivo do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico para 2010 é continuar a imprimir uma cultura de simplificação que promova a redução de custos administrativos e de contexto centrada na simplificação, agilidade, inovação, automatização e desmaterialização dos processos, de forma a:

- **Qualificar e otimizar o funcionamento interno dos serviços municipais**, através de lideranças inovadoras que dinamizem novos processos de trabalho assentes na transversalidade dos canais de informação e comunicação; na adopção de estruturas organizacionais mais horizontais e com partilha de serviços comuns e, em geral, na racionalização dos recursos humanos, materiais e informacionais;
- **Melhorar a prestação de serviços aos munícipes e às empresas**, em termos de qualidade e acessibilidade, prestando serviços por diferentes canais, especialmente por via electrónica e aplicando o princípio do balcão único;
- **Promover a interacção entre as diferentes instituições**, por via do reforço dos espaços de colaboração e cooperação, da circulação e da partilha da informação e da divulgação e replicação de boas práticas;
- **Contribuir para reforçar a cidadania e a qualidade da democracia**, pelo reforço da transparência da actividade da autarquia, com canais para informação e prestação de contas aos cidadãos e acesso a práticas de consulta e de envolvimento nas decisões que afectem o quotidiano dos cidadãos.

Ao nível do desenvolvimento económico, pretende-se implementar o observatório estatístico, o qual poderá responder a um conjunto de necessidades de análise na câmara, sistematizando a informação possível sobre um conjunto de variáveis que auxiliam a decisão nas diferentes escalas.

Ainda no âmbito do desenvolvimento económico, pretendemos a reorganização do serviço de transporte regular de passageiros na cidade de Santa Maria da Feira – Transfeira, nomeadamente, a actualização do itinerário de acordo com a alteração das necessidades de mobilidade. A melhoria compreende alteração do traçado, na frequência horária onde se eliminará a ausência de serviço à hora do almoço, actualização de preço de utilização e uma melhor cobertura da cidade.

Com o intuito de apoiar e incentivar o tecido empresarial do Município é objectivo do Pelouro desenvolver e estruturar diferentes processos internos, de forma a criar condições que permitam disponibilizar um canal directo - “*uma via verde*” - de interacção entre o Município e os empresários, permitindo atingir elevados níveis de satisfação, qualidade e rapidez na resposta às diversas solicitações efectuadas.

Por último, e em resultado da parceria do CIAC – Centro de Informação Autárquica ao Consumidor e o do Gabinete de Turismo será promovido a edição do calendário de 2011 com alertas sobre algumas questões fulcrais dos deveres e direitos dos consumidores.

Recursos Humanos

Prevê-se que o ano de 2010 seja o ano de consolidação legislativa em matéria de Gestão de Recursos Humanos, no que toca à aplicação prática de toda a legislação e respectiva regulamentação publicada e aplicada nos dois últimos anos. Assim, a Divisão de Recursos propõe-se actuar no sentido da sua reorganização interna respeitando os procedimentos associados a esta nova legislação, sem nunca perder de vista uma maior e melhor rentabilização de recursos, sejam eles Humanos, financeiros e / ou materiais. Tal reorganização tem também como objectivo, promover o envolvimento e o empenhamento entre todos os elementos da equipa da Divisão de recursos Humanos, dado que só assim será possível obter uma melhoria no serviço que aí é prestado.

Por conseguinte, pretendemos melhorar o serviço prestado aos nossos “*utilizadores*”, com a consciência de que para isso teremos que repensar e questionar a forma habitual de fazer “*as coisas*”, numa perspectiva de reengenharia de processos, para que eles próprios possam melhorar o seu desempenho, com vista à melhoria contínua do serviço prestado ao Município.

Em 2010, pretendemos trabalhar “*para dentro*” no sentido de melhorar o trabalho apresentado “*para fora*”, propondo para esse mesmo efeito a implementação na Divisão de Recursos Humanos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) pela norma ISO 9001/2008, bem como a implementação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, pela norma 427:2004, com vista a uma dupla certificação. Este processo surge na sequência da implementação do SGQ na Biblioteca Municipal e em alguns dos serviços da área do Urbanismo, nos quais a Divisão de Recursos Humanos participou activamente, e que pretende no futuro, alargar às restantes áreas do Município.

Esta viragem legislativa trouxe-nos também um grande “*espartilho legal*” em matéria de Gestão de Recursos Humanos, o qual, se não for bem conduzido, poderá no médio prazo levar à desmotivação dos trabalhadores ou, na melhor das hipóteses, impedirá o aparecimento deste sentimento, situação que é absolutamente distinta da existência de trabalhadores motivados. Ora, se é certo que este facto

poderá constituir um desafio em matéria de Gestão de Recursos Humanos, também é verdade que nunca foi tão importante como hoje, a procura de alternativas, não necessariamente pecuniárias, que permitam fomentar o envolvimento e empenhamento das pessoas com a organização. Propomo-nos assim “*pegar*” nos resultados de alguns estudos já desenvolvidos em matéria de Gestão de Recursos Humanos, designadamente o estudo do Clima Organizacional do Município, realizado entre o final de 2008 e durante o ano de 2009, para traçar medidas que possam potenciar os sentimentos de motivação, empenhamento e satisfação, culminando num aumento da produtividade organizacional e na melhoria do serviço prestado ao Município.

Conscientes das dificuldades que se avizinham nos próximos tempos em matéria de gestão das carreiras dos nossos “*utilizadores*”, as quais estão associadas aos constrangimentos trazidos pelas já referidas alterações legislativas, bem como pelas limitações orçamentais, torna-se fundamental criar condições para a correcta implementação do “novo SIADAP” (SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública - Lei 66/2007...), de forma a ser possível estabelecer uma ligação de “*causa-efeito*” entre desempenho e evolução na carreira. Caso contrário, estaremos a comprometer toda e qualquer medida que tenha como objectivo potenciar os tais sentimentos de motivação, empenhamento e satisfação. Para ajudar nesta tarefa, teremos o apoio de uma equipa de consultores, a qual surge no âmbito de um projecto intermunicipal liderado pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. A responsabilização directa dos dirigentes, chefias e demais coordenadores de cada serviço, na gestão dos respectivos colaboradores, bem como no exercício de uma liderança assente na motivação e na disciplina laboral, tem também um papel fundamental neste âmbito.

Falando ainda em matéria de SIADAP, pretendemos utilizar a informação que advém deste processo em matéria de necessidades de formação, para promover um correcto ajustamento entre a formação a desenvolver e as necessidades formativas existentes. Assim, propomos novamente que o levantamento de necessidades de formação para 2010 decorra em simultâneo com o ciclo anual de gestão aproveitando esta fase de reflexão sobre o desempenho passado, entre chefia e avaliado, para detectar eventuais necessidades de formação, sem nunca perder de vista o princípio da racionalização de recursos.

Sendo a comunicação (formal e informal) um elemento fundamental para o sucesso da organização em geral, ela assume particular importância no que toca à área da gestão de Recursos Humanos, na medida em que o (in) sucesso das medidas aí tomadas pode depender da forma, mais ou menos eficiente, como são comunicadas a toda a organização. Assim, pretendemos dar continuidade a projectos já iniciados em 2009 cujo principal objectivo passa por facilitar a comunicação entre a Divisão de Recursos Humanos e os seus “*utilizadores*”, como é o caso da Intranet, projecto a cargo do Gabinete de informática e Organização, através do qual se pretende desenvolver um módulo de utilização da Divisão de Recursos Humanos e seus “*utilizadores*”.

Pretendemos dar continuidade à promoção de Estágios (curriculares e profissionais) em todo o Município, bem como de outras medidas disponibilizadas pelos nossos parceiros, designadamente o IEFP – Instituto do Emprego e Formação, que através do Centro de Emprego de S. João da Madeira tem colaborado com o Município de Santa Maria da Feira na promoção e desenvolvimento de Programas de Inserção social, os quais nos têm permitido usufruir dos conhecimentos e saberes das pessoas que vão sendo colocadas neste âmbito.

No âmbito da Medicina no Trabalho, pretendemos dar continuidade ao trabalho já iniciado, o qual incide na promoção da realização de exames de saúde, por forma a verificar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da sua profissão, bem como a repercussão do trabalho e das suas condições na saúde do trabalhador. Neste sentido, torna-se imperioso assegurar a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontram expostos no seu local de trabalho, através do planeamento e respectiva implementação de um sistema de gestão de saúde preventiva. Estas actividades serão obviamente asseguradas por uma equipa médica (externa) habilitada em matéria de medicina no trabalho.

Assim, e porque acreditamos que podemos ter um papel importante na (re) educação dos nossos colaboradores para hábitos quotidianos mais saudáveis e com o objectivo de garantir a informação e sensibilização para a saúde, propomos dar continuidade a várias iniciativas, tais como, o controle da tensão arterial, controle dos triglicéridios, vacinação contra o tétano, boas práticas alimentares, prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas e outras substâncias tóxicas.

Este processo de (re) educação é também fundamental para incutir nos nossos “*utilizadores*” a importância de se protegerem contra os riscos associados ao seu posto de trabalho. Assim, em 2010 pretendemos implementar um sistema de higiene e segurança, no sentido de os sensibilizar para a importância da correcta utilização dos EPI’s (Equipamentos de Protecção Individual) que melhor se adequem aos riscos associados ao posto de trabalho que ocupam recorrendo para o efeito, à eventual prestação de serviços de uma empresa devidamente acreditada nesta matéria. Neste contexto e garantido o cumprimento deste nosso objectivo propomo-nos igualmente a realizar auditorias internas de verificação e análise dos locais de trabalho, as quais abrangerão vários parâmetros ambientais, bem como de auditorias que possam garantir o uso adequado dos referidos EPI’S, e ainda a manutenção/verificação dos equipamentos e sinalização de prevenção e combate a incêndios. O objectivo destas auditorias é prevenir o aparecimento de acidentes no trabalho e/ou minimizar o seu impacto.

Concluindo, para além de dar continuidade a alguns dos projectos já iniciados em 2009, em 2010 a Divisão de Recursos Humanos pretende enveredar por um processo de reorganização interna, tendo em vista a melhoria do seu desempenho, numa perspectiva da melhoria da sua capacidade de

eficiência e qualidade, culminando na melhoria do serviço prestado aos seus “*utilizadores*”. Propomos assim a Estudar, propor e dar cumprimento às políticas municipais relativas aos Recursos Humanos, nomeadamente quanto à gestão do mapa de pessoal e das carreiras, ao recrutamento e selecção, ao aproveitamento racional e gestão previsional dos efectivos, à aplicação da legislação vigente, à formação profissional, ao programa de estágios (curriculares e profissionais) à saúde, higiene e segurança, à avaliação do desempenho, ao sistema de motivação e disciplina, bem como às previsões financeiras relativas a encargos com pessoal, no quadro de um sistema global e integrado de Gestão de Recursos Humanos.

Informática e Organização

Infra-estruturas tecnológicas e acessibilidades - consolidação da rede informática, de forma a potenciar:

- Aumento na produtividade dos utilizadores;
- Simplicidade e facilidade nas migrações e implementações;
- Redução de custos;
- Maior segurança;
- Maior disponibilidade, e tolerância a falhas;
- Maior capacidade de gestão e aumento da disponibilidade do servidor;
- Acesso em qualquer momento e em qualquer lugar;
- Capitalização da tecnologia e da infra-estrutura existente;
- Desenvolvimento de aplicações de colaboração.

Promover várias acções/projectos com o objectivo da implementação de um Município Digital, nomeadamente:

- Criação do Portal Intranet (Sigma Intra), disponibilizando um novo Ambiente de Trabalho a todos os funcionários das Câmaras, Serviços e Empresas Municipais que potencie a difusão da informação nas instituições, incorpore as TIC com vista à celeridade e desburocratização de processos e contribua para um aumento da produtividade que possibilitará:

- A disseminação de informação interna de uma forma transparente, célere e prática.
- A comunicação entre colaboradores, e entre estes e os dirigentes das autarquias.
- A massificação do uso das soluções informáticas existentes, através do acesso via browser às aplicações, racionalizando custos em infra-estruturas base.

- Consolidação da implementação das Compras Electrónicas, ou seja, promoção das compras públicas electrónicas, de forma a transformar e otimizar as mesmas, permitindo a simplificação do

processo, optimização de estruturas, desenvolvimento de competências, eficiência na aplicação de recursos.

- SIE – Sistema de Informação para executivos que permitirá o apoio à tomada de decisão de executivo Municipal, disponibilizando a informação sintetizada de uma forma simples e eficiente, nomeadamente:

- Fácil leitura e análise dos dados através de gráficos de barras, de fatias e outros.
- Possibilidade de visualização em valor e em percentagem.
- Cruzamento de toda a informação por classificações.
- Possibilidade de funcionamento numa arquitectura distribuída (tipo cliente/servidor) ou centralizada.
- Armazenamento da informação numa estrutura multidimensional e hierárquica, para facilitar a disponibilização e análise de dados.
- Acesso a vários utilizadores desde que devidamente identificados e autorizados.
- Possibilidade de análises dos dados segundo critérios definidos pelo utilizador.
- A aplicação importa e consolida os dados provenientes da estrutura de dados das aplicações.

- Melhorar e consolidar o Sistema de Controlo de Acessos - Ferramenta que permite uma correcta gestão do controlo de assiduidade, e do controlo de acessos, sua estabilização e potenciará:

- A fácil gestão do controlo de assiduidade e de acessos.
- Integração com a aplicação de Gestão de pessoal existente.
- Portal de interacção para os funcionários, e chefias com o objectivo de fornecer as informações em tempo real.

- Incrementar a Gestão Documental desmaterializada – Workflow (Sigma Flow), ou seja, a gestão de processos com a criação de especificações sob a forma de diagramas de processo ou circuitos de informação permitindo a sua análise e a automatização do processo integrado no sistema de informação da organização e a definição de um sistema de alertas, com o objectivo de:

- Gestão automática de fluxos de informação.
- Definição de circuitos de informação.
- Sistema de alertas com critérios configuráveis.
- Encaminhamento automático com configuração pré-estabelecida.
- Correio electrónico entre aplicações Sigma.
- Lista de pendentes por utilizador.
- Visualização gráfica dos circuitos.
- Interligação de circuitos.
- Acompanhamento online do estado do circuito.



- Implementar um sistema de gestão e acompanhamento de todos os processos no âmbito da contratação pública, Interagindo com outras aplicações de gestão da autarquia, garante o controlo total de limites e integração com plataformas electrónicas.

- Promover um sistema integrado de documentos de atendimento municipal, ou seja, centralizar num local de atendimento uma diversidade de serviços disponibilizados. Possibilita a gestão integrada de todos os documentos entrados na autarquia independentemente da forma de entrada (expediente, email, fax, atendimento)

- Pagamento Online, possibilita a submissão de um processo a partir de um ponto remoto com recurso ao Cartão de Cidadão, disponibilizando ao munícipe os pagamentos on-line, evitando assim as deslocações à Câmara.

- Formulários On-line, que se traduz na disponibilização, no site do município, de formulários que possibilitem a submissão electrónica de pedidos de informação sobre os serviços prestados pela autarquia.

- Desenvolver uma solução integrada da Autarquia e respectiva disponibilização no portal institucional para cálculo das taxas municipais, ou seja, disponibilizar um simulador de cálculo de taxas municipais on-line.

Outsourcing serviço de cópia

Consolidação da implementação de serviço de Outsourcing - serviço de cópia para impressoras, fotocopiadoras e faxes - e a sua aplicação a outros serviços com o intuito de redução de custos.

Rede integrada de serviços de educação EB1 e JI

Modernizar os processos educação, tornando o ensino mais atractivo, a aprendizagem mais motivante, o acompanhamento aos professores e pais mais próximo e a gestão administrativa mais eficiente.

A “Plataforma de Suporte à Rede de Educação”, dispoindo das aplicações e funcionalidades inerentes à gestão de refeições de alunos nos refeitórios escolares; ao sistema de gestão de intervenções nas infra-estruturas das escolas; ao sistema de indicadores e relatórios de gestão da carta educativa; ao sistema de gestão de informação administrativa das escolas e aos conteúdos educativos; a infra-estrutura tecnológica

Telefonia IP

Implementar a tecnologia de Telefonia IP nas comunicações de voz no Município que visa permitir a realização de comunicações a custo zero, independentemente do local de destino, desde que tenha ligação à rede informática do Município, assim reduzindo os custos nas restantes comunicações de voz.

Desenvolvimento e expansão dos sistemas de informação municipal

Apoio às juntas de freguesia, às escolas EB1 e Jardins de Infância:

- Manutenção da estrutura de apoio; - Continuidade da implementação, manutenção e actualização aplicacional de backoffice; - Aplicações Regime Simplificado, Canídeos, Feiras Mercados, Cemitérios, Atestados.

Apoio e formação às escolas EB1: - Criação de estrutura de apoio; - Infra-estruturas, equipamento e solução ao nível informático; - Formação aos professores na utilização dos equipamentos e da Internet (12h).

Apoio aos Jardins de Infância - Criação de estrutura de apoio; - Infra-estruturas, equipamento e solução ao nível informático; - Formação aos educadores na utilização dos equipamentos e da Internet (12h).

Formação e apoio em aplicações de Backoffice

Maior aproveitamento das aplicações instaladas, e sua actualização no âmbito legal, e de desenvolvimento tecnológico, nomeadamente:

Gestão de contabilidade POCAL

Gestão de obras particulares

Gestão de obras municipais

Gestão de pessoal

Gestão de armazéns

Gestão de património

Gestão de ciclomotores

Gestão de feiras e mercados

Gestão de rendas

Gestão de cemitérios

Gestão de Atendimento e correspondência

Gestão de uso e porte de arma

Gestão de máquinas

Gestão de publicidade

Gestão de processos de concurso e empreitadas

Gestão de fiscalizações e contra ordenações
SIADAP

Gestão de Actas

A aplicação de Gestão de Actas de forma a simplificar o processo de gestão de reuniões e geração de actas permitindo registar assuntos e efectuar pesquisas com facilidade.

Enterprise Agreement - Microsoft EA

Licenciamento de software a custos controlados;

Gestão do Parque de Licenças de Software do Município.

Software Assurance - Direito a todas as versões de software lançadas durante a validade do acordo, sem custos adicionais.

Formação - Vouchers de Formação - Cursos em sala de aula – disponíveis nos Microsoft Certified Partners for Learning Solutions (CPLS).

eLearning – Office System e Server

Assistência Técnica

Inclui um contrato de suporte telefónico Microsoft 24x7;

Acesso a conteúdo técnico especializado e consultoria através de newsgroups.

Outros destaques:

Aplicável a organizações com mais de 150 Desktops;

O Software Assurance está incluído para todo o parque informático;

O nível de descontos é o máximo existente para produtos Microsoft;

Os preços são fixos para os produtos incluídos no acordo;

Garantia de conformidade, permitindo uma redução significativa do processo administrativo e garante a legalidade dos desktops;

Permite uma melhor gestão e operação do parque informático;

Programa de descontos de produtos Microsoft para os funcionários da organização;

Direito a todas as novas versões de software lançadas durante a validade do acordo.

Centro de Informação Autárquica ao Consumidor

Vivemos numa sociedade impregnada de consumo. Somos, aliás, consumidores para toda a vida. O consumismo faz parte do ser humano, do seu pensamento, comportamento e do seu quotidiano. O consumo é o acto económico que nos permite concretizar a satisfação de uma necessidade, através do uso de um bem ou serviço.



Nestas circunstâncias, o consumidor viu-se confrontado com a necessidade de conhecer as suas próprias necessidades e de estabelecer novas hierarquias, estabelecer critérios para as suas compras e adquirir comportamentos solidários e responsáveis, para procurar assegurar uma intervenção cívica, coerente e organizada, no consumo e nos seus efeitos nas actividades económicas e no planeta.

A informação e a educação do consumidor constituíram-se como dois direitos fundamentais para assegurar um bom uso do dinheiro, escolhas seguras, responsabilidade face ao mercado e ao bem comum, e um acesso mais sustentado ao bem-estar e à qualidade de vida, cabendo também às autarquias locais o papel de formador e de educador dos seus munícipes.

No dia 15 de Março de 2010 o CIAC - Centro de Informação Autárquico ao Consumidor contempla 11 anos de existência tendo pautando desde sempre a sua actuação pela promoção da informação, como veículo privilegiado para a construção de uma sociedade participativa, promovendo mais uma vez no ano de 2010 a continuidade das acções de informação e de divulgação dos direitos e deveres dos consumidores das formas de prevenção e de actuação, nomeadamente:

Elaboração de direct mailing

Concretização de folhetos informativos de divulgação do Gabinete (Contendo informação: Quem somos, O que fazemos, Onde estamos)

Participação em Feiras

Participação do gabinete em feiras que são da responsabilidade da autarquia, promovendo informação na área da defesa do consumidor, através de materiais informativos.

Balcão itinerante

Promoção da informação na área da defesa do consumidor através da ida ao encontro dos consumidores, colocando em locais de acesso ao público diferenciado materiais informativos em expositores próprios.

Edição da newsletter trimestral

Concretização de uma newsletter do consumo com edição trimestral que abordará temas da defesa do consumidor.

Compilação de desdobráveis

Reimpressão de material informativo para divulgação nos diversos projectos de divulgação

Sessões de sensibilização sobre temas da área do consumo

Promoção de acções de sensibilização sobre temas relacionados com a temática do gabinete, de forma a informar e esclarecer dúvidas aos nossos consumidores e munícipes.

Atendimento personalizado nas Juntas de Freguesia

Promover sessões de esclarecimento bimensalmente no período da manhã ou tarde nas Juntas, de forma a promover a informação da temática deste gabinete através da ida ao encontro dos munícipes nos espaços existentes no nosso Concelho.

Concretização de uma conferência no dia 15 Março de 2010

Para marcar o Dia do Consumidor, proponha a concretização de uma conferência no auditório da Biblioteca Municipal, promovendo mais uma vez a informação e divulgação dos direitos e deveres dos consumidores, dirigida a todos os colaboradores e funcionários da Autarquia, em sessões diferenciadas.

Divulgação de informação no Inforgae

Em parceria com o GAE divulgar informação bimensalmente sobre temas actuais relativos à temática de consumo.

Gabinete de Apoio ao Empresário - GAE

No actual contexto empresarial vive-se a passagem por um duro processo de mudança estrutural, com consequências gravíssimas ao nível do aumento da taxa de desemprego.

O GAE como facilitador para a indução de processos de mudança e com rumo à trajectória de crescimento económico sustentado, definiu por um lado, actuar ao nível da promoção e intensificação tecnológica dos sectores com tradição no concelho, bem como induzir mudanças ao nível da cultura organizacional, procurando despoletar processos de desenvolvimento ao nível da exportação e internacionalização das empresas, por outro lado, estimular a inovação a nível do conhecimento e apoio a um conjunto de sectores emergentes, mais intensivos em tecnologia e conhecimento, consubstanciando assim a necessária mudança.

Para o efeito, o GAE elegeu para as actividades dominantes, a clara aposta no apoio ao empreendedorismo, na criatividade, na relevância para a economia do conhecimento, da tecnologia, da inovação, para o trabalho desenvolvido numa lógica de rede e parcerias, não descurando a vertente interna, tão importante para que estes desafios que congregam o plano de actividades do GAE para o ano 2010, sejam concretizados com qualidade.

➤ Qualificar Internamente Para Melhor Servir

- Formação da equipa de recursos humanos

A permanente actualização de conhecimentos e aquisição de novas competências, são fundamentais para preparar a equipa de recursos humanos do GAE, para um maior e melhor desempenho na prestação de serviços em tempo útil, com inovação e qualidade.



- Conteúdos do foro económico/estatístico

Adesão a plataformas de logística/estatística, para obtenção de informação a inserir no novo serviço “Observatório Empresarial”, com o objectivo de dar resposta a pedidos internos e externos de âmbito estatístico sobre o Concelho.

Aquisição de base de dados empresarial ou outra informação empresarial para tratamento e estratificação e posterior disponibilização.

Aquisição diversificada de publicações com conteúdos de cariz empresarial, para tratamento e disponibilização aos demais agentes económicos.

➤ Fomentar e Dinamizar Conhecimento Para as Empresas

- Concepção e disseminação de informação

Como agente disseminador de informação o GAE, pesquisa, trata e divulga informação do foro económico empresarial, recorrendo para o efeito ao uso das tecnologias da informação/comunicação, aos diversificados agentes económicos do concelho.

Para o efeito propomos a concepção dos seguintes produtos:

- Boletim Informativo – INFORGAE
- Circulares Informativas de âmbito empresarial
- Dossiês Temáticos sobre as diferentes actividades económicas
- Elaboração de Brochuras Específicas para a actividade empresarial;
- Rede de divulgação e circulação de informação para os empresários e empreendedores;

- Seminários / Fóruns / Acções de Sensibilização

Com o objectivo de apresentar aos agentes económicos um conjunto de assuntos que fazem parte da actual conjuntura ao nível das matérias de âmbito empresarial e económico, propomos desenvolver iniciativas nas seguintes áreas:

- Novos mercados e Sectores emergentes
- Licenciamentos industriais e comerciais
- Competitividade, Inovação e Tecnologias
- Marketing Empresarial;
- Financiamento / Incentivos Empresariais;
- Ambiente / Responsabilização das PME`s;
- Exportação e Internacionalização

- Estimular Competências Estratégicas nos Empresários

Protocolar com entidades formativas, visando a organização de Cursos de Formação dirigidos aos empresários, com incidência em áreas essenciais à sua actividade, procurando o incremento de competências.

➤ Consolidação de Rede no Apoio à Competitividade

Constituição de uma **Rede no Apoio à Competitividade** em articulação com outras entidades, tais como: Associações, Parques de Ciência e Tecnologia, Centros Tecnológicos, Institutos e Universidades, procurando por força da agregação de valências, gerar um aglomerado de conhecimento para ser utilizado pelo tecido empresarial, bem como disseminado noutras regiões e países, procurando reforçar as competências internas das empresas e a atractividade regional na instalação de empresas com maior incorporação de conhecimento e tecnologia.

➤ Estimular e Apoiar o Empreendedorismo

- Implementação de um processo intitulado “acção verde” para apoio às empresas com o objectivo de agilizar a legal regularização das actividades económicas

- Criação de um Centro de Acolhimento para Micro Negócios vocacionado para a indústria tradicional e indústria criativa.

- Promover o sistema de financiamento “Santa Maria da Feira Finicia”.

- Despoletar processos de aculturação empresarial baseada na inovação e conhecimento.

- Disponibilizar o serviço, “Empreender” dando oportunidade qualificada de desenvolvimento de negócio a públicos diferenciados e com espírito empreendedor, desenvolvendo e apoiando o estímulo empreendedor e simultaneamente contribuindo para o crescimento de novas actividades empresariais e do emprego.

➤ Protocolos, Parcerias Público/Privadas e Redes

Desenvolver ou participar em novos projectos provenientes de parcerias públicas e /ou privadas.

Estabelecer protocolos com diversas entidades que laboram em torno das questões empresariais e com o objectivo de reunir competências, definir um conjunto de regras e princípios de actuação, bem como de deveres, visando atingir níveis concentrados de informação empresarial diversificada e com qualidade que no seu todo representa uma forte ferramenta de apoio ao desenvolvimento empresarial.

➤ Localização Empresarial

- Acompanhar e actualizar processos relacionados com as zonas industriais existentes.



- Acompanhar a dinamização de uma política eco-eficiente, associada à evolução de projectos de infra-estruturas referentes a áreas empresariais.
- Acompanhar o desenvolvimento do PEC, PERM e Parque de Ciência e Tecnologia.

pelouro
planeamento e urbanismo

O quadro actual de elaboração deste documento, tem um reflexo expressivo de uma convergência do cenário de ano e mandato anterior, caracterizado por um ciclo de grandes investimentos, conjugados com a redução de receitas provenientes da Administração Central e com a grave crise financeira e económica que o País o mundo atravessam e que se reflectem na quebra de receitas urbanísticas, obrigando a uma criteriosa definição de prioridades a concretizar.

O ano de 2009 ficará para a história deste município como um ano rico em acções muito importantes para a introdução de uma cultura de desburocratização, modernização, inovação, transparência e qualidade.

De realçar o trabalho desenvolvido ao nível das plataformas “NORTEAR” e “FACE” que entraram, definitivamente, e de forma exemplar, na linha de modernização dos serviços públicos, sendo hoje amplamente reconhecidos, a nível nacional, o seu valor e potencial, o que a par da “CERTIFICAÇÃO” dos serviços de planeamento e urbanismo, continuarão a ser uma aposta clara em dois objectivos: melhoria da eficiência dos serviços, assegurando uma boa resposta às necessidades dos cidadãos e investidores e, acima de tudo, a salvaguarda do interesse público/colectivo na qualidade de vida dos cidadãos, passando pela promoção contínua da boa integração urbanística, qualidade arquitectónica e construtiva no concelho.

Atendendo aos desafios que hoje se colocam aos gestores do território para a implementação de políticas que conduzam à operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável à escala dos aglomerados urbanos, introduzimos ainda novos modelos e métodos de abordagem à problemática do espaço urbano. Prova disso foram documentos estratégicos realizados em vários pontos do concelho, que visam equacionar possíveis cenários de transformação progressiva do seu espaço físico e capital humano, conferindo-lhe desígnios de desenvolvimento com vista à sua afirmação no contexto nacional e internacional.

Do mesmo modo, será dada continuidade ao processo de Revisão do Plano Director Municipal, que, embora pouco visível, conheceu avanços importantes com a aprovação da REN e da RAN Brutas, aprovação do dossier das Bacias Hidrográficas, validação da Carta Arqueológica e parecer favorável à forma como está a ser elaborada a Carta do Património. Estes e outros aspectos culminaram com a realização da 2.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do processo de Revisão do Plano Director Municipal.

O sucesso obtido pela edição do ATLAS MUNICIPAL – um documento de referência com a caracterização dos aspectos geográficos, sociais e económicos do concelho no decurso de 1974 a 2009 – leva a novos desafios, pelo que nos propomos, nos próximos anos a editar novas publicações, nomeadamente sobre o PDM e sobre PATRIMÓNIO.

Pretendemos desenvolver vários projectos de (re) qualificação urbana, dando prioridade a programas de recuperação e qualificação de zonas ribeirinhas, áreas centrais e espaços de utilização colectiva.

Continuar a dinâmica de desenvolvimento de projectos e estudos urbanísticos para todo o território de Santa Maria de Feira, de modo a garantir novas intervenções com coerência, “construindo “ um território bem estruturado, que constitua o garante de coesão, de dinamização da vida económica e social, de competitividade, de atractividade, de criação de emprego, e de qualidade de vida.

Queremos que cada vez mais, Santa Maria da Feira tenha projectos e propostas para o desenvolvimento equilibrado e sustentado. A sua concretização passará pela procura de entendimentos e compromissos entre todos, desde as forças políticas, às organizações empresariais e sociais de Santa Maria da Feira, valorizando cada vez mais as pessoas... o cidadão comum, é para “ele” que continuaremos a trabalhar...

• **PLANEAMENTO – Objectivos Estratégicos**

Continuar a simplificar a vida aos cidadãos através da modernização administrativa e da entrada em velocidade de cruzeiro de um conjunto de alterações na relação entre autarquia e cidadão é um objectivo assumido.

Por isso, estar perto das pessoas, valorizando-as, proporcionar a participação dos agentes na definição de políticas urbanas, na melhoria das condições do nosso espaço público, são aspectos essenciais para a nossa acção.

Queremos reforçar cada vez mais a transparência no urbanismo e no planeamento incitando à participação e ao exercício do direito à cidadania.

Continuar a Qualificar o território, tornando-o um espaço de bem-estar, um espaço de inclusão, um território coerente, de dimensão metropolitana, bem cuidado e onde se estimule a participação e a iniciativa pública e privada será o melhor antídoto para os problemas que teremos de enfrentar em conjunto.

Neste contexto, a formulação dos objectivos estratégicos ao nível do Planeamento e Urbanismo para o Município de Santa Maria da Feira, com o enquadramento acima descrito, terá os seguintes eixos e orientações estratégicas:

1. Um Território Estruturado – Um concelho sem assimetrias

O Município colocará a política do urbanismo e do ordenamento do território no centro da estratégia de desenvolvimento concelhio.

Fazer de Santa Maria da Feira um concelho cada vez mais equilibrado e coeso territorialmente, com mais qualidade de vida onde a actividade humana se desenvolva no respeito por valores de desenvolvimento sustentável.

A adequação do processo de revisão do PDM ao novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, passando pela reavaliação de determinados objectivos em termos da actualidade e conjuntura, pela redefinição dos termos de referência, face às alterações conjunturais que se operam no ordenamento nacional, regional e concelhio, nomeadamente as novas infra-estruturas rodoviárias,

constituirá, a par dos novos parques empresariais e plataformas logísticas perspectivadas, das previsões ferroviárias da rede de alta velocidade e do metro ligeiro, um enorme desafio para os próximos anos.

A adequação contemplará, também, dar continuidade às reuniões da Comissão de Acompanhamento e a finalização do Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica. A revisão do PDM passará, igualmente, pela ultimação dos dossiers da RAN e da REN, a serem elaborados conjuntamente com a DRAOPN e CDRN, tornando essas condicionantes eficazes face aos novos diplomas legais que entretanto alteraram os procedimentos, conceitos, classes e categorias do solo.

Aproveitando o estado avançado dos trabalhos, será concluída a nova Proposta de Ordenamento, respeitando e enquadrando as previsões e condicionalismos referidos anteriormente, a nova terminologia e conceitos técnicos urbanísticos, incluindo a delimitação das categorias e subcategorias de uso do solo urbano e rural, o relatório e o regulamento, bem como toda a documentação gráfica e estudos de caracterização complementares.

2. Um Território Planeado – Planos Estratégicos / Planos de urbanização

Consolidar a imagem de afectividade, humanismo, tradição e modernidade, como factores importantes para a atracção urbana, económica e turística.

Desenvolver estudos e planos urbanísticos que reflectam oportunidades para novos olhares e aprendizagens sobre a região.

Afirmar o concelho de Santa Maria da Feira como território planeado, moldado pela articulação do aprofundamento competitivo das actividades emergentes com o espaço físico e natural existente. Continuaremos a dar primazia à dinamização e constituição dos parques empresariais programados, procurando garantir a sua perfeita integração com o território envolvente.

Corresponder com qualidade e celeridade aos diferentes procedimentos urbanísticos, contribuindo para a dinamização das diferentes actividades económicas e empresariais no município. Desse modo, procuraremos ir ao encontro das expectativas dos agentes, sendo certo o nosso forte empenho na condução de uma política urbanística de exigência, rigor e qualidade, de forma a promover o ordenamento sustentável de todo o território municipal.

Apostar na qualificação dos espaços públicos, criando ou renovando espaços de vivência colectiva, como acção estratégica e essencial no reforço de “Santa Maria da Feira, um bom concelho para viver”.

Elaboração de Planos Estratégicos para as Cidades de Santa Maria da Feira e de Fiães (na lógica e sequência do que foi feito para Lourosa e Caldas de S. Jorge).

3. Um Território de Excelência – inclusão, aprendizagem e oportunidades

O espaço público é o local privilegiado de cidadania, no qual se deve proporcionar um contexto favorável à diversidade, factor essencial e indispensável ao desenvolvimento económico e social de cada região.

Mas também é no espaço público que podem emergir fenómenos sociais indesejados como a exclusão social, a degradação do meio ambiente ou a criminalidade. Cabe aos poderes públicos anular, minimizar ou precaver esses fenómenos ameaçadores do equilíbrio social e do desenvolvimento humano. Embora esses fenómenos não sejam particularmente evidentes em Santa Maria da Feira, entendemos que ao nível do Planeamento e do Ordenamento do Território muito pode ser feito para promover uma melhor coesão social.

Reforçando o rumo que vem sendo seguido, vamos realizar estudos, planos e intervenções urbanas tendo sempre presente a necessidade de conjugação da sua natureza de concelho dinâmico, activo, empreendedor, de vocação regional e europeia e com a função de promotor da qualidade de vida.

Vamos dar continuidade ao desenvolvimento de uma política de requalificação urbana, programando e promovendo intervenções no tecido urbano, através de Planos de Urbanização, Estudos Urbanísticos e Projectos de Qualificação Urbana.

Vamos continuar e reforçar a promoção de intervenções que valorizem a mobilidade do cidadão com deficiência, desenvolvendo projectos para eliminação de barreiras arquitectónicas nos percursos pedonais e espaços públicos existentes.

Reforçaremos também a procura das opções de mobilidade menos agressivas para o ambiente, através da criação de ciclovias, da criação e renovação de áreas pedonais.

Pretendemos ainda promoção estudos que permitam uma melhor mobilidade, como factor crítico no desenvolvimento do concelho, assegurando bons níveis de fluidez de tráfego, estacionamento, pedonização, transporte colectivos, numa lógica de integração, complementaridade e planeamento, colocados ao serviço da qualidade de vida dos cidadãos.

4. Um Território do Conhecimento e “bom governo” – *Imagens... Afectos...*

O concelho de Santa Maria da Feira como território de “bom governo” suportado por um modelo de governação local, deve estar cada vez mais próximo das pessoas.

Importa por isso, alicerçar estes objectivos através de parcerias com as Juntas de Freguesia e com as entidades mais relevantes para o desenvolvimento local, prosseguindo os bons princípios da Administração Pública, progressivamente mais eficaz e eficientes. Assim, serão reforçados os canais de comunicação entre a autarquia, as diferentes entidades e a população em geral. Está a ser desenvolvido com especial carinho, a nova plataforma informática (MIRANTE) que catapultará, mais uma vez, a autarquia de Santa Maria da Feira, para a vanguarda da modernização administrativa. Ainda no âmbito da interactividade com os cidadãos, será desenvolvido e incluído no site, um formulário para que os munícipes nos possam transmitir as suas ideias para o Concelho. Trata-se de um caminho que temos vindo a percorrer ao nível da simplificação dos procedimentos e na instituição da transparência no processo de planeamento e da gestão urbanística. Serão por isso elaboradas “newsletters” de periodicidade mensal ou trimestral, como formas privilegiadas de contacto com o cidadão. De carácter informativo, tratarão temas que vão desde o quadro legislativo à apresentação de ideias para a implementação das boas práticas ao nível da promoção privada.

- **GABINETE ATENDIMENTO URBANO (GAU) – Divulgação serviços on-line**

As actividades do gabinete de atendimento urbano, para além das suas funções quotidianas, vão incidir essencialmente em questões relacionadas com a comunicação/divulgação dos novos serviços on-line que foram implementados aquando do lançamento do portal do município. Os vários serviços on-line, actualmente ao dispor do cidadão, estão pouco divulgados para grande parte dos munícipes. As acções a desenvolver, consubstanciam o objectivo estratégico, de médio prazo, definido aquando da abertura do GAU, e consistirão na transferência do peso da utilização do canal presencial para canais remotos de atendimento (Internet). Assim, o próximo ano será marcado por actividades que visam aplicar esta estratégia, proporcionando economias ao nível de tempo e custos de deslocação.

Apesar do caminho percorrido, existe ainda um enorme potencial para a utilização dos serviços via Internet, quando comparamos o número actual de utilizadores registados e validados no portal, versus um número muito superior de entidades existentes na aplicação Nortear. Referimo-nos nomeadamente aos serviços de:

1. **Consulta on-line de processos urbanísticos**
2. **Emissão de plantas topográficas on-line**
3. **Atendimento on-line (submissão de processos urbanísticos através da Internet)**

Assim, será feita uma forte aposta na divulgação destes serviços pois acreditamos nas vantagens da utilização dos mesmos. De referir que o feedback obtido dos actuais utilizadores da consulta on-line dos processos é que o serviço superou largamente as expectativas que detinham, sendo referido repetidamente que *"todas as autarquias do país deveriam fornecer um serviço similar ao da câmara municipal de Santa Maria da Feira"*.

É o momento de rentabilizar o investimento realizado no processo de modernização administrativa no pelouro do planeamento e urbanismo. Importa retirar vantagens desta modernização já que, a mesma, se revestiu de uma forte componente de pioneirismo pelo que é chegada a hora de implementar acções que visem divulgar e promover os novos canais de interacção com o cidadão, pelo que se propõe as seguintes acções:

1. **Divulgação junto do público interno:**

Os colaboradores do município constituem uma grande ajuda na divulgação dos serviços, nomeadamente no *"passa a palavra"* (word-of-mouth) junto da sua rede de contactos. Uma vez que temos vindo a constatar que há ainda muitos funcionários da autarquia, principalmente os que não estão afectos ao pelouro do planeamento e urbanismo que nunca utilizaram os serviços on-line, propomos a realização das seguintes acções:

- a) **Divulgação aos serviços**

- Registo e validação de todos os técnicos da câmara que elaboram projectos em nome do município, para que possam acompanhar a evolução do processo em tempo real, nomeadamente

os técnicos da Divisão de Estudos e Projectos, Divisão Social, e outros onde seja fundamental a sua utilização.

- Envio de e-mail, a todos os colaboradores a informar que caso tenham um processo urbanístico a decorrer podem proceder ao registo no portal e ficar com “o seu processo em casa”.

b) Divulgação da emissão de plantas topográficas

- Exemplificação a todos os serviços da câmara que, actualmente solicitam plantas topográficas ao gabinete do SIG, de como o podem fazer através da Internet.
- Solicitar ao GAE ajuda para a divulgação deste serviço junto de empresários que procurem os serviços daquele gabinete.

2. Divulgação externa:

a) Colocação de um computador na sala de espera do GAU

- Desta forma o cidadão poderá realizar o registo no portal, na própria câmara, e de imediato proceder à validação presencial, ou seja, à activação da password que lhe foi atribuída no momento em que fez o registo.
- Poderá também gerar plantas topográficas e gravá-las para a sua “pen” gratuitamente. Incentivar e acompanhar o munícipe na 1ª utilização; ou munícipes que embora já estejam familiarizados com o serviço não tenham acesso à Internet.

b) Elaboração de brochuras com as vantagens do serviço e a forma de subscrever a consulta dos processos on-line.

Actualmente, a equipa do GAU tem feito um grande esforço na divulgação deste serviço, concretamente, sempre que é feito um contacto com o munícipe, quer seja presencial ou telefónico de imediato o colaborador do atendimento questiona a pessoa se tem conhecimento do serviço da consulta de processos e se, eventualmente, está interessado em aderir. Mas estamos cientes que não são suficientes, é necessário um suporte físico, como a brochura, que contenha informação estruturada sobre este serviço com vista ao reforço da mensagem.

c) Organização de workshops dirigido a técnicos

Realização de workshops para elucidar os técnicos e gabinetes no registo e na consulta do processo. Reuniões com grupos reduzidos de 10 pessoas, em formato de sala de aula, de modo a que essa reunião constitua uma efectiva forma de esclarecimento de dúvidas e experimentação do serviço.

d) Organização de eventos em cada uma das Juntas de Freguesia

Chamar à sede da Junta os cidadãos que pretendam fazer o seu registo no portal para consultar o seu processo. Em cada uma das 31 freguesias do concelho definir um dia para divulgar os serviços junto da população de cada freguesia. Apoio e formação à Juntas de Freguesia para que, daí em diante, se sintam à vontade na utilização e divulgação das ferramentas de que dispõem para a prestação de serviços à sua freguesia e respectiva divulgação destes eventos.

3. Outras acções:

- Fornecimento de avisos de placas de pedidos de licenciamento/comunicação e de alvarás. Está legalmente instituída a obrigatoriedade da colocação do Aviso na obra. Uma das formas de garantir que o requerente procede à colocação em obra do aviso correctamente preenchido é disponibilizar o mesmo pela Autarquia.
- Acções diversas, que surgirão, decorrentes de propostas de melhoria ou acções correctivas que vão sendo implementadas na sequência de reclamações/sugestões dos cidadãos no âmbito do processo de certificação de qualidade.
- Uniformes GAU - compra de uniformes adequados a um contexto profissional para os colaboradores do atendimento, pois estamos certos de que num sector de atendimento a imagem não pode ser descurada.
- Painéis específicos para colocação de informação na sala de espera do GAU.

• **MODERNIZAÇÃO – Sistemas de Informação**

Em termos de modernização autárquica, será levada a cabo a expansão do projecto Mirante a novos serviços da Câmara como sejam os de Educação, Desporto, Cultura, Juventude, Administração e Finanças, Obras Municipais, Desenvolvimento Económico e Turismo. Para além da expansão, a recente implementação da componente de Urbanismo será sucedida de uma fase de acompanhamento e optimização dos novos processos e serviços, quer na componente on-line, no que diz respeito aos novos serviços disponibilizados aos cidadãos via Internet, quer na componente interna, através das funcionalidades disponibilizadas aos colaboradores para o exercício das suas funções. De destacar são os novos serviços disponibilizados na Internet que implicam pagamentos, e que por isto, necessitam de um funcionamento articulado entre as secções de planeamento, urbanismo e tesouraria e que se prevê virem a ter uma utilização em crescendo ao longo dos tempos. A expansão deste sistema às competências referidas acima, virá permitir igualmente a disponibilização de mais e melhores conteúdos georeferenciados aos cidadãos via Internet.

Será igualmente efectuada a automatização de componentes importantes do Sistema de Gestão da Qualidade do Pelouro de Planeamento e Urbanismo, como são a detecção e comunicação de não conformidades por incumprimento de prazos legais de resposta, e o cálculo dos indicadores de performance dos processos internos sob monitorização, e para os quais se encontram definidos objectivos. Novos procedimentos importantes baseados em automatização serão lançados, como por exemplo o saneamento da instrução dos requerimentos, ao nível do atendimento ao cidadão, baseado em “check lists”, geridas pelo sistema de informação Nortear, e a elaboração e emissão de notificações automáticas, assim como novas redefinições no modelo de tratamento dos requerimentos, com mais tarefas executadas em paralelo, e com a introdução de uma etapa prévia de “pré-análise”, que pretende despistar o mais cedo possível eventuais problemas.

Em termos de organização interna e serviço ao munícipe, 2010 será também o ano das iniciativas com vista a obtenção da interoperabilidade digital dos serviços com os cidadãos e as entidades com as quais se relacionam. Tendo já a sua operação interna assente num modelo de tratamento dos processos em digital, os serviços de urbanismo têm agora condições e todo o interesse em estabelecer ou ajudar a estabelecer regras ou protocolos de troca de documentos e/ou informação em formato digital, com as entidades ou pessoas que os procuram e com as entidades que são contactadas no âmbito do tratamento dos processos internos. A interoperabilidade em questão passa naturalmente pela integração em digital com os portais de e-government para tratamento de processos, disponibilizados ou a disponibilizar pelos órgãos da administração central, como são exemplos o Portal do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação) e o portal REAI (Regime de Exercício da Actividade Industrial), a troca de documentos com as entidades a consultar em formatos digitais, como por exemplo com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, mas também, e não menos importante, a troca de documentos com os cidadãos requerentes dos serviços. Pretende-se que 2010 seja o ano da adopção do digital para a comunicação de documentos com o exterior nos serviços de urbanismo, e para isto, há que realizar algum esforço no trabalho de colaboração com as outras entidades envolvidas, de divulgação e formação dos cidadãos e empresas sobre as vantagens da adopção deste formato, inclusive para os seus próprios interesses, e sobre a utilização dos mecanismos de segurança associados aos documentos digitais, dos quais se destaca a utilização das assinaturas digitais.

Relacionada com o tema anterior está a necessidade de ajustar o serviço de requerimentos on-line de urbanismo, disponibilizado no portal do município, de modo a contemplar novas regras de instrução de requerimentos entretanto adoptados pelos serviços, e novos requisitos que resultam do feedback dos potenciais utilizadores e das necessidades de interoperabilidade que se originem no âmbito referido no parágrafo anterior. Contamos igualmente que 2010 continue a ser tempo de aumento de número de acessos aos serviços e informação on-line disponibilizados pelo portal do município, que resultará da percepção crescente, por parte dos cidadãos, da utilidade e comodidade deste serviço, da recorrência a esta ferramenta, também crescente, por parte das várias competências da Câmara para publicar os seus conteúdos, e da nova potencialidade que resultará da entrada em produção da componente on-line do portal de informação geográfica Mirante. O número de acessos a este portal aumentou em média 40% em 2009 em relação ao ano anterior totalizando uma média de mais de 19 000 acessos por mês.

• PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

O Plano Director Municipal será um instrumento fundamental para o município, na medida em que estabelecerá o modelo de estrutura espacial do território concelhio, constituirá uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, integrará as opções de âmbito nacional e regional com incidência a nível local. Assim, uma das principais apostas da Câmara Municipal na

área do Ordenamento do Território e das políticas municipais em geral é a conclusão do processo de revisão do PDM.

De facto, diversas alterações legislativas contribuíram para que ainda não fosse possível concluir, o processo de Revisão do Plano Director Municipal.

Outro factor que contribuiu para o atraso da conclusão do PDM foi a constituição de uma nova CA (Comissão de Acompanhamento), em substituição da CMC que estava constituída (embora a CCDR a não tenha publicado), para o PDM.

Conforme o disposto no n.º 1, do artigo 5.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, foi constituída a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira, que integra um representante das seguintes entidades e serviços:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a qual preside;
- Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira;
- Administração de Região Hidrográfica do Norte, I. P., assim que criada;
- Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.;
- Direcção -Geral de Recursos Florestais — Circunscrição Florestal do Norte;
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;
- EP — Estradas de Portugal, E. P. E. (Direcção de Estradas de Aveiro);
- REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P. E.;
- Direcção Regional de Economia do Norte;
- Direcção -Geral de Energia e Geologia;
- Direcção Regional da Cultura do Norte;
- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
- Direcção Regional de Educação do Norte;
- Instituto de Infra -Estruturas Rodoviárias, I. P.;
- Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- Câmara Municipal de Ovar;
- Câmara Municipal de Espinho;
- Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis;
- Câmara Municipal de Arouca;
- Câmara Municipal de São João da Madeira;
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Câmara Municipal de Gondomar.

Assim, serão efectuadas Reuniões da Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal que visam a validação do referido instrumento de ordenamento territorial pelas diferentes entidades que a compõem.

Neste momento a revisão do Plano Director Municipal encontra-se na fase de Elaboração/Concertação com as Entidades. Para 2010, prevê-se a conclusão e validação de todos os



trabalhos de revisão do PDM, para posterior aprovação das propostas, discussão pública, aprovação e depósito na DGOTDU, nomeadamente com a eventual redefinição dos seguintes elementos, decorrentes da fase de concertação:

- Regulamento, Carta de Ordenamento, Carta de Condicionantes;
- Caracterização económica, social e biofísica, incluindo da estrutura fundiária da área de intervenção;
- Definição e caracterização da área de intervenção, identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes;
- Definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal;
- Objectivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adoptar, bem como os meios disponíveis e as acções propostas;
- Referenciação espacial dos usos e das actividades nomeadamente através da definição das classes e categorias de espaços;
- Identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- Definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis;
- Identificação e a delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal;
- Especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva, aplicáveis na ausência destes;
- Zonamento Acústico;
- Definição de unidades operativas de planeamento e gestão, para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo para cada uma das mesmas os respectivos objectivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;
- Programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas;
- Identificação de condicionantes, designadamente reservas e zonas de protecção, bem como das necessárias à concretização dos planos de protecção civil de carácter permanente;
- Condições de actuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de excepção, bem como sobre áreas degradadas em geral;
- Identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, e definição das respectivas regras de gestão;
- Critérios para a definição das áreas de cedência, e das respectivas regras de gestão;



- Critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística, a concretizar nos instrumentos de planeamento previstos nas unidades operativas de planeamento e gestão;
 - Articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis;
 - Prazo de vigência e condições de revisão;
 - Programa de Execução;
 - Planta de enquadramento regional elaborada à escala inferior à do Plano Director Municipal;
 - Planta da situação existente, com a ocupação do solo, à data da elaboração do plano;
 - Relatório e ou planta com indicação das licenças emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor, substituível por declaração da CM comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;
 - Carta da Estrutura Ecológica Municipal;
 - Estudo relativo á mobilidade e transportes;
 - Carta do Património;
 - Estudos temáticos;
 - Relatório de participações recebidas em sede de discussão pública e respectivo relatório de ponderação.
-
- **PLANOS ESTRATÉGICOS – PE, PP, PU, Loteamentos...**
 - Acompanhamento dos projectos de execução e implementação do Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais – PERM e Parque Empresarial da Cortiça – PEC;
 - Incrementar a elaboração de Planos de Urbanização e/ou Planos de Pormenor, organizando os processos e submetendo-os ao parecer dos diversos organismos da Administração Central, quando da lei, decorra tal obrigação;
 - Plano Estratégico de Santa Maria da Feira e área envolvente ao Europarque, de modo a perspectivar a relação da cidade com o Europarque e sua potencial expansão. Este documento estratégico que irá definir a reorganização do espaço público e privado, bem como as principais valências relacionadas com a expansão do Europarque e seu impacto na cidade de Santa Maria da Feira e áreas envolventes.
 - Visão Estratégica sobre Lourosa – Definição e conclusão de estudos sectoriais;
 - Plano de Urbanização da Área Central de Fiães;
 - Plano de Urbanização de Nogueira da Regedoura;
 - Plano Estratégico da estrutura urbana constituída por Paços de Brandão, Santa Maria de Lamas, Lourosa e Fiães, definindo áreas centrais, unidades urbanas, zonas industriais, enquadramento verde e rede viária;
 - Plano de Urbanização de Casaldaça – conclusão/aprovação.
 - Plano de Urbanização de Covelos, freguesia de Lobão – conclusão/aprovação;



- Plano de valorização da envolvente às Termas Caldas S. Jorge;
- Projecto de Qualificação Paisagística “percursos verdes”, ao longo dos principais eixos viários (troço de Caldas de S. Jorge);
- Criação de um plano de intervenção favorável à modernização do comércio tradicional, como pólo fundamental para a renovação do centro da cidade de Santa Maria da Feira;
- Continuidade do projecto do Parque Urbano da Cidade – Rossio, encosta das Guimbras e Rio Cáster;
- Estudo e acompanhamento da estrutura rodo e ferroviária, de onde se destaca a linha do Vouga, o estudo da linha do metro (desde Gaia até Santa Maria da Feira) e a localização de dois interfaces de transportes, gare de camionagem e apoio logístico (Confluência Lourosa/Fiães e Santa Maria da Feira).

Projectos e Planos de (re) Qualificação Urbana

Entre muitas outras acções e projectos que serão levados a cabo, destacamos nomeadamente:

- Projectar e programar as zonas anexas aos principais nós das vias estruturantes que atravessam o território concelhio;
- Preparação do “modelo urbanístico de base” que suportará diversas UOPG’s previstas em sede de revisão do PDM.
- Elaboração de Planos de Alinhamentos;
- Programação e planeamento da rede viária secundária, rede pedonal e ciclovias;
- Projecto de execução da ciclovia entre Santa Maria da Feira e Lourosa (troço Lourosa/Lamas);
- Acompanhamento e colaboração na definição do projecto global relativo ao percurso pedonal ao longo do Rio Uíma;
- Redefinição do Projecto Urbanístico da Área Central de S. João de Ver – Área envolvente à Igreja.
- Projecto de recuperação paisagística e ambiental das pedreiras de Lourosa.
- Projecto de Requalificação do Largo da Igreja – Lourosa.
- Plano de Alinhamentos/Projecto viário para a Rua dos Murtórios, Santa Maria de Lamas;
- Estudo de desenvolvimento urbano de Porto Carvoeiro – Canedo.
- Planear e desenhar a qualificação paisagística dos principais acessos ao concelho de Santa Maria da Feira e pontos de interesse (Rotunda IC24, Acessos ao Parque Ornitológico, Rotunda do Hospital S. Sebastião, Acessos à Zona Desportiva de Lourosa, Rotunda da AE1 – Nó da Cruz).
- Projecto da Praça Cristo Rei da Vergada;
- Reordenamento viário da área central de Fiães (articulação com PU de Fiães);
- Projecto de execução da Zona Desportiva de Lourosa.
- Projecto para o Parque de Lazer de Nadais, Escapães.



- Conclusão do projecto da obra de requalificação da área central de Milheiros de Poiares.
- Projecto para o Parque de Lazer de Argoncilhe.

- **IMAGEM URBANA – Boas Práticas:**

Pretendemos publicar “newsletters” periódicas sobre a temática do planeamento e urbanismo, onde serão propostos (aos privados) modelos e regras de intervenção no espaço público e aconselhamento a técnicos e munícipes, bem como a divulgação de “Boas Práticas” de intervenção urbana e arquitectónica a nível privado.

- **MOBILIDADE PARA TODOS – Boas Práticas:**

Promoção de intervenções e acções que visem a melhoria de mobilidade dos cidadãos com mobilidade condicionada, desenvolvendo projectos para a eliminação de barreiras arquitectónicas nos percursos e espaços públicos existentes. A este nível:

- Promoção de um manual de Boas Práticas – Guia Técnico “Acessibilidades para Todos”, que possa servir de guião a pequenas intervenções levadas a cabo no espaço público;
- Desenvolver projectos para a eliminação de barreiras arquitectónicas criando percursos acessíveis nos espaços públicos existentes;
- Promover acções de formação a funcionários municipais, técnicos e autarcas, em parceria com o “Provedor” da área;

- **OUTRAS ACTIVIDADES – Gestão Corrente:**

- Loteamentos e documentos de apoio à celebração de protocolos;
- Estudos de Ordenamento (sectoriais);
- Emissão de pareceres, nos termos dos regulamentos em vigor, e na convergência para o modelo territorial assumido pela autarquia, todos os processos de obras que, pela sua importância e contexto urbano, possam influenciar o desenvolvimento económico, social e urbanístico municipal;
- Recolha de dados, tratamento, informação e sistematização sobre os instrumentos de planeamento;
- Fomentar a elaboração de estudos sectoriais decorrentes do desenvolvimento sócio-económico nas diversas áreas e actividades do município;
- Conferências e exposições sobre o território;
- Continuidade do protocolo de cooperação com a ESAP – Escola Superior Artística do Porto;

- Elaboração, em conjunto com os restantes Serviços (nomeadamente com o Património), a identificação e registo de todas as áreas integradas no domínio público e domínio privado municipal.

- **DIVISÃO INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – *Democratizar a informação***

A democratização da Informação Geográfica – até agora limitada a uma área técnica – pelos vários serviços do município, pelos cidadãos e entidades externas, criarão novos canais, que irão permitir de uma forma simples disseminar a informação por todos.

Com a implementação do projecto Mirante – Portal de Informação Geográfica – já em curso, o Município de Santa Maria da Feira pretende:

- 1. Portal de Informação Geográfica Mirante – *Ligação a todos os pelouros.***

Conhecimento integrado e detalhado da informação geográfica, tornando o portal de informação geográfica num repositório referencial de informação tanto para os funcionários como para os cidadãos e entidades externas;

Actualização constante da Informação Geográfica do município, através de canais de informação simples com esforço de actualização repartido pelos vários intervenientes, de modo a garantir um repositório de informação geográfica e alfanumérica com qualidade.

Uma forma de disponibilizar Informação geográfica aos cidadãos e entidades externas com recurso a uma plataforma de e-gov para atendimento ao munícipe e entidades externas, a qual permitirá uma melhoria da disponibilidade, celeridade e qualidade dos serviços municipais. Para tal pretende-se implementar de um conjunto de funcionalidades no Mirante que permitirão disponibilizar um conjunto de serviços úteis ao cidadão e entidades externas:

- Mapas interactivos on-line com informação temática, sobre equipamentos escolares, desportivos, religiosos (...), rede viária, informação turística, etc.
- Localização de entidades a partir de informação alfanumérica, o que irá permitir pesquisar por um determinado equipamento, por exemplo museu, cinema, restaurante, e solicitar o seu mapa de localização;
- Disponibilização de serviços baseados na localização, o que permite aos cidadãos e entidades externas, recorrendo aos sistemas móveis (telemóveis, pda's, etc.) com tecnologias 3G e UMTS, perceber por exemplo, qual o restaurante mais próximo, qual a farmácia de serviço mais próxima, tendo sempre como referência o local onde se encontra;
- Optimização de percursos, o que permitirá determinar qual o melhor percurso para chegar a um local, ou qual o percurso mais rápido, assinalando apenas num mapa o ponto de partida e o ponto de chegada;
- Serviço de reclamações georreferenciadas, permitindo reportar ocorrências devidamente localizadas no território, a título de exemplo, indicar a localização de um acidente na rua, ou comunicar que uma tampa de saneamento se encontra partida, etc.

- Disponibilização de informação geográfica (cartografia e ortofotomapas). Esta funcionalidade estará disponível essencialmente para entidades externas, que mediante uma permissão de acesso especial ao portal, poderão descarregar informação geográfica necessária para a realização das suas actividades;
- Fornecimento de plantas de localização on-line. Este serviço permitirá ao cidadão adquirir plantas de localização e PDM, habitualmente utilizadas para instruir processos, sem sair de casa. Com esta ferramenta o cidadão será capaz de seleccionar a zona que pretende adquirir, e com recurso a templates previamente definidos, fazer a impressão de um documento em formato digital para o seu computador pessoal. Associado a esta funcionalidade, estará disponível um sistema de pagamento de taxas de emissão de plantas, que irá permitir efectuar o pagamento das devidas taxas, recorrendo a um meio de pagamento electrónico;
- Cálculo automático aproximado de um relatório de confrontações e condicionantes para o edifício ou muros a construir num determinado terreno. Neste relatório devem constar as entidades externas a consultar, o número de cópias do processo a entregar por parte do munícipe na instrução do processo, assim como, as normas descritas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor que afectam o pedido em causa.

Do ponto de vista dos requisitos a serem disponibilizados na Intranet do município, foram realizadas reuniões com os elementos chave de cada área identificada como potencial utilizador deste tipo de informação. Nestas reuniões foram elencados todos os requisitos funcionais necessários na implementação do Mirante, distinguidos por Pelouro e respectivo serviço

2. Novo Sistema de Referência Nacional: ETRS89/ PT-TM06 – Directiva UE

A Directiva INSPIRE (Infra-Estrutura de Informação Espacial na Comunidade Europeia), em vigor desde 15 Maio de 2007, Directiva 2007/2/EC do Parlamento Europeu e do Conselho, estabelece a criação da Infra-estrutura Europeia de Informação Geográfica, que pretende promover a disponibilização de informação de natureza espacial, utilizável na formulação, implementação e avaliação das políticas ambientais da União Europeia. Esta Directiva obriga os Estados Membros a gerirem e a disponibilizarem os dados e os serviços de informação geográfica (IG) de acordo com princípios e regras comuns (metadados, interoperabilidade de dados e serviços, utilização de serviços de IG, princípios de acesso e partilha de dados). Os princípios da iniciativa INSPIRE reflectem o que se pretende com a implementação da directiva:

- Os dados devem ser recolhidos uma vez e actualizados no nível em que tal possa ser realizado com maior eficácia;
- A informação geográfica proveniente de diferentes fontes, deverá poder ser combinada de forma transparente, através da Europa, e partilhada por diversos utilizadores e aplicações;
- Deve ser possível a partilha de informação recolhida a um determinado nível com todos os outros níveis, detalhada para análises detalhadas e geral para objectivos estratégicos;

- A informação geográfica de suporte à actividade governamental, a todos os níveis, deverá ser abundante e disponível sob condições que não restrinjam o seu uso generalizado;
- A informação geográfica disponível, tem que ser facilmente identificável, devendo ser fácil analisar a sua adequabilidade para um determinado uso bem como as respectivas condições de acesso e utilização;
- A informação geográfica deverá tornar-se cada vez mais perceptível e fácil de interpretar por se encontrar devidamente documentada e por poder ser visualizada no contexto adequado, seleccionado de forma amigável para o utilizador.

A necessidade da definição e adopção de um sistema de referência geográfica comum entre a informação geográfica de cada Estado-Membro são fundamentais para que se verifique uma total homogeneidade entre os dados geográficos produzidos. O IGP adoptou o novo sistema de georreferenciação designado por PT-TM06, apoiado no sistema global de referência ETRS89 (European Terrestrial Reference System 1989) recomendado pela EUREF.

Actualmente, os sistemas de referência mais usados Datum 73 e Datum Lisboa, passarão a estar em desuso. A adequação e adopção ao novo sistema de referência ETRS89/PT-TM06 são fundamentais. É necessário para tal, proceder há conversão de todos os dados cartográficos e alfanuméricos existentes. A conversão da informação geográfica deverá ter início com as bases de dados existentes, seguida da conversão da cartografia digital em formato CAD (microstation e autocad).

3. Cartas de Risco – Perigosidade e Incêndio Florestal

Usando o software de modelação, serão realizadas duas cartas temáticas com vista à sua inserção no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios:

- Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal, que resulta da combinação da susceptibilidade e da probabilidade de ocorrência de incêndio florestal; Mapa que apresenta o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno, permitindo responder à seguinte questão: 'Onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude? Este mapa é particularmente indicado para acções de prevenção.
- Carta de Risco de Incêndio Florestal, carta essa que resulta da combinação da perigosidade com o valor económico associado à perda; O mapa de risco combina as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno, permitindo responder à seguinte questão: Onde tenho condições para perder mais? Este mapa é particularmente indicado para acções de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de acções de supressão.

4. Rede de apoio topográfico – adensamento

O projecto de criação de uma rede de apoio topográfico teve início durante o ano de 2009 e, sendo este um projecto contínuo, o adensamento da rede será uma realidade para 2010. O adensamento da

rede geodésica ao nível municipal é necessário não só para a realização de levantamentos em grandes escalas, como também na gestão de redes de infra-estruturas tipo, viária, águas, saneamento, eléctrica, etc.

5. Levantamentos Geográficos – Informação Temática

Algumas das aplicações SIG que se pretendem implementar para o próximo ano através do projecto Mirante, necessitam de informação de base que a câmara municipal ainda não possui. Será então necessário proceder ao levantamento georreferenciado dos painéis publicitários do concelho, dos edifícios de Restauração e Bebidas e dos edifícios Industriais.

6. Outras Actividades – gestão corrente

Por outro lado, todos os projectos já iniciados pelo GSMIG nos anos anteriores não poderão ser descurados, exigindo um permanente carregamento de informação, nomeadamente nos seguintes projectos:

- Integração de todos os processos de obras e de loteamentos (do Nortear e em papel) no SMIG;
- Inserção normalizada de levantamentos topográficos e planos de alinhamento realizados pelo GCCT na base de dados do SMIG criada para o efeito;
- Apoio ao Gabinete de Revisão do PDM;
- Gestão de viaturas camarárias por GPS (80 viaturas);
- Informação de processos de instalação de máquinas de diversão em cafés e pastelarias, entre outros;
- Informações/certidões de toponímia para processos de obras;
- Levantamentos de toponímia e números de polícia;
- Atribuição de novos números de polícia (pela comissão de toponímia);
- Manutenção e gestão das bases de dados SMIG (*SQL Server e Oracle*);
- Gestão de permissões e utilizadores das bases de dados SMIG (*SQL Server e Oracle*);
- Colaboração na elaboração de pareceres técnicos relativos a várias áreas de intervenção no município;
- Levantamentos topográficos com GPS e estação total;
- Inserção de Marcas Topográficas georreferenciadas para fornecimento de fichas on-line;
- Georreferenciação de Marcas Topográficas;
- Introdução do histórico dos levantamentos topográficos e planos de alinhamento na base de dados.
- Realização de Implantações / Piquetagem – Obras e novos arruamentos
- Apoio técnico aos processos de obras
- Fornecimento de plantas de loteamento
- Mapas temáticos (rede viária, rede escolar, entre outras) para fornecimento imediato no posto;



- Fornecimento de plantas topográficas em várias escalas e do PDM em vigor;
- Fornecimento do PDM em estudo;
- Emissão de certidões de toponímia e de números de polícia;

• **DIVISÃO de EDIFICAÇÃO e de URBANIZAÇÃO**

Tendo por base as atribuições orgânicas, com o “*focus*” na melhoria contínua da eficácia, propomos a realizar as seguintes actividades e trabalhos:

- Acompanhar a elaboração, Analisar e informar sobre projectos estruturantes para o Concelho, nomeadamente no que se refere a acessibilidades e transportes (A32, A41, Variante Feira/Arouca, TGV, etc.).
- Informar sobre questões relacionadas com a gestão urbanística do Plano Director Municipal e emitir pareceres no âmbito das informações prévias, das operações de loteamento e suas alterações.
- Apreciar e informar os pedidos de certidão que se referem a destaque de parcela, edifícios anteriores a 1951 e a compropriedade de prédios rústicos.
- Apreciar e informar as condições gerais e finais para a emissão dos alvarás de loteamento ou seus aditamentos, bem como, calcular, de acordo com o regulamento municipal, o montante das taxas de urbanização e/ou compensação relativas a estas operações urbanísticas e, ainda, elaborar as minutas dos alvarás de loteamento e seus aditamentos.
- Informar, com base no orçamento do custo das obras de urbanização, o montante da caução a apresentar pelo loteador, bem como, analisar os pedidos de redução do seu valor em função do trabalho executado.
- Acompanhar e fiscalizar a execução das obras de arruamentos e de tratamento paisagístico dos espaços exteriores das urbanizações e participar nas vistorias referentes às recepções provisórias e definitivas.
- Controlar os prazos estabelecidos para a conclusão das obras de urbanização nos termos do definido no alvará de loteamento e aplicar a legislação em vigor no que respeita à caducidade dos alvarás.
- Tendo como objectivo a regularização dos alvarás de loteamento (e suas alterações) emitidos com data anterior ao ano de 2000, realizar vistorias e as respectivas recepções provisórias e/ou definitivas das obras de urbanização.
- Analisar, informar e vistoriar todos os pedidos solicitados ao abrigo do RJUE.

• **DEPARTAMENTO JURIDICO e ADMINISTRATIVO – orientações**

Aplicação de novas orientações que reforcem a introdução de mecanismos ao nível dos procedimentos internos, na relação munícipe – autarquia e autarquia – entidades externas, e promovam o reforço de uma administração com qualidade, orientada pelo primado da cidadania,

serviço ao cidadão, apresentando resultados e mobilizando energias e capacidades, sempre com uma cultura ética de serviço público.

1. A modernização serviços – novas tecnologias

O modelo de gestão adoptado responde aos novos desafios, tendo sido o motor para a certificação e qualidade dos serviços prestados em 2009. A cultura de exigência proposta e os objectivos já alcançados, dão-nos uma visão mais precisa que permite ajustar para continuar a melhorar.

Continuar a aposta que tem sido feita ao nível do “fornecimento de documentos ao munícipe na hora”, apesar de ser um grande desafio, face aos milhares de processos e de documentos agrupados em quatro arquivos – em quatro edifícios independentes.

2. Criação de Arquivo Central – agrupar processos num só arquivo

Procurar uma solução para arquivo central, redesenhando os actuais Arquivos I,II, III e IV sites em prédios distintos e que acumulam processos urbanísticos desde o ano de 1941. São quase 70 anos de história de urbanismo e edificação. Este objectivo surge pela necessidade de espaço físico para os processos em tramitação, uma vez que os arquivos existentes estão perto de esgotar.

Não se trata de um arquivo morto, bem pelo contrário, diariamente entram e saem do arquivo dezenas de processos, ou porque são alvo de alterações, ou porque os munícipes os solicitam para os mais variados fins (IMI, CRP, Bancos, etc.).

3. Alterações Legislativas – formação interna e externa

Para além do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, que em 2008 alterou, significativamente, os vários tipos de procedimentos e que obrigou, desde então e de forma contínua, à tomada de medidas urgentes, muitas outras matérias, não abrangidas pelo RJUE, obrigam a reflexão no ano de 2010.

Os serviços, tradicionalmente vocacionados para os procedimentos relativos aos instrumentos de planeamento territorial e para aqueles que obedecem ao regime jurídico de urbanização e edificação, tem sido alvo de novas competências, fruto das sucessivas reformas legislativas, as quais introduziram matérias de alguma complexidade e que exigem um nível de conhecimentos especializado. A título exemplificativo enumeram-se: as grandes reformas feitas ao nível dos instrumentos de planeamento territorial:

- Alterações aos regimes da reserva agrícola e florestal;
- Nova classificação do património cultural;
- Novo regime da industria (DL n.º 209/2008, de 29/10);
- Novo regime do arrendamento urbano (NRAU);
- Novo regime das instalações desportivas (DL 141/2009, de 16/06);
- Alteração ao regime dos empreendimentos turísticos (DL 39/2008, de 7/3);
- Novo regime do comércio a retalho e conjuntos comerciais (DL 21/2009, de 19/01);
- Diploma relativo aos recintos de espectáculos e divertimentos públicos, aos recintos aquáticos, às actividades pecuárias, etc.

O tratamento destas matérias exige um grande esforço de compreensão e especialização, pelo que teremos que reforçar a formação e preparação de técnicos, ou dotar o quadro de técnicos habilitados em áreas específicas (pense-se na análise, nas vistorias e nas inspecções aos postos de abastecimentos de combustíveis, nas indústrias, nos elevadores, etc.).

4. Apoio jurídico – vários procedimentos

Manteremos à semelhança dos anos anteriores, a actividade no domínio do contencioso administrativo e dos procedimentos de tutela e legalidade urbanística. Em paralelo será prestado apoio jurídico, através da emissão de pareceres e realização de protocolos, de forma atempada e eficaz, aos demais sectores do pelouro. Os serviços jurídicos estão direccionados, para um apoio constante e permanente, o que se vai manter, nas mais diversas áreas e a diferentes interlocutores.

Já no que diz respeito aos procedimentos internos, introduzidos pelas novas aplicações informáticas ao nível de fluxos, é previsível uma maior eficácia nos serviços.

É atribuição deste sector, o estudo dos diplomas aquando da respectiva entrada em vigor, não de uma forma casuística, mas de uma forma global e orientadora dos princípios fundamentais do que cada um deles contém, para discussão conjunta sobre cada diploma e posterior aplicação funcional (pareceres jurídicos internos ou externos, ordens de serviço e circulares a colocar na Intranet).

• FISCALIZAÇÃO – uma actuação preventiva

No desenvolvimento da estratégia que tem vindo a ser desenvolvida, continua a ser objectivo primordial da fiscalização uma actuação preventiva, que se traduz num acompanhamento regular da execução das operações urbanísticas e actividades sujeitas a fiscalização. Este tipo de actuação revela-se dissuasor de comportamentos desconformes à lei por partes dos intervenientes e permite a sua detecção, em tempo útil. Actualmente, o Nortear tem já uma funcionalidade disponível que se revela uma preciosa ferramenta para o exercício da actividade fiscalizadora, permitindo uma gestão eficaz de acções inspectivas regulares, previamente calendarizadas e enviadas, de forma automática, a cada fiscal em função da área do território que lhe está afectada.

Durante o próximo ano, e na linha que tem vindo a ser seguida pela autarquia na modernização dos serviços, na desburocratização e na desmaterialização dos procedimentos, irão ser implementadas novas ferramentas de trabalho associadas a novas metodologias de trabalho: actualmente, a fiscalização municipal recorre ainda aos processos em papel como suporte para a execução da sua actividade.

Pretende-se, para o próximo ano, eliminar totalmente a utilização dos processos em papel, passando a estar disponível apenas o processo em suporte digital.

Assim, a cada fiscal vai ser disponibilizado um computador portátil, com acesso integral ao Nortear e ao Mirante (quando este for disponibilizado) em qualquer ponto do território concelhio, podendo cada um consultar, em tempo real, quer os processos na íntegra quer as tarefas que lhe vão sendo distribuídas. A implementação do Mirante irá revelar-se igualmente uma ferramenta muito útil no



exercício da actividade, uma vez que, para além do acesso em tempo real à mais variada informação relativa ao concelho, desde a cartografia às vias ou toponímia, irá permitir a inserção de dados resultantes das acções fiscalizadoras, que passarão a estar disponíveis em tempo real.

pelouro
**obras municipais,
protecção civil e ambiente**

Pelouro das Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente

1 – Projectos e Obras Municipais

Ao sector de estudos e projectos cabe a elaboração dos vários projectos do Município e ainda o apoio na área de projecto às Juntas de Freguesia, IPSS e Associações. Trata-se de um sector vital importância para o Município e que está sujeito, a um grande volume de trabalho por força das várias candidaturas ao QREN e das IPSS ao programa PARES.

Durante os últimos anos este sector esteve sujeito a grandes volumes de trabalho pelos motivos referidos, situação que se irá manter nos próximos anos, com a elaboração dos projectos para as candidaturas dos centros escolares a lançar, prevendo-se ainda no corrente ano a conclusão dos projectos dos centros escolares de Arrifana e Canedo e dos Jardins de Infância de Vale e Sanguêdo, bem como o arranque dos projectos relativos aos centros escolares de Escapães, Fornos, Guisande, Rio Meão, Travanca e Vila Maior, bem como a reabilitação da E.B. 1 de S. Paio de Oleiros.

Prevê-se a conclusão do projecto e processo de empreitada da nova E.B. 2.3 da Feira, para além de vários projectos de menor dimensão em edifícios e rede viária.

Ao sector de Obras Municipais por administração directa cabe assegurar toda a manutenção do parque escolar, rede viária, edifícios municipais, habitação social, jardins e espaços verdes e o apoio a eventos.

Trata-se de um número significativo de equipamentos e acções que só com uma rigorosa gestão e coordenação dos meios disponíveis permite dar uma resposta satisfatória. Para se ter uma melhor percepção da dimensão das tarefas a executar, lembramos que o Município possui aproximadamente 200 edifícios (incluindo escolas), cerca de 1400 Km de estradas e vários hectares de jardins e espaços verdes, os quais vão aumentando continuamente por força das cedências ao domínio público desses espaços em processos de loteamento.

2 – Saneamento Básico

Este sector, uma das grandes apostas do Município, permitirá completar, em termos de fiabilidade do sistema, todo o investimento efectuado ao longo dos últimos quatro anos, nas duas principais componentes do Saneamento Básico:

Na área do **Abastecimento de Água**, nos últimos 4 anos conclui-se a construção de 15 reservatórios, o que veio permitir uma reserva de água que permite garantir o abastecimento de água

em caso de avaria grave durante 48 horas, o que constitui um excelente indicador da fiabilidade do sistema. Para a conclusão de toda a rede de reservatórios previstos serão lançados os procedimentos concursais para construção dos 4 últimos reservatórios, previstos no Programa de Investimentos Municipal da Concessão contratado com a Indáqua Feira, R44 (Caldas de S. Jorge) e R50 (S. Miguel de Souto), cujos projectos foram já elaborados, R39 (Vale) e R53 (Mosteirô), para os quais decorrem os tramites de aquisição de terrenos para posterior elaboração dos respectivos projectos, num montante total de investimento de cerca de €1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros). A conclusão da rede de reservatórios e da rede de distribuição já efectuada garante-nos um dos sistemas mais fiáveis de acordo com os parâmetros internacionais.

Na área de **Drenagem, Transporte e Tratamento de Águas Residuais**, nos últimos 3 anos concluíram-se as obras dos sistemas em alta e em baixa nas bacias de Rio Maior, Silvalde e Beire, Mámoa/Antuã e Remolha, o que garante actualmente uma taxa de cobertura de saneamento com tratamento de cerca de 50% do concelho. Para 2010 prevê-se a conclusão das obras dos Sistemas Interceptores de Fiães, Uíma Montante (Nadais/Pigeiros, Lobão e Ponte da Chã), Vila Maior, Uíma Jusante, Inha e ETAR de Canedo, bem como a reabilitação de parte dos sistemas interceptores da Remolha e Rio Maior, num total de investimento de cerca de 4 milhões de euros.

Prevê-se ainda dar início e concluir a construção da ETAR do Inha, que encerra o conjunto de obras relativas ao Sistema em alta da Bacia do Douro, bem como à execução das redes de drenagem (em baixa) das Bacias de Laje e Cáster, correspondendo ao investimento de, aproximadamente, 15 milhões de euros.

Com a renegociação do contrato de concessão, caberá à Indáqua a conclusão da rede em baixa das Bacias do Douro, prevendo-se que no prazo de 2 anos esteja concluído o sistema de águas residuais do concelho.

Está ainda previsto iniciar a implementação do Plano de Reestruturação do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais, dando-se prioridade às obras, para solucionar os problemas considerados mais gravosos no que a esta matéria se refere.

3 – Ambiente

Em 20 de Dezembro de 2006, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2010 como o Ano Internacional da Biodiversidade, encorajando os Estados Membros e outros actores a tirarem vantagem do Ano para aumentar a consciencialização da importância da biodiversidade por meio de acções promocionais ao nível local, regional e internacional.

Será o momento de avaliar o desempenho na redução da taxa de perda de biodiversidade a nível global, bem como a oportunidade de estabelecer, ao nível local, uma estratégia para realçar a importância vital que a biodiversidade tem para o bem-estar humano e para a sua sobrevivência.

Neste âmbito destacam-se dois projectos de crucial importância, cujo desenvolvimento está prevista para o ano 2010:

- Reabilitação e gestão activa do corredor ecológico do rio Uíma:

Com este projecto pretende-se intervir ao nível de várias vertentes da sustentabilidade, nomeadamente da melhoria da qualidade da água e dos ecossistemas ribeirinhos, promoção da mobilidade urbana e do património cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações, reabilitação dos ecossistemas ribeirinhos e promoção da mobilidade.

A 1ª fase do projecto foi sujeita a uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte, através do Instrumento de Política “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”, inscrito no Eixo III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial, cuja intenção de aprovação foi já comunicada, pelo que se prevê um prazo de execução de 2 anos.

- Implementação do Projecto ECOXXI:

Com este projecto pretende-se aferir indicadores de desenvolvimento sustentável ao nível municipal, possibilitando o reconhecimento das boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas, bem como aplicar metodologias capazes de sintetizar a informação para que possa servir de suporte às acções/ decisões.

Para além destes projectos, o Gabinete do Ambiente estará envolvido noutros projectos, nomeadamente:

- Compostagem doméstica: este projecto piloto de compostagem doméstica é uma parceria entre os Municípios de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia, a CCDRN, a Suldouro, S.A. e a SUMA, S.A. e tem como principais objectivos a promoção da redução de matéria orgânica a enviar para aterro e o aumento da consciência ambiental da população.

Durante o ano de 2010, o projecto prevê a colocação de 250 compostores, formação de todos os munícipes aderentes e monitorização do sistema ao longo do ano.

- CRE_PORTO: o Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE_PORTO) é uma rede de trabalho com dezenas de entidades públicas e privadas que tem um papel na educação dos cidadãos da região para um futuro mais sustentável. O CRE_PORTO foi formalmente reconhecido pela

Universidade das Nações Unidas como um *Regional Centre of Expertise on Education for Sustainable Development*.

Esta rede tem como principal objectivo criar um espaço para que todas estas entidades aumentem a coordenação das suas iniciativas, desenvolvam estratégias para melhorar o que cada uma e todas fazem e aprendam com a troca de experiências mútuas.

Através da participação na comissão de acompanhamento e nos grupos de trabalho, o Gabinete do Ambiente, tem como objectivos fazer as pontes entre todos os parceiros do CRE-PORTO e os equipamentos/ unidades orgânicas do município que trabalham a educação para a sustentabilidade, promovendo o seu envolvimento.

- Participação no grupo de acompanhamento da execução das medidas de melhoria da qualidade do ar, vinculadas no Programa de execução do plano de melhoria da qualidade do ar da Região Norte, da responsabilidade da CCDRN.
- Acompanhamento do projecto de definição de uma Rede de Parques Metropolitanos, promovido pela Junta Metropolitana do Porto. Este projecto pretende criar uma rede de parques, com dimensão metropolitana, que irá assegurar a ligação entre os diferentes tipos de ecossistemas, através de “corredores ecológicos” viáveis, bem como a sua divulgação, promoção e dinamização.
- Limpar Portugal: o município de Santa Maria da Feira irá apoiar o projecto “Limpar Portugal”, colaborando na fase de planeamento e encaminhamento dos resíduos a destino final. “Limpar Portugal” é um movimento cívico de pessoas em regime de voluntariado e tem como objectivo limpar as lixeiras ilegais existentes no espaço florestal de Portugal, no dia 20 de Março de 2010.

As actividades correntes, desenvolvidas durante todo o ano pelo Gabinete do Ambiente, desempenham um papel de grande relevância ao nível da gestão municipal, apoio às juntas de freguesia e prestação de serviços aos munícipes. Destes trabalhos podem destacar-se:

- Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. Este serviço passa pelo acompanhamento dos serviços prestados pela empresa SUMA, S.A. e pela Suldouro, S.A., bem como a gestão da recolha de monstros e óleos alimentares usados.
- Gestão dos resíduos produzidos pelo município. O município, como qualquer entidade produtora de resíduos, está obrigado a cumprir determinados requisitos legais relacionados com o acondicionamento, transporte e destino final de resíduos. Assim, é efectuada a gestão dos resíduos produzidos nos edifícios e nos vários serviços do município, nomeadamente os

resíduos provenientes da oficina, dos gabinetes (papel/cartão e embalagens de plástico e metal), das obras por administração directa, resíduos hospitalares provenientes do gabinete médico e do veterinário, resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos e resíduos provenientes de montureiras.

- Controlo da qualidade da água dos fontanários. Anualmente é implementado um plano de análises que define o número de fontanários a analisar com o objectivo de se monitorizar a qualidade da água destes equipamentos.
- Desenvolvimento de acções de sensibilização ambiental: são desenvolvidas anualmente diversas acções de sensibilização dirigidas às escolas e/ou público em geral. Como exemplo podem destacar-se as acções com as escolas que participam no Projecto Rios.
- Acompanhamento da evolução do quadro legal sobre ambiente e respectivas propostas de actualização.

4 – Jardins e Espaços Verdes

Nos últimos cinco anos a área de espaços verdes aumentou significativamente (triplicou). Com a adjudicação dos Serviços Municipalizados a Indáqua, houve uma restrição drástica na utilização de água para a rega dos espaços verdes, tendo sido desligados os sistemas de rega existentes. De facto, estamos a reconverter alguns espaços relvados em canteiros de herbáceas e arbustivas resistentes à seca.

Sendo o sector de espaços verdes e limpezas urbanas, responsável pelo projecto, construção, conservação e manutenção das áreas verdes pertencentes ao Concelho de Santa Maria da Feira prevê-se efectuar na área de espaços verdes um conjunto de actividades que resumidamente passamos a enumerar:

Execução de novos espaços verdes de acordo com os projectos paisagísticos elaborados pela divisão, ou outros já existentes.

Para a execução destes novos espaços verdes, prevê-se recorrer à aquisição de equipamento tipo multi-funções para carregamento, acerto e manuseamento de terra vegetal e material vegetal, sementes, adubos, compostos orgânicos, aluguer de equipamentos e material de rega.

Coordenação e execução de todos os trabalhos de manutenção de espaços verdes existentes em toda a cidade, assim como em edifícios públicos em todo o concelho.

Nestes trabalhos estão previstos cortes quinzenais em todos os relvados e áreas verdes existentes na cidade, limpeza e monda de canteiros, podas de rebaixamento de arbustos em canteiros, substituição de plantas mortas, vandalizadas ou furtadas, limpeza de ervas e folhas em parques públicos, tratamento e restauro de relvados, e tratamento e renovação de relvados desportivos.

À semelhança de anos anteriores, pretende-se efectuar trabalhos de podas de árvores localizadas em espaços públicos em todo o concelho, nomeadamente podas de rebaixamento das copas das árvores, assim como a poda cirúrgica de árvores que se encontram já envelhecidas. Para a execução destes trabalhos será necessário adquirir material de poda de árvores nomeadamente, motosserras, tesouras e um equipamento de trituração dos restos dos ramos provenientes das plantas, etc. Estão previstos também trabalhos de avaliação e diagnóstico de árvores em fase avançada de envelhecimento, com identificação das pragas e doenças existentes, procedendo-se ao respectivo tratamento ou abate.

Implementação de acções de educação ambiental que visem as pessoas a preservar os espaços verdes, evitando a sua degradação e vandalismo.

Pretendemos levar acções que visem o levantamento topográfico de todas as áreas a ajardinar e classificação sistemática das árvores, existentes nos arruamentos e parques públicos.

Estão previstas acções de formação teórico/ práticas da carreira de jardineiro, nomeadamente em “Podas de Conservação e Tratamento da Árvore no Espaço Urbano”, “Plantação e Transplantação de Árvores e Arbustos”, “Sementeira, Plantação e Tratamento de Relvados”, “Sementeira, Plantação e Tratamento de Relvados”, “Higiene e Segurança no Trabalho”, “Utilização de fertilizantes químicos e orgânicos em espaços verdes”, “Instalação de sistema de rega automáticos em espaços verdes” e “Utilização de herbicidas selectivos nos relvados para o combate a infestantes”.

Na área dos viveiros pretendemos utilizar terrenos com vocação agrícola, pertencentes ao município, para a plantação e crescimento de árvores ornamentais, que posteriormente serão utilizados em parques e arruamentos públicos e implementar a instalação de estufas agrícolas, para enraizamento e envasamento de plantas herbáceas e semi-herbáceas, de floração intensa.

No sector do ambiente e à semelhança de anos anteriores, prevê-se efectuar várias actividades que resumidamente passamos a enumerar:

- Corte de vegetação e limpeza de terrenos pertencentes ao município;
- Corte de vegetação e limpeza para levantamentos topográficos;
- Limpeza de resíduos sólidos abandonados na via pública;



- Corte de vegetação e limpeza das vias estruturantes Lourosa - Lamas, Espargo - Rio Meão, S. João de Vêr - Lamas;
- Corte de vegetação, manutenção das vias de acesso à cidade, Espargo - Cruz, S. João de Vêr - Feira, Sanfins - Feira, Fornos - Feira, Travanca - Feira, Mosteirô - Feira;
- Corte de vegetação e limpeza de valetas nas zonas periféricas da cidade;
- Recolha de cães abandonados na via pública;
- Vigilância, limpeza e desinfecção das casas de banho públicas;
- Vigilância, limpeza e desinfecção do mercado municipal;
- Gestão e limpeza do cemitério municipal;
- Apoio permanente a todos os eventos realizados quer pelos sectores da educação, acção social, turismo, quer pela Feira Viva, Imaginarius, Terra dos Sonhos, Feira Medieval, Semana Santa, etc.
- Apoio permanente ao sector da protecção civil;
- Transporte e montagem de materiais para todas as escolas pertencentes ao Concelho.

5 – Protecção Civil

Se é certo que a prioridade é a prevenção, a verdade é que dado haver fenómenos imprevisíveis tanto a nível natural como tecnológico, é necessário dispor-se de serviços de protecção civil eficientes, para que numa dada situação de emergência, a salvaguarda e segurança das populações, bens e património dos munícipes sejam assegurados.

Assim continuar-se – á com as acções de planeamento e organização dos recursos disponíveis localmente e diagnóstico de situações de risco preparando respostas eficazes.

Sendo a actividade de protecção civil desenvolvida também através da participação dos cidadãos, desenvolver-se-ão acções de formação e esclarecimento sobre medidas de auto-protecção em caso de emergência, bem como exercícios práticos, de forma a fortalecer laços entre os parceiros da protecção e socorro, para que se garanta a eficácia das operações.

Os bombeiros são dos elementos de protecção civil aqueles a quem as populações mais procuram e mais confiam para a resolução dos seus problemas. Conscientes do seu inestimável valor, da importância e qualidade do seu trabalho e da necessidade de manter a motivação de quem o faz, no ano de 2010 continuaremos apoiar financeira e materialmente as cooperações do Concelho, a Cruz Vermelha e ainda as forças de segurança do Município.



O Plano de Emergência Municipal, aprovado em Setembro de 1999, necessita de ser revisto face às alterações legislativas ocorridas entretanto, principalmente no Quadro do Ordenamento do Território, tendo sido apresentada uma candidatura conjunta dos Municípios do EDV ao QREN, para a sua revisão.

Prevemos ainda confirmar em 2010 com a implementação dos clubes da protecção civil em parceria com os agrupamentos escolares, de forma a que se lancem as bases de uma verdadeira cultura de segurança.

Será ainda comemorado o Dia Internacional da Protecção Civil de forma a promover e incentivar várias actividades de promoção de informação junto de diferentes públicos alvo.

6 – Defesa da Floresta Contra Incêndios

À semelhança dos anos anteriores, manter-se-á o programa de vigilância móvel motorizada da floresta, em colaboração com as corporações de bombeiros do concelho, o qual consiste no patrulhamento da floresta durante o período crítico, através de vigilantes que se deslocam em motorizadas na floresta e que visam prevenir a ocorrência de incêndios ou a sua detecção precoce.

Manter-se-á também o programa de beneficiação e limpeza de caminhos florestais, já que o seu bom estado é essencial para que o combate aos incêndios seja eficaz.

Paralelamente e à semelhança dos anos anteriores, em colaboração com as Juntas de Freguesia e o SEPNA da GNR, procurar-se-á sensibilizar e obrigar os proprietários de terrenos florestais a proceder à limpeza dos terrenos, com especial atenção aos terrenos próximos de aglomerados urbanos e zonas industriais.

A Mata das Guimbras, espaço municipal de excelência, continuará a ser objecto de especial atenção, quer no que diz respeito à sua manutenção e conservação, quer na vigilância permanente por trabalhador para evitar o vandalismo e eventuais incêndios.

7 – Zona de Caça Municipal

À semelhança dos anos anteriores continuar-se-á a assegurar a gestão da zona de caça municipal, com a colocação de placas de sinalização, beneficiação das áreas de caça, repovoamento, etc.

8 – Centro Médico Veterinário

O presente plano e orçamento para 2010 refere-se apenas ao conjunto de obras, projectos e campanhas que o Médico Veterinário Municipal de Santa Maria da Feira pretende implementar e/ou adquirir, que envolve despesas orçamentais, não contemplando as actividades que lhe estão acometidas por lei, no âmbito da sanidade e bem-estar animal e na defesa da Saúde Pública, consagradas no Decreto-lei n.º 116/98, de 5 de Maio, entre outras:

- Reclamações relacionadas com animais (Processos que envolvem problemas de sanidade animal e/ou saúde pública;
- Exames periciais (Perícias solicitadas pelas autoridades veterinárias;
- Venda Ambulante (Vistoria às unidades móveis de peixe);
- Circos e outras exposições itinerantes com animais (Vistoria às instalações animais)
- Viagem Medieval (Formação e Supervisão da Segurança alimentar e bem estar animal)
- Campanha oficial de vacinação anti-rábica
- Campanha oficial de identificação electrónica

CANIL MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Infra-estruturas (centro veterinário municipal)

Não obstante a existência do Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (CIAMTSM), sito em Ossela, concelho de Oliveira de Azeméis, envolvendo os municípios de Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra, Arouca e Oliveira de Azeméis, torna-se necessário e urgente, dado o estado actual das actuais instalações e equipamentos do canil municipal, sito no antigo matadouro municipal, em Santa Maria da Feira, projectar umas instalações que assegurem a continuidade e a obrigatoriedade de existência de um posto de vacinação e de identificação animal em cada concelho, contando com algumas celas para recolher semanalmente os animais errantes, provenientes da via pública ou entregues no canil municipal e com capacidade de armazenamento frigorífico, para acondicionar os cadáveres encontrados na via pública ou recolhidos nas clínicas veterinárias e em casas particulares.

Desta forma, estaremos dotados de um espaço condigno para atendimento ao público, para exames gerais, vacinações e identificações electrónicas de animais (microchip) e eventualmente para reclamação de animais. Lembra-se que desde 2004, se colocaram microchips a mais de 1600 animais e vacinou-se cerca de 21000 animais, o que demonstra que o canil municipal é muito mais do que um mero centro de recolha oficial.

O novo espaço (centro veterinário municipal), eventualmente a construir junto do Estaleiro Municipal, com acesso independente, colmatará as actuais deficiências do actual canil municipal.



Adopção de animais no canil municipal

Propõe-se para 2010 a quem adoptar um animal no canil municipal, continuar a oferecer a vacinação anti-rábica obrigatória, a desparasitação interna oral e o microchip, mantendo uniformes os procedimentos existentes no CIAMTSM e servindo desta forma como incentivo à referida adopção, salvaguardando também a saúde pública e permitindo identificar estes animais, caso venham a ser recolhidos novamente na via pública ao canil municipal, por abandono ou perda dos adoptantes.

Campanhas de adopção

É intenção do canil municipal, através do CIAMTSM, realizar campanhas de adopção de animais nos jardins municipais ou noutros locais para os quais venhamos a ser convidados. Estas campanhas, para além da adopção, permitem fornecer através da distribuição de panfletos e/ou projecção audiovisual, informações úteis acerca das obrigações legais e da posse responsável de animais de companhia.

Prevemos realizar um mínimo de duas campanhas de adopção, eventualmente nas seguintes datas:

Dia Mundial da Criança (1 de Junho de 2010)

Dia Internacional do Animal / Dia do Médico Veterinário (4 de Outubro de 2010)

Brochuras e informações úteis

Dando seguimento à boa receptividade das pessoas a esta iniciativa do Canil Municipal, com o apoio da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que o manual "*Cuidados a ter com o seu animal de estimação*", e o panfleto "*Animais de companhia: ter ou não ter, eis a questão*" teve, pretende-se levar a cabo em 2010 a distribuição de um novo folheto e/ou guia contendo informação e legislação actualizada, denominado: "**Posse responsável de animais de companhia**", mantendo como sempre o apelo e a consciencialização das pessoas para o não abandono dos animais.

Newsletters do canil municipal

Continuarão a ser publicadas com periodicidade mensal, as newsletters do canil municipal e distribuídas por correio electrónico aos colaboradores da autarquia e disponíveis para download a todos os munícipes interessados no blogue e na página oficial da Câmara Municipal.

Página na Internet e blogue do canil municipal

O blogue do canil municipal (<http://canilmunicipaldafeira.blogspot.com>) foi criado em meados de Junho de 2006. Progressivamente, este espaço tornou-se uma referência para a promoção da adopção de cães recolhidos ao canil municipal. Até Novembro de 2009, obteve mais de 45000 visitas, demonstrativo do interesse crescente.

Este espaço serve também para divulgação de notícias e legislação relacionadas com animais de companhia e outros, para além de disponibilizar as newsletters do canil municipal

O blogue continua a ser um complemento às informações existentes no sítio oficial na Internet, em www.cm-feira.pt, uma vez que possui mais flexibilidade e facilidade em acrescentar conteúdos.

Gabinete do Médico Veterinário Municipal

Plano de aprovação e controlo de estabelecimentos (PACE)

O Médico Veterinário Municipal (MVM) no controlo oficial dos géneros alimentícios, no uso dos seus poderes como Autoridade Sanitária Veterinária Concelhia, desempenha um papel crucial na defesa diária, contínua e constante, em cada município, da segurança alimentar e da saúde de munícipes e utentes dos Concelhos, enfim, consumidores em geral, bem como na respectiva informação e sensibilização para estes temas, rodeados de um crescente interesse, por parte das populações e, como tal, dos diferentes órgãos de comunicação social.

No âmbito das atribuições que nos são delegadas pela Autoridade Sanitária Veterinária Nacional (Direcção Geral de Veterinária - DGV), o importante papel do MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL no controlo oficial dos estabelecimentos de retalho do sector alimentar, tal como os talhos, peixarias e supermercados, continuará a realização de vistorias em 2010 a estes estabelecimentos, através do Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (PACE), definido pela Direcção Geral de Veterinária.

Dado o elevado número de estabelecimentos de comércio a retalho de carne e peixe, propõe-se realizar pelo menos duas visitas (uma primeira visita de vistoria e uma segunda de verificação do cumprimento) a metade destes estabelecimentos, cujo número se situa em cerca de 150 estabelecimentos, na sua grande maioria, talhos.

Circos e outras exposições itinerantes com animais

A publicação em Diário da República do **Decreto-Lei 255/2009, de 24 de Setembro**, que estabelece as condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação de animais de circo e outros números com animais entre Estados membros, aprovou as normas de identificação, registo, circulação e protecção dos animais utilizados em circos, exposições itinerantes, números com animais e manifestações similares em território nacional.

De referir que mais uma vez o Médico Veterinário Municipal é um dos agentes fiscalizadores do cumprimento destas condições (juntamente com a GNR, DGV e outras entidades), pelo que em 2010, serão efectuadas pelo médico veterinário municipal, vistorias prévias com parecer vinculativo, ao funcionamento de circos ou outra exposição itinerante com animais, que pretendam instalar-se neste concelho.

Manual “talhos e peixarias – higiene e segurança alimentar”

No seguimento do PACE, propõe este serviço médico veterinário municipal, realizar simultaneamente um papel pedagógico junto destes empresários do sector, elaborando um manual denominado: “Talhos e Peixarias – Higiene e Segurança Alimentar”.

Pretende-se de uma forma simples e acessível informar acerca da temática da higiene e segurança alimentar, procurando enunciar, alertar e sensibilizar os comerciantes, de uma forma simples e prática, para as regras básicas de higiene e segurança alimentar, nomeadamente ao nível da higiene do pessoal, das instalações, do equipamento e das secções de exposição e venda nestes estabelecimentos.

Para além da distribuição do manual na altura das visitas de inspecção, elas estarão disponíveis, no gabinete do médico veterinário municipal, na secção de Taxas e Licenças e no Gabinete de Atendimento ao Urbanismo do Pelouro do Planeamento e Urbanismo. Além disso, estarão disponíveis igualmente para *descarregar* na Internet, na página oficial do município, em www.cm-feira.pt.

9 – Parque de Máquinas

Atendendo, nomeadamente à idade da nossa frota de veículos pesados, ligeiros e máquinas industriais, ao número de veículos ligeiros, máquinas de conservação de espaços verdes e máquinas diversas, o custo previsto para a manutenção só tem sido possível pela capacidade e conhecimentos dos nossos mecânicos na recuperação de muitos órgãos dos diversos equipamentos, o que tem diminuído os custos na manutenção. As verbas previstas para a Divisão de Parque de Máquinas, referem-se essencialmente aos custos com manutenção e reparação da frota automóvel, aquisição de pequenas máquinas eléctricas, ferramentas, combustíveis, lubrificantes e pneus.

Os serviços de limpeza de fossas sépticas domésticas têm sido geridos por esta divisão sendo notória a dificuldade em responder em tempo aceitável às solicitações dos munícipes em parte devido ao facto de dispormos unicamente de dois equipamentos e com longos anos de uso pelo que se irá proceder a aquisição de uma viatura pesada equipada com cisterna e bomba de vácuo.

Para o ano económico de 2010, propõe-se a aquisição dos meios de transporte e de equipamento, essenciais e imprescindíveis para o adequado funcionamento do sector operativo, dotando a unidade orgânica e as suas brigadas (de Pavimentação, de MBF, de Águas Pluviais, de Calceteiros e de Sinalização) de meios que lhe permitam dar resposta às solicitações quotidianas.

pelouro
**educação, cultura,
desporto e juventude**

Educação

O Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, durante o ano de 2010, iniciará a prossecução dos objectivos estratégicos que definiu para o período 2010-2013. A educação e a formação constituem pilares fundamentais para a sustentação de qualquer comunidade. Não é possível pensar em crescimento, desenvolvimento sustentado, competitividade e qualidade de vida sem que todos os que compõem a comunidade possuam competências para participar de uma forma activa em sociedades cada vez mais competitivas e em permanente e acelerada transformação tecnológica. Se é verdade que a educação é um processo de crescimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal, social, cultural e profissional, que potencia o aproveitamento das capacidades de cada indivíduo, também é verdade que a educação conjunta de uma comunidade eleva exponencialmente a possibilidade de aproveitamento desses meios, logo o desenvolvimento sustentado do concelho. A preocupação com o desenvolvimento educacional, da formação e da qualificação dos cidadãos é uma questão transversal e preponderante no desenho e implementação das políticas públicas, sendo crescentes as responsabilidades e competências das Autarquias Locais no que respeita à educação, com um enfoque particular no planeamento, gestão e desenvolvimento do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. O Município de Santa Maria da Feira reconhece o papel determinante que a educação detém no desenvolvimento integrado das comunidades, e assume a intervenção no sector da educação como uma prioridade da sua actuação política, nomeadamente através da intervenção de uma forma mais intensa no ordenamento da rede educativa e na qualidade da educação e formação, de acordo com um projecto de desenvolvimento e promoção dos cidadãos e da comunidade. Neste sentido, Santa Maria da Feira, Concelho Educador por excelência, continua a apostar, em 2010, na educação, tendo como referência um conjunto de princípios e linhas orientadoras vertidos na Carta Educativa, que foi homologada em 30 de Outubro de 2006. Os objectivos estratégicos da política educacional concelhia são os seguintes: contribuir para o desenvolvimento sustentável do concelho de Santa Maria da Feira através da melhoria da educação, ensino, formação e cultura; promover o aumento da qualidade das aprendizagens e assegurar a continuidade das mesmas ao longo da vida; tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos e à reconversão e adaptação do parque escolar, optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão; adequar a oferta educativa do município às necessidades reais, de modo a contribuir para o desenvolvimento da qualidade e diversidade da oferta educativa concelhia, assegurando o desenvolvimento social do concelho; orientar a expansão do sistema educativo em função do desenvolvimento económico, social e cultural, de forma a promover e garantir a igualdade do acesso ao ensino; combater o insucesso e abandono escolar; orientar a educação para a inovação, conhecimento e tecnologia; contribuir para que o Concelho de Santa Maria da Feira se afirme como concelho educador capaz de responder aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento, através da sua política educativa assente no conhecimento, empreendedorismo e inovação. É nesta perspectiva que se pretende continuar a

dinamizar um conjunto de projectos já existentes e implementar novas iniciativas de modo a atingir-se os objectivos delineados e, assim, dar um importante passo na elevação da qualidade da educação e formação do município. Todas as iniciativas promovidas no âmbito da educação assentam em quatro eixos: 1.º Eixo – reabilitação do parque escolar; 2.º Eixo – combate ao abandono e ao insucesso escolar; 3.º Eixo – melhoria da qualidade de ensino; 4.º Eixo – ampliar a procura da formação ao nível secundário e adequar as formações às necessidades.

1º Eixo – Reabilitação do Parque Escolar

O Município de Santa Maria da Feira tem um programa de requalificação, construção e modernização do parque escolar com base na Carta Educativa, que visa revolucionar o concelho em termos de rede escolar e equipamentos educativos. A meta é a criação de centros escolares modernos, quer através de construções de raiz, quer através da requalificação dos edifícios já existentes, de forma a garantir a igualdade no acesso a um ensino pré-escolar e ensino básico de qualidade e promotor do sucesso educativo ao longo da vida, sem descurar a requalificação dos recreios e parques infantis dos estabelecimentos de ensino.

Medida 1.1 – Construção de novas salas para a educação pré-escolar

As propostas de actuação quanto à construção de salas para o pré-escolar encontram-se justificadas na carta Educativa e têm como base: as baixas taxas de pré-escolarização e a existência de instalações degradadas. Para 2010, pretende-se continuar a alargar e qualificar o parque escolar, essencialmente através da construção de novos centros escolares, da ampliação e reconversão de escolas já existentes e da reabilitação dos espaços de jogo e recreio dos jardins-de-infância. Pretende-se, ainda, concluir a colocação de pavimento sintético e dos parques infantis em todos os jardins-de-infância concelhios, outra etapa essencial para uma maior segurança e qualidade escolar das nossas crianças.

Medida 1.2 – Ampliação de escolas do 1º ciclo

A qualificação e modernização do primeiro ciclo de ensino básico é uma das grandes prioridades da política educativa, quer governamental, quer concelhia. O 1.º ciclo tem sido o parente pobre do sistema de ensino. Há décadas que não se mexia na rede escolar do 1º ciclo. Urge intervir neste nível de ensino e continuar a assumir: o regime normal e as turmas com apenas um ano de escolaridade, como o garante do sucesso educativo no 1º ciclo, e conseqüentemente condição de sucesso em todo o percurso escolar dos alunos. Acresce o facto da autarquia ser promotora, em parceria com os agrupamentos de escolas, do “ Programa de Generalização do Inglês e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular”, o que implica que o horário das escolas seja alargado – PROGRAMA

ESCOLA A TEMPO INTEIRO. O aumento do tempo de permanência nas escolas, por parte dos alunos, e a diversidade de actividades complementares implica que as escolas sejam dotadas de estruturas de apoio, nomeadamente, refeitórios, polivalente, recreios qualificados, etc. Assim, no âmbito da requalificação e modernização do 1º ciclo do ensino básico, com vista a melhorar a qualidade das aprendizagens e as condições de socialização, apostar no sucesso educativo e dignificar as nossas escolas, estão já a decorrer algumas remodelações e ampliações em algumas escolas de 1º ciclo, estando já previstas diversas intervenções para o ano de 2010. Todas as intervenções visam criar condições para que as escolas possam funcionar com um mínimo de quatro turmas e em regime normal, dotar as escolas de equipamentos socioeducativos e reduzir o número de salas modulares.

Reforçar as novas tecnologias - Programa SALA +

A escola de hoje é uma escola cada vez mais exigente, necessitando de ser apetrechada de acordo com as novas tecnologias. Deste modo, ao ser mais exigente e participativa, a escola deve ser, também, mais aberta à evolução tecnológica que se tem registado. Com o intuito de responder às novas necessidades e no sentido de tornar a escola mais apelativa, a autarquia pretende desenvolver, até 2013, um projecto de apetrechamento das escolas e jardins-de-infância, através da aquisição de mais material e novos recursos, a saber: dotar todas as escolas do 1º ciclo de quadros interactivos e internet wireless, a renovação e apetrechamento de equipamento tecnológico e software pedagógico interactivo e a colocação de computadores em todas as salas de aula.

Medida 1.3 – Construção de novas escolas de 1º ciclo – Centros Escolares

A construção de novas escolas tem como finalidade substituir edifícios degradados ou prover a fusão de pequenas escolas sem condições ou permitir que todas as turmas funcionem em regime normal. Cientes de que a sociedade de hoje exige uma aposta clara na educação e formação das novas gerações, e que a escola actual tem que dar uma resposta eficaz às novas exigências do sistema educativo e contribuir para o sucesso e desenvolvimento harmonioso dos nossos jovens, a autarquia de Santa Maria da Feira tem, cada vez mais, assumido competências na área da educação. Para o período de 2010 a 2013, prevê-se a construção de 20 novos centros escolares, bem como a ampliação e requalificação da EB2/3 de Paços de Brandão, a ampliação e requalificação da Escola Secundária de Santa Maria da Feira (projectos em curso) e a construção de uma nova EB2/3 em Santa Maria da Feira.

EIXO 2 – Combate ao Abandono e ao Insucesso Escolar

Medida 2.1 – Promoção de programas/projectos que visem combater o abandono e insucesso escolar.

No âmbito do combate ao abandono e insucesso escolar, é necessário articular uma rede de oferta formativa mais diversificada e coerente com a realidade económico-social do concelho, estando prevista a elaboração de um guia municipal digital da oferta educativa e formativa. Como medidas de combate ao insucesso escolar e à saída precoce do sistema educativo, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pretende, também, desenvolver os seguintes programas/projectos:

Acção Social Escolar

Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

A Divisão de Educação propõe-se a, mediante candidatura anual realizada pelos encarregados de educação, apoiar financeiramente os agregados familiares mais carenciados. Estes apoios destinam-se à aquisição de livros, material escolar e didáctico, refeições e lanches escolares.

Bolsas de Estudo – Ensinos Secundário e Superior

No seguimento dos anos transactos, a autarquia irá conceder bolsas de estudo que têm como objectivo possibilitar a prossecução dos estudos aos jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira, promovendo uma efectiva igualdade de oportunidades. As bolsas de estudo serão concedidas em reunião de Câmara, depois do parecer técnico e do parecer do Conselho Municipal de Educação, considerando-se a carência socioeconómica e a ponderação global da situação concreta de cada candidato.

Programa de Requalificação dos Refeitórios Escolares

Fornecimento de refeições e lanches escolares

O fornecimento de refeições e lanches visam a promoção das condições de aprendizagem, uma vez que asseguram uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar. O Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares pretende garantir uma alimentação equilibrada a todos os alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, dando-se prioridade aos alunos mais carenciados, o que implica o fornecimento diário de cerca de

5800 refeições. Estas refeições são confeccionadas nas cantinas escolares da autarquia, nas IPSS do concelho e nas Escolas EB 2/3. No que diz respeito aos lanches escolares, são distribuídas diariamente cerca de 2000 aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

Apoio às salas de refeição

No sentido de otimizar o apoio às salas de refeição, a Câmara Municipal assegura a colocação de pessoal auxiliar para apoio aos alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. No que diz respeito às refeições servidas pelas IPSS's, a Câmara Municipal participa na elaboração das ementas a implementar, assegurando diversas acções de formação para as funcionárias ao serviço nas cozinhas. São também planificadas visitas aos locais, havendo no final de cada visita a elaboração de um relatório, mencionando os pontos críticos e as medidas correctivas a implementar. No que diz respeito às escolas servidas pela GERTAL, a empresa que actualmente assegura a confecção e distribuição das refeições escolares, são planificadas visitas com o objectivo de verificar o cumprimento de todas as normas de higiene e segurança.

Materiais Higiene - Gripe A

Tendo em conta que a gripe A é uma doença infecto-contagiosa que se transmite de pessoa para pessoa, através do contacto com indivíduos doentes ou através do contacto das mãos de pessoas doentes com superfícies, roupas ou objectos contaminados por gotículas de saliva ou secreções nasais, torna-se necessário criar condições para a implementação de práticas adequadas para a lavagem das mãos e superfícies. Assim, as escolas assumem um papel importante na prevenção de uma pandemia da gripe, pela possibilidade de contágio e rápida propagação da doença, entre alunos e professores. Desta forma, foi necessário equipar todas as escolas com os materiais essenciais (sabonete líquido, toalhetes de papel, álcool gel, luvas e máscaras) para a adopção de medidas adequadas de prevenção e contenção da doença. Contudo, pretende-se a manutenção destas medidas para 2010, após a passagem do plano de contingência da gripe A, uma vez que traduzem-se em rotinas adequadas de higiene pessoal.

Regime de Fruta Escolar

Com o intuito de promover hábitos alimentares adequados para a saúde das populações mais jovens, visando contribuir para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis, o gabinete de planeamento e políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através da Portaria n.º 1242/2009, de 12 de Outubro, propõe o desenvolvimento do Regime de Fruta Escolar, através da disponibilização bissemanal destes produtos aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Sendo assim, os produtos a fornecer no corrente



ano lectivo são: maçã, pêra, clementina, tangerina, banana, cenoura e tomate, devendo estes obedecer aos regimes públicos de qualidade certificada de produção integrada, de modo de produção biológico, de denominação de origem protegida, de indicação geográfica protegida ou de produção integrada. Para além da distribuição gratuita por todos os alunos do 1.º ciclo, este regulamento prevê, ainda, apoio para a dinamização de medidas de acompanhamento, com vista a promover o consumo dos produtos elegíveis.

Projecto “Educar em Alimentação”

A alimentação é, sem dúvida, um factor essencial à promoção da saúde, estando relacionada com a prevenção do desenvolvimento de determinadas doenças, nomeadamente a obesidade, a diabetes, doenças cardiovasculares e certos tipos de cancro. A autarquia tem, assim, como objectivo, reforçar a sua actuação no âmbito da educação alimentar e, com isso, melhorar a saúde dos seus munícipes, propondo a dinamização de palestras pelos diferentes locais do concelho, nas seguintes áreas: **Ao nível da saúde escolar:** educação alimentar com alunos, pais e encarregados de educação; aconselhamento alimentar e nutricional individual de crianças com excesso de peso, ou outras patologias, como por exemplo doença celíaca, diabetes, hipercolesterolemia, entre outras; acções de formação com educadores e pessoal não docente sobre alimentação saudável. **Ao nível da saúde do idoso:** educação alimentar com idosos sobre a prática de uma alimentação na idade sénior. **Ao nível da saúde do adulto:** educação alimentar dirigida à população em geral. Estas acções serão agendadas de acordo com a ordem de chegada das respectivas solicitações, sendo da responsabilidade dos agrupamentos de escolas a divulgação do programa junto dos professores das escolas pertencentes ao respectivo agrupamento. No acto da inscrição, devem propor o dia, a hora e o local. É da responsabilidade da autarquia responder às propostas de inscrição de acordo com a sua ordem de chegada e disponibilizar um orador.

Comemorações “Dia Mundial da Alimentação”

A obesidade infantil é um dos maiores problemas da actualidade. O número de crianças com excesso de peso continua a aumentar, o que traz transtornos a vários níveis: na saúde, na auto-estima e no desenvolvimento físico e intelectual. Assim, e no sentido de colaborar na luta contra a obesidade em crianças e jovens, propõe-se a realização de sessões de sensibilização, por agrupamento de escolas, junto dos encarregados de educação, com o objectivo de os sensibilizar para a mudança de atitudes e comportamentos face à alimentação, alertando para a importância da alimentação na saúde. Compete à autarquia divulgar a iniciativa junto dos agrupamentos de escolas e compete a estes propor a data, a hora e o local, bem como divulgar a sessão junto das coordenadoras de cada escola, no sentido de mobilizar os respectivos encarregados de educação. Estas acções serão agendadas, de acordo com a ordem de chegada das respectivas solicitações.

“Check-up” Nutricional em Jardins-de-Infância

A Organização Mundial de Saúde define a obesidade como uma doença em que o excesso de gordura corporal acumulada pode atingir graus passíveis de afectar a saúde. O objectivo deste rastreio é alertar a população para o problema grave que é a obesidade e que, apesar de tão divulgado, ainda é subvalorizado. Propõe-se, assim, que todas as crianças de 3 anos inscritas no Programa de Prolongamento de Horário da Educação Pré-Escolar sejam medidas e pesadas, durante o primeiro período do ano lectivo 2009/2010. Pretende-se, também, conhecer a situação actual destas crianças, as quais serão submetidas novamente a pesagem e medição quando tiverem 5 anos de idade, como forma de avaliar a evolução do índice de massa corporal (IMC) ao longo deste período. Este levantamento será efectuado pelos professores de educação física das actividades de enriquecimento curricular, sendo posteriormente fornecidos conselhos práticos que possam ser de fácil aplicação. A metodologia utilizada será: a dinamização de uma acção de formação dirigida aos professores, sobre antropometria (como medir e pesar a criança); pesar e medir cada criança, em cada Jardim-de-infância, com posterior cálculo do IMC; elaborar materiais informativos sobre cuidados alimentares a fornecer aos pais (criar um cartão para registar os dados de cada criança). O objectivo final consiste na publicação de um artigo, apresentando a evolução do IMC da amostra, ao longo de 2 anos.

Projecto “Higiene Alimentar e Segurança no Trabalho”

No seguimento das sessões de (in)formação sobre a Gripe A, as quais tiveram lugar nos dias 3 e 4 de Setembro de 2009 e tendo em conta as necessárias medidas de prevenção essenciais para o controlo de uma possível pandemia, propõe-se a realização do projecto “Higiene Alimentar e Segurança no Trabalho”. Considerando a importância da elaboração de um plano de higienização, onde se encontrem definidas as operações de higienização das instalações, equipamentos e utensílios, propomos a elaboração do mesmo para as diferentes escolas. Contudo, e uma vez que compete às Juntas de Freguesia e Escolas EB2/3 a gestão das verbas de limpeza e expediente, propõe-se a realização de reuniões de trabalho, com vista a sensibilizar os responsáveis para a necessidade de uniformizar os produtos de limpeza e desinfeção utilizados nas escolas, para a higienização dos espaços existentes. É importante salientar que, de acordo com a legislação em vigor, é obrigatório existir em cada unidade (escola) um dossier com as fichas técnicas e as fichas de segurança dos produtos de limpeza e desinfeção identificados no plano de higiene. Sendo assim, o plano de higiene deverá reunir toda a informação relativa à forma como devem ser realizadas as operações de limpeza e desinfeção, definindo dosagens, bem como os responsáveis pela higienização. No entanto, e para salvaguardar a conformidade das acções de limpeza e desinfeção efectuadas, de acordo com o que está previsto no plano de higienização, serão planificadas e agendadas visitas às escolas, de modo a verificar o cumprimento do plano definido inicialmente. Para

esta verificação será criada uma lista de verificação, onde serão reunidos todos os aspectos a avaliar. O objectivo geral consiste em sensibilizar os envolvidos para a necessidade de proceder a uma correcta higienização de instalações, utensílios e equipamentos, utilizando os produtos adequados e de forma correcta. As actividades a desenvolver serão as seguintes: elaboração de directrizes a seguir pelas Juntas de Freguesia e Escolas EB2/3, na aquisição dos produtos e materiais de limpeza a distribuir pelas escolas EB1 e JI, tendo em conta a legislação em vigor (a enviar para todas as entidades); promover reuniões com os responsáveis das Juntas de Freguesia e Escolas EB2/3 do concelho, no sentido de os sensibilizar para estas questões e nas quais serão entregues as directrizes elaboradas, a fim de procederem à escolha do respectivo fornecedor; realizar uma acção de formação sobre “Boas Práticas de Higiene”, por agrupamento de escolas, a qual será dirigida ao pessoal não docente responsável pelas diversas tarefas de limpeza e desinfecção, nos diferentes espaços existentes nas escolas. No final de cada sessão será distribuído o plano de higienização definido, as respectivas folhas de registo, bem como as fichas técnicas e de segurança de cada produto a utilizar, tendo em conta a área a higienizar; agendar, pelo menos, duas visitas por freguesia, a fim de verificar a correcta implementação dos documentos distribuídos, bem como da adequada utilização dos produtos definidos.

Projecto de Educação Alimentar “Mini Olimpíadas da Alimentação”

Com o propósito de relembrar aos professores alguns conceitos relacionados com a segurança e os bons hábitos alimentares, propõe-se a realização de uma sessão de esclarecimento por agrupamento de escolas, dirigida aos professores do 3º ano de escolaridade. O objectivo desta iniciativa será actualizar e relembrar os conhecimentos na área da nutrição e alimentação, com vista à intervenção junto dos alunos, sensibilizando-os para a adopção de hábitos alimentares mais saudáveis. A sessão irá abordar diferentes temáticas, incluindo os alimentos a promover, a limitar e a evitar em contexto escolar, algumas regras a ter em conta na compra e armazenamento de alimentos, a nova roda dos alimentos e de que forma ela pode ser aplicada nos hábitos alimentares, bem como boas práticas na prevenção de doenças de origem alimentar. Tendo em conta que esta actividade tem como objectivo promover uma mudança de atitudes junto dos alunos, propõe-se a sua avaliação através de questionários aplicados, antes e após a abordagem, por parte dos professores. Posteriormente, e com o objectivo de motivar os alunos nesta temática, serão implementadas e dinamizadas as “Mini Olimpíadas da Alimentação”, a agendar durante o mês de Maio, entre as várias turmas envolvidas, de forma a eleger os três alunos com maior domínio de conhecimentos nesta temática, aos quais serão entregues vários prémios, aquando da festa final do agrupamento. O público-alvo será os professores do 1.º ciclo dos agrupamentos de escolas do concelho (a leccionar o 3º ano de escolaridade). Será da responsabilidade dos agrupamentos de escolas a divulgação do programa junto dos professores, procedendo às respectivas inscrições, nas quais devem ser mencionadas a data, a hora e o local, bem como o número de professores interessados. Será da responsabilidade da autarquia responder

à proposta de inscrição, de acordo com a ordem de chegada, e definir o dia para a realização das mini olimpíadas, disponibilizando os respectivos questionários.

O Combate ao Insucesso/Abandono escolar e as Condições Económicas e Sociais

Desenvolver, em conjunto com a família, um programa de planificação financeira que lhes permita traçar metas a curto, médio e longo prazo, este programa pode propiciar, entre outros exercícios, a definição de prioridades (financeiras), a criação de um orçamento detalhado, a distinção entre necessidades e desejos e o treino de estratégias relacionadas com capacidades comunicacionais e de relacionamento interpessoal. Com a aplicação deste programa pretende-se inculcar junto das famílias a necessidade de cumprir com os seus compromissos, permitindo uma maior estabilidade financeira, que será generalizada a outras áreas. Pretende-se, também, promover o espírito de iniciativa e de alcance de objectivos, contribuindo assim para que a família entenda que o trabalho desenvolvido ao longo de um contínuo período de tempo permite alcançar metas e objectivos que poderão ser sinónimo de sucesso. Pretende-se, deste modo, promover a motivação centrada em variáveis internas e transmitir a ideia de que, com trabalho continuado, é possível atingir os objectivos e “ultrapassar” uma situação de exclusão social.

O Combate ao Insucesso/Abandono escolar e a População Imigrante

No que respeita à intervenção junto dos alunos oriundos de famílias imigrantes, consideramos que a estrutura do programa a aplicar às famílias com dificuldades económico-financeiras poderia ser adaptado a estas famílias. As actividades práticas a desenvolver serão as seguintes: desenhar um guia a ser distribuído aos encarregados de educação com informação relativa às vantagens inerentes a um processo de escolaridade obrigatória concluído; realçar as vantagens que, directa ou indirectamente, serão retiradas pelos encarregados de educação neste processo. Deste guia poderão constar os principais factores que estão na base deste fenómeno e possíveis estratégias a adoptar pelas famílias. Deve-se, também, referenciar o trabalho infantil e promover o assumir de um “compromisso” entre encarregados de educação e professores que envolva e responsabilize os pais relativamente à necessidade de educação dos seus educandos para um desenvolvimento físico e cognitivo saudável.

Programa de Transportes Escolares

De acordo com o Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de Setembro, compete aos municípios assegurar o transporte dos alunos entre a sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino aos alunos dos ensinos básico e secundário, desde que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respectivamente sem ou com refeitório. O referido transporte escolar é gratuito para os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória e participado em 50% para os alunos do ensino secundário. Refira-se que a autarquia é responsável pela organização e pagamento do transporte de cerca de 6000 alunos, incluindo também as crianças com necessidades educativas especiais.

Gestão dos Autocarros Municipais

De acordo com as normas aprovadas para o efeito, os estabelecimentos de ensino da rede pública, as associações culturais, recreativas, desportivas e instituições particulares de solidariedade social podem requisitar o autocarro municipal para visitas de estudo, actividades escolares ou municipais.

Programa de generalização do Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular (Escola a Tempo Inteiro)

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pretende continuar a assegurar o funcionamento do Programa de Generalização do Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular (Escola a Tempo Inteiro). No seguimento do que se tem vindo a realizar em anos lectivos anteriores, e de acordo com o despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio, que surge na sequência da experiência desenvolvida no ano lectivo 2005/2006 através do Programa de Generalização do Ensino de Inglês no 3.º e 4.º anos de escolaridade, a autarquia, em parceria com os agrupamentos de escolas, deu continuidade à implementação do programa no concelho, dinamizando as seguintes actividades: Inglês; Ensino da Música; Actividade Física e Desportiva; Artes Plásticas. Este programa visa cumprir o duplo objectivo de garantir a todos os alunos do 1.º ciclo a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo, ao mesmo tempo que se concretiza a prioridade enunciada pelo Governo de promover a articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio às famílias.

Programa Esc+

É de todo o interesse dar continuidade ao projecto Esc+, que tem vindo a ser desenvolvido desde o ano lectivo 2006/2007. Este projecto apresenta, a toda a comunidade, os trabalhos que são desenvolvidos durante o ano lectivo e visa atingir o objectivo primordial da educação, que é trabalhar a criança em diversas vertentes, sendo que o envolvimento escola/família está aqui bem patente.



Taça ESC+

Este projecto é desenvolvido com alunos do 3.º ou 4.º ano de escolaridade, sendo as modalidades praticadas o atletismo, o andebol, o basquetebol e o futebol de 7. Este torneio é composto por duas fases: na 1.ª fase as escolas do mesmo agrupamento disputam entre si, em torneio, o 1.º lugar, e na 2.ª fase define-se a escola e/ou o atleta campeão por modalidade.

Jogos Sem Fronteiras

Este projecto é dirigido aos alunos do 1.º e 2.º ano do 1.º ciclo do ensino básico. Desenvolve-se um circuito de jogos que tem como objectivo a percepção da dimensão motora (factores perceptivos, factores de execução e coordenação motora), da dimensão cognitiva (capacidades de observação, análise, interpretação e adequação das soluções), e da dimensão relacional (relacionamento afectivo, descoberta do outro, aprendizagem social). Este projecto é composto por duas fases: na 1.ª fase as escolas do mesmo agrupamento disputam entre si um conjunto de jogos, e na 2.ª fase reúnem-se as três primeiras equipas da 1.ª fase, definindo a escola campeã do respectivo ano lectivo. Estes torneios são enquadrados no programa ESC+.

Rede Nacional de Bibliotecas Escolares

O projecto de Rede de Bibliotecas Escolares conta actualmente com cerca de 12 escolas do 1º ciclo, sendo este um número sempre em evolução:

Agrupamento	Freguesia	EB1
Lourosa	Mozelos	Prime
Fiães	Caldas de S. Jorge	Caldelas
	Fiães	Avenida
Canedo	Canedo	Mirante
Lobão	Lobão	Igreja
	Gião	Beira
Paços de Brandão	Paços de Brandão	Igreja
	Rio Meão	Santo António
	S. Paio de Oleiros	Igreja
Milheirós de Poiares	Romariz	Igreja
	Milheirós de Poiares	Igreja
Argoncilhe	Sanguedo	Arraial

A cooperação entre as bibliotecas escolares dos agrupamentos de escolas e a Biblioteca Municipal já existe em termos de projectos concelhio, na medida em que as itinerâncias são garantidas pela BE e escolas dos agrupamentos. Continuará a realizar-se a formação informal e formal com a BE e seu apoio técnico. Perspectiva-se a construção do manual de procedimentos concelhio, o catálogo concelhio e a preparação da agenda cultural concelhia, dando-se continuidade às reuniões concelhias de SABE, bem como às interconcelhias, para que se possa partilhar com os diferentes parceiros uma multiplicidade de saberes. Continuaremos a dinamização da plataforma Winlib, que permite ter um catálogo online comum a todas as BE e BM. A BM, em parceria com a rede de BE do concelho de Santa Maria da Feira, tem já no terreno um projecto de itinerâncias para as escolas que não fazem parte da rede, pois existe no concelho uma filosofia de biblioteca incutida nas escolas e nos órgãos autárquicos responsáveis por este concelho.

Programa de Apoio à Família – Educação Pré-Escolar

Com o intuito de universalizar a educação pré-escolar, generalizando a oferta deste serviço a todas as crianças, foi criado um serviço de apoio à família com vista a dar resposta às necessidades das famílias para além do tempo lectivo semanal. O programa de apoio à família visa atingir os seguintes objectivos: assegurar a ocupação das crianças em idade pré-escolar com actividades lúdicas, animando os tempos livres; promover a satisfação e bem-estar das crianças, valorizando o prazer de brincar; promover a socialização, estimulando a aprendizagem nas áreas e domínios de desenvolvimento físico, social, emocional e intelectual, transmitindo conceitos importantes de desenvolvimento sustentável em princípios de uma vida saudável e ecológica; despertar na imaginação das crianças o gosto pela reciclagem de materiais reciclados, complementando as actividades lectivas dos jardins-de-infância. Os pais e/ou encarregados de educação participam no custo dos serviços de apoio à família que integram a componente socioeducativa dos estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as respectivas condições socioeconómicas.

Componente de Expressão Física Motora

Pretende-se desenvolver com as crianças dos jardins-de-infância um trabalho de expressão corporal, e de desenvolvimento da motricidade fina utilizando diferentes exercícios. As aulas de expressão físico-motora compreendem um trabalho individual e colectivo das crianças. Ao nível individual, os objectivos envolvem o desenvolvimento da criatividade corporal, utilizando as possibilidades que o corpo possui de forma a descobri-las e a desenvolvê-las através dos diferentes exercícios. Essa prática tem como finalidade desenvolver a criatividade, espontaneidade e autonomia de cada criança, bem como desenvolver um trabalho físico de coordenação motora. Ao nível colectivo, os exercícios



envolvem actividades simples, que vão desde a prática de alongamentos, expressão dramática, mímica, jogos e simulações, ou a exploração espontânea de movimentos corporais. Os objectivos pedagógicos consistem nas actividades de ginástica, psicomotricidade e jogos lúdicos/didácticos, dinâmica de grupos e trabalhos de equipa, o jogo (individual ou em grupo), saber estar, saber ser e sociabilidade. Os jardins-de-infância aderentes ao programa de expressão físico-motora são todos aqueles onde funciona o Programa de Apoio à Família.

Componente de Expressão Musical, movimento e drama

Pretende-se desenvolver nas crianças dos jardins-de-infância a imaginação e a criatividade, através de experiências diversificadas. A vivência musical contribui para o desenvolvimento de diferentes competências reflectindo-se no modo como o aluno pensa, no que ele pensa e no que produz com o pensamento. A expressão musical permite participar em desafios colectivos e pessoais que irão contribuir para a construção da identidade pessoal e social. Assim, pretende-se desenvolver competências de discriminação auditiva abrangendo diferentes códigos, convenções e terminologias no mundo da música, competências vocais e instrumentais diversificadas e desenvolver o pensamento musical. Compreender a música como forma de expressão de comunicação, adquirir os conceitos chave: pulsação, compasso, duração, padrões rítmicos, registos e movimentos sonoros, intervalos e frases melódicas, tonalidades, dinâmica, andamento, etc. Pretende-se, também, desenvolver os aspectos essenciais da voz: (dizer rimas e lengalengas, entoar rimas e lengalengas, cantar, reproduzir pequenas melodias, experimentar sons vocais). O corpo: movimento, dança e percussão corporal: (experimentar percussão corporal, batimentos, palmas; acompanhar canções com gestos e percussão corporal); movimentar-se livremente a partir de sons vocais e instrumentais, melodias e canções. Os jardins-de-infância aderentes ao programa de expressão musical são todos aqueles onde funciona o Programa de Apoio à Família.

Actividade lúdica dos jardins-de-infância

Programa Poupança – diversidade das formas de Poupar

Dia/Temática	Valores e princípios orientadores	Objectivos	Actividades
Dezembro Natal	Valorização de diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão;	Promover a socialização; Conhecer os costumes e as	Construção de Pai Natal, Estrelas e Árvores de Natal com materiais reciclados para a decoração do percurso até à Terra dos Sonhos (em



		<p>tradições;</p> <p>Desenvolver o espírito de solidariedade e fortalecer laços e relações entre todos;</p> <p>Desenvolver nos alunos a capacidade criativa.</p>	<p>análise);</p> <p>Construção de um Cabaz de Natal destinado à família mais carenciada de cada escola (esta será identificada pelo grupo docente e não docente de cada escola). Este cabaz será resultado de uma recolha de alimentos promovida pelas monitoras e professoras de cada Escola.</p>
<p>Janeiro Fogaceiras</p>	<p>Desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo;</p>	<p>Conhecer os costumes e as tradições do concelho;</p> <p>Salientar a importância da reciclagem para a preservação do meio ambiente;</p>	<p>Construção de uma fogaça gigante com materiais reciclados;</p>
<p>Fevereiro Carnaval</p>		<p>Promover a socialização/convívio;</p> <p>Desenvolver nos alunos a capacidade criativa.</p>	<p>Realização de um desfile pelas ruas do concelho com máscaras e trajes referentes à temática "Poupança". Este tema é identificado com o símbolo do Mealheiro. Casa escola organiza o desfile na base da poupança e as roupas poderão simbolizar o dinheiro (\$/€/mealheiros/símbolo da comunidade europeia). Os trajes serão feitos com materiais reciclados. Para</p>



			além dos meninos do programa pretendemos contar com a presença de toda a comunidade escolar inclusive pais e avós.
Março Dia 22 Dia da Árvore Dia 19 Dia do Pai	Construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural	Sensibilizar os alunos para a preservação da Natureza e da Escola; Desenvolver a capacidade de intervenção; Salientar a importância da reciclagem para a preservação do meio ambiente; Fortalecer os laços familiares; Desenvolver a capacidade criativa;	Debate Ambiental com elementos da Quercus/Greenpeace, Presidente da Câmara e Assembleia de Crianças; Criação do bicho-da-seda; Participação selectiva de duas Prés e de duas escolas de 1º ciclo; Elaboração de um trabalho para oferecer ao Pai com materiais reciclados; Jogo de futebol nas EB1's e nas Prés: Pais vs Filhos
Abril Páscoa	Valorização das dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com	Despertar nos alunos o interesse pelas tradições; Fortalecer os laços familiares;	Realização de uma "Feira Regional" com produtos do concelho adquiridos pelos alunos, pelos pais, pelos avós e as receitas revertem em prol do projecto na Guiné/Moçambique/Angola; a)



	o saber e com os outros.	Desenvolver a capacidade criativa;	Construção de um “Folar de Páscoa” – cabaz que será oferecido à família mais carenciada da zona escolar. Este cabaz será construído por toda a comunidade.
Maio			Elaboração de um trabalho para oferecer à mãe com materiais reciclados.
Dia 7 Dia da Mãe	Desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo;	Desenvolver o espírito de Família; Promover atitudes sociais, de grupo e de solidariedade;	Jogo de futebol nas EB’1s e Prés: Mães vs Filhos
Dia 9 Dia da Europa			Construção de cartazes com informação sobre os países da União Europeia, bem como, informações e imagens dos países mais pobres do mundo;
Dia 13 Dia Internacional das Famílias		Dinamizar o papel essencial da família para o sucesso pessoal e escolar dos alunos. Desenvolver nas crianças o interesse pelos seus direitos e pelos dos outros;	Peditório com a oferta de um pin revertendo em prol da causa da Guiné/Angola/Moçambique; a)
			Construção de um cabaz em cada escola, com materiais escolares em prol do projecto da Guiné/Angola/Moçambique;
Junho		Consciencializar os alunos para a existência de países onde os	Esta será a festa final e nela serão expostos todos os trabalhos realizados ao longo do ano pelas EB’1s e Prés em
Dia 1			



Dia Mundial da Criança		direitos das crianças são permanentemente violados;	torno desta temática.
Dia 19 Festa Social		Promover um relacionamento positivo entre os alunos.	- Concurso de Mealheiros apadrinhados por instituições do concelho; Cada EB1 e Pré apresentarão uma actividade de palco relacionada com os valores trabalhados no programa ao longo do ano lectivo;
Dia 21 a 25 Ou 21 a 2 de Julho			Actividade conjunta das Prés que pretendam fazer praia. Actividade conjunta das escolas do 1º ciclo que pretendam fazer praia.

Festa Final do Programa de Apoio à Família

No ano lectivo 2009/2010, e à semelhança de anos anteriores, pretende-se encerrar o programa de apoio à família com uma festa final, em que se envolve toda a comunidade educativa, nomeadamente monitoras, assistentes operacionais, educadoras, agrupamentos de escolas, professores, encarregados de educação e todas as crianças que frequentam o ensino pré-escolar no concelho de Santa Maria da Feira.

Programa de Apoio à Família – 1.º Ciclo

O programa de apoio à família, desenvolvido pelo Grande Sábio, assegura o acolhimento e o prolongamento das crianças na escola antes e após o término das aulas, nas escolas do 1.º ciclo do concelho de Santa Maria da Feira. Durante este período de tempo, os profissionais responsáveis

procuram proporcionar às crianças um pleno desenvolvimento das suas capacidades, sendo evidenciada uma clara relação entre as actividades lúdicas e as actividades desenvolvidas no âmbito do ensino, da educação, da saúde e da vida cultural. Os objectivos deste programa são os seguintes: ocupar de forma sadia e criativa as crianças do 1.º ciclo do ensino básico, durante os dias úteis e o período de interrupções lectivas (Natal, Carnaval, Páscoa e durante os meses de Julho e Agosto); promover e desenvolver actividades que permitam uma maior integração e interacção das famílias no processo de desenvolvimento dos filhos; fomentar o respeito pelos conhecimentos e valores das famílias, evitando qualquer tipo de preconceito; favorecer a participação da instituição familiar em diferentes oportunidades, estimulando o diálogo com os pais.

Programa “ABC do Concelho”

A Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pretende continuar a propor às diversas escolas o programa “ABC do Concelho”, que inclui um conjunto de palestras com jogos interactivos para todos os alunos do 3.º ano de escolaridade, onde são apresentados, de uma forma inovadora e lúdica, os diversos monumentos, instituições e equipamentos de relevo existentes nas diferentes freguesias. O projecto integra, também, uma visita guiada ao Visionarium, onde os alunos participam numa sessão no Minilab. Estas sessões são essencialmente experimentais e têm como objectivo estimular o gosto pela ciência e a vontade de aprofundar conhecimentos.

Programa de Férias Escolares

A aquisição de uma imagem positiva da escola e reforço de competências individuais, de criatividade e de sociabilidade, a promoção de uma melhor integração num novo ciclo de escolaridade e a prevenção do abandono escolar e o ingresso precoce no mundo do trabalho, através da ocupação saudável e construtiva do tempo de férias de verão, que proporcionem aos jovens a participação em actividades desportivas, culturais, lúdicas e criativas, são os objectivos do programa de férias escolares da Câmara Municipal. Este programa decorre na primeira quinzena do mês de Julho, nos agrupamentos de escolas do concelho, acolhendo cerca de 1200 alunos oriundos de todas as freguesias.

Programa de Saúde Escolar

O programa de saúde escolar, através da promoção da saúde oral e rastreios visuais é fundamental para prevenir graves doenças, nomeadamente junto das crianças em risco. As parcerias encetadas com os organismos públicos de saúde são exemplo a nível nacional. O Programa de Saúde Oral é organizado pelo Centro de Saúde de Santa Maria da Feira e o de Rastreios Oftalmológicos pelo Hospital São Sebastião, contando ambos com o apoio da Câmara Municipal.



Escola de Educação Rodoviária

“Pé na estrada”| pequenos

É um projecto educativo dirigido às crianças da educação pré-escolar (4 e 5 anos de idade) que visa abordar a prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas. Estes três temas serão abordados teoricamente através do visionamento de um filme, realizado na 1.ª sessão na EER e aprofundados com dinâmicas de grupo, diálogo, livro de actividades e circulação na pista da escola rodoviária. Para a sua realização serão necessárias 3 sessões, 2 das quais na EER e 1 no estabelecimento de ensino.

“Pé na estrada”| médios

É um projecto educativo dirigido aos alunos do 4.º ano de escolaridade que visa abordar a prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas. Estes três temas serão abordados teoricamente através do jogo educativo “chuva de ideias” e aprofundados com um livro de actividades e um teste prático na pista da escola rodoviária. Para a sua realização serão necessárias 5 sessões, 4 das quais nas EB1 e 1 na EER.

“Pé na estrada”| grandes

É um projecto educativo dirigido aos alunos do 3.º ciclo (7.º ano) que visa abordar a prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas. Estes três temas serão abordados teoricamente com um jogo educativo “pictionary no trânsito” e aprofundado com um “rally paper” na pista da escola rodoviária. Para a sua realização serão necessárias 2 sessões, 1 das quais na EB2/3 e a outra na EER.

“Pé na estrada”| seniores

É um projecto dirigido às IPSS's do concelho de Santa Maria da Feira que visa abordar a prevenção rodoviária; este tema será abordado pelos técnicos da Escola Rodoviária numa actividade lúdica. Para a sua realização será necessária 1 sessão na EER.

“Visitas à EER”

Dirige-se a todo o público que não está abrangido pelos nossos projectos. Visa apresentar a escola rodoviária e o seu funcionamento e a realização de uma actividade que se divide em duas fases: numa primeira fase, um jogo educativo, e numa segunda fase, circulação na pista da EER.

“Sábados com a Maria”

Dirige-se a todas as associações de pais do concelho que estejam interessadas em partilhar o tema da prevenção rodoviária.

Medida 2.2 – Dinamização de um projecto de combate ao abandono e insucesso escolar.

O combate ao abandono e insucesso escolar passa, também, por envolver e responsabilizar cada escola e cada comunidade perante os resultados obtidos. Nesse sentido, há que envolver todos os interessados no acto educativo, pais professores e outros funcionários das escolas, colectividades locais, autoridades locais, empresas, etc., de modo a que mais intensamente contribuam para a melhoria do sistema educativo. O Conselho Municipal da Educação deverá coordenar e orientar um plano de acção que envolva diferentes parceiros por forma diminuir o insucesso educativo.

EIXO 3 – Melhoria da Qualidade de Ensino

Neste eixo encontram-se os projectos socioeducativos que visam melhorar a qualidade educativa e formativa do concelho, e que muitas vezes se entrelaçam com outros eixos.

Medida 3.1 – Criação de condições para um melhor desempenho dos elementos da comunidade educativa.

Programa de Apoio a Projectos Educativos

Este programa proporciona apoio logístico a todos os pedidos de apoio dos jardins-de-infância, escolas do 1.º ciclo, escolas EB 2/3 e secundárias, em actividades que promovam o trabalho com a comunidade, práticas pedagógicas, produção e utilização de materiais didácticos, bem como a partilha e utilização de experiências pedagógicas.

Centro de Recursos Educativos Municipais

O Centro de Recursos Educativos Municipal (CREM) tem como objectivo desenvolver actividades do Projecto Educativo Municipal. Este compreende sempre um conjunto de intenções, de motivações, de

interesses variados em que a comunidade escolar se insere e as expectativas de todos os agentes que estão directa e indirectamente implicados no processo de ensino/aprendizagem. O Projecto Educativo assenta nos seguintes princípios: desconcentração e descentralização de serviços; democraticidade; participação de todos os intervenientes no processo educativo; interligação comunitária. O Projecto Educativo é referido na proposta Global da Reforma da Comissão de Reforma do Sistema Educativo como “uma das pedras angulares de uma comunidade educativa inserida num sistema administrativo descentralizado e dotado de autonomia suficiente”. O CREM, conhecendo a realidade educativa existente no nosso concelho, desenvolve actividades com base em três objectivos: reduzir a standardização dos estabelecimentos de ensino, dando uma oportunidade a cada escola de participar activamente nas actividades educativas do concelho; abrir a escola à comunidade através da participação dos vários intervenientes do processo educacional; contribuir para a qualificação do ensino e eficácia escolar, de forma lúdica e pedagógica para um processo educativo mais eficiente. Neste âmbito, o Projecto Educativo torna-se mais rico e tem mais sentido, uma vez que há uma interligação constante e real entre o ensino/aprendizagem, e assim contribuir para que os nossos alunos gostem da sua escola e gostem de aprender. A Biodiversidade será trabalhada nas áreas de artes plásticas, cinema de animação, fotografia e multimédia, possibilitando ainda a visita de cerca de 6000 alunos dos jardim-de-infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico ao Parque Ornitológico de Lourosa. Os concursos “Reinventar o Traje das Fogaceiras” e “Escola a Mexer” são, de igual modo, actividades que permitem que a comunidade escolar se integre nas tradições do município e na envolvimento nas actividades escolares. A educação para a cidadania é também um tema desenvolvido já pelo 5.º ano consecutivo, através da Assembleia de Crianças, onde os mais novos têm uma participação activa e democrática.

“Clube dos Avós”

Este projecto é desenvolvido uma vez por mês nos jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo do concelho onde funcione o Programa de Apoio à Família. O objectivo principal deste programa consiste no reforço do papel dos avós na comunidade escolar, criando oportunidades de partilha de saberes e experiências. Nestes dias, avós e netos juntam-se para a realização de actividades previamente preparadas pelos professores, monitores e crianças. A avaliação do projecto realiza-se através de uma ficha de avaliação entregue aos avós, professores e monitores que dinamizam as actividades ao longo do ano lectivo.

“Dia do Acolhimento ao Novo Professor”

Esta actividade constitui uma jornada de trabalho que incluiu uma sessão de boas vindas no Salão Nobre da Câmara Municipal, onde os professores que leccionam pela primeira vez no concelho



recebem documentação diversa sobre a realidade socioeconómica, cultural e também turística de Santa Maria da Feira, culminando com uma visita guiada pelos pontos históricos do concelho.

VIII Jornadas de Educação - da escola que temos à escola que queremos

Pretende-se que os aspectos metodológicos e resultados conceptuais da actividade interna do Pelouro sejam divulgados e partilhados, mas também enriquecidos e contrastados com perspectivas oriundas de outras instâncias, com outros ângulos de abordagem, conhecimentos e experiências. Com estas jornadas visa-se, também, alargar ainda mais os espaços de reflexão e apreciação, plurais e interactivos, para que se identifiquem novos problemas, se conheçam melhor outras propostas e suas consequências, e se assinalem, para além das diferenças, as linhas de convergência existentes no terreno social e educativo, que abordem e retratem medidas relacionadas com a família, a escola, a comunidade local, a vida nacional e as pertenças europeia e global. Esta actividade tem como objectivo debater, reflectir e partilhar experiências e saberes que, por certo, contribuirão para a qualidade educativa e para as práticas profissionais.

Workshop Teatro de Rua

A Divisão de Educação, em parceria com a Associação Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua pretende promover um workshop que envolva alunos do ensino secundário do concelho numa metodologia criativa.

Imaginarius

Pretende-se desenvolver projectos que envolvam diferentes gerações como forma de reforço dos laços comunitários, através da recuperação das tradições e das artes, e que culminem com uma apresentação pública no Imaginarius. Os objectivos consistem em trabalhar a criatividade, a expressão corporal, dramática, entre outras áreas.

Comenius Regio

Pretende-se realizar candidaturas ao comenius régio em parceria com um agrupamento de escolas e uma associação. A finalidade é fortalecer a dimensão europeia na educação escolar e oferecer experiências europeias de aprendizagem a professores e alunos, bem como a todos os responsáveis pela administração dos sistemas escolares. O comenius régio deverá ajudar as regiões a melhorar a sua oferta educacional para os jovens. O objectivo não é envolver directamente alunos, mas promover o desenvolvimento de uma cooperação estruturada entre regiões parceiras. Pretende-se, desta forma, desenvolver e partilhar melhores práticas e desenvolver ferramentas para uma cooperação sustentável além fronteiras.

Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)

A RTPCE da AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras) é uma instância de reflexão e debate sobre os princípios da carta das Cidades Educadoras e de coordenação e fomento de actividades promotoras destes princípios a nível municipal/nacional. Procura que os municípios portugueses incorporem os princípios da carta das Cidades Educadoras e articulem as suas intervenções, transversalmente a nível municipal e, mais amplamente ainda, a nível nacional e internacional, participando também em Congressos e em trabalhos de Redes Temáticas, nacionais e internacionais. Depois da aprovação pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal, a proposta de adesão de Santa Maria da Feira à Rede Internacional de Cidades Educadoras foi aprovada pela Assembleia-geral desta Associação, reunida em Tampere, na Finlândia, em 2002. Actualmente, a RTPCE integra 37 municípios, sendo que Santa Maria da Feira integra, ainda, a Comissão de Coordenação da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras desde 2006. A "Carta das Cidades Educadoras" – Declaração de Barcelona de 1990 e Declaração de Génova de 2004, manifesta a preocupação em reflectir e aplicar na sua vivência os seus Princípios, assumindo que para além de educativa a cidade deve ser educadora, o que implica uma intencionalidade, uma consciencialização e um trabalho transversal, coordenado ao nível dos vários agentes educadores da cidade, espaço apropriado, recriado por todos os seus cidadãos, sendo por isso um espaço de cidadania e formação ao longo da vida. Periodicamente, os municípios portugueses que integram esta rede reúnem-se, tendo como objectivos: promover o intercâmbio de ideias e de boas práticas de trabalho entre as cidades da Rede Portuguesa de Cidades Educadoras em torno de temáticas pertinentes e actuais; difundir e aprofundar a construção do discurso das cidades educadoras; aprender, trocar, partilhar e enriquecer a vida dos munícipes. No âmbito desta rede são desenvolvidas diversas actividades, tais como: encontros nacionais em rede, trimestrais, nos quais são debatidos problemas comuns aos vários municípios e onde se analisam e debatem assuntos de interesse, bem como temas específicos, definidos na reunião plenária; congressos nacionais, de 2 em 2 anos, promovendo o intercâmbio de ideias e boas práticas de trabalho entre as cidades da Rede Territorial Portuguesa, com a participação de vários especialistas nas temáticas em debate; participação em congressos internacionais, através de stand modular, com posters, vídeos e publicações alusivas às experiências educadoras dos vários municípios da rede; boletim da rede territorial portuguesa, veículo de divulgação que pretende reforçar a troca e partilha de experiências, notícias e eventos, entre as cidades que integram a rede. O portal da rede portuguesa, com o endereço www.edcities.org – link "Portugal", permite ter online e em permanente actualização, várias práticas educadoras dos municípios da rede e as redes temáticas onde são trabalhados temas de acordo com as propostas apresentadas no plenário. Podem ser feitos estudos específicos e trabalhos empíricos; divulgação e apoio a novas adesões, através do envio para os vários municípios do país,

serviços e entidades, de documentação e informações diversas, sobre a AICE, processos de adesão e eventos nacionais e internacionais.

Conselho Municipal de Educação

O Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, oficializou a criação dos Conselhos Municipais de Educação em cada um dos concelhos do país. Em consequência, a Assembleia Municipal aprovou a 24 de Abril de 2003, sob proposta da Câmara, o regulamento e a composição deste órgão consultivo. Entretanto, o regulamento foi aprovado em Diário da República, no dia 25 de Agosto de 2003. Este Conselho reúne de acordo com o previsto na lei.

Representação da Autarquia nas Assembleias de Escola

O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. De acordo com o ponto 1 do artigo 60.º do referido Decreto-Lei, constitui-se em cada agrupamento de escolas um Conselho Geral com carácter transitório, para efeitos de adaptação ao novo regime de autonomia, administração e gestão dos referidos estabelecimentos de ensino. O Conselho Geral Transitório assume todas as competências do Conselho Geral, cabendo-lhe, ainda, a elaboração e aprovação do regulamento interno, a preparação das eleições para o Conselho Geral e a eleição do director. Em 2010, já todos os Agrupamentos de Escolas terão constituído o Conselho Geral. Deste modo, a autarquia tem assento nas Assembleias dos 10 agrupamentos de escolas existentes no concelho, tendo delegado os restantes lugares nas Juntas de Freguesia.

Observatório da Educação e Inovação

O Observatório da Educação e Inovação pretende ser uma estrutura dinâmica e interactiva, capaz de facilitar a comunicação e circulação de dados entre agrupamentos de escolas e centros de formação do concelho, de forma a implementar uma plataforma de recolha e divulgação de dados estatísticos que envolvam variáveis no âmbito da educação, nomeadamente, no que toca ao insucesso e abandono escolar, entre outras. Este projecto pretende funcionar em parceria com o já existente Observatório Social e seguirá a mesma linha orientadora, de forma a desenvolver um trabalho em conjunto e sustentado por perspectivas e áreas de intervenção diferentes mas simultaneamente complementares.

Cabaz de Natal - Feira Solidária

Este projecto pretende proporcionar um Natal mais alegre e solidário às famílias mais carenciadas do concelho envolvendo as escolas nesta iniciativa para desenvolver o espírito solidário nas crianças do concelho. Consiste na recolha e posterior distribuição de alimentos, brinquedos e vestuário pelas famílias mais carenciadas do concelho.

Manutenção de Parques Infantis / Espaços de Jogo e Recreio

No âmbito de uma maior segurança e salubridade nos espaços de jogo e recreio dos Jardins-de-infância do concelho de Santa Maria da Feira, serão realizadas vistorias periódicas a todos estes espaços.

Plano de Segurança nas Escolas

O Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em colaboração com o Pelouro das Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente, continua a levar a cabo um esforço redobrado para dotar os edifícios escolares com sistemas de segurança eficazes. Neste sentido, e aproveitando a experiência das escolas EB 2/3, estão a ser estabelecidas parcerias com os agrupamentos de escolas do concelho, a fim de serem implementados os planos de emergência em todos os jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo.

Medida 3.2 – Divulgação dos resultados de desempenho do sistema educativo e formativo do concelho e de cada unidade que o compõe.

Para que possa ser atingida uma melhor qualidade do processo educativo é necessário que em cada momento seja promovida a sua avaliação pela organização que o desenvolve. É a partir desta avaliação que é possível definir planos de melhoria que conduzam a melhores resultados. Apesar de a auto-avaliação ser uma tarefa de cada escola importa apoiar externamente, dinamizando o processo e promovendo a troca de experiências e de resolução de dificuldades. Assim, o Pelouro da educação propôs-se criar um Observatório da Educação e Inovação, com a missão de prestar um serviço de referência na produção e divulgação de informação sobre o sistema educativo no Concelho de Santa Maria da Feira. Este organismo está vocacionado para a recolha, tratamento, análise e divulgação de informação estatística e estudos relativos ao sistema educativo. É pretensão deste pelouro continuar a trabalhar em colaboração com a Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação do Porto para apoio e acompanhamento técnico.

4º Eixo – Ampliar a procura da formação ao nível secundário e adequar as formações às necessidades

A **Iniciativa *Novas Oportunidades*** representa um novo impulso no caminho da qualificação dos portugueses que Santa Maria da Feira tem de acompanhar. É urgente combater os défices de formação e de qualificação que o Concelho apresenta, quer a nível dos jovens quer a nível dos activos. A elevada taxa de abandono escolar e o elevado insucesso no ensino básico implicam que poucos sejam os jovens que frequentam o ensino secundário. Acresce o facto de as taxas de insucesso escolar no 10º ano continuarem a ser elevadas. Tudo isto contribui para que o nº de jovens com o 12º ano seja diminuto. É urgente fazer do 12º ano o referencial mínimo de formação. A pouca procura que as formações profissionalizantes têm deve-se a diversos factores que interessa combater de uma forma concreta. Vamos referir três: desvalorização social das formações; falta de informação e orientação profissional; desadequação das formações oferecidas. Assim, o Pelouro da Educação continua a ser o elemento aglutinador e desenvolver um plano de acção envolvendo todos os parceiros com vista a aumentar as ofertas educativas e formativas articuladas com as necessidades do concelho.

Rede de Oferta Formativa

A Rede de Oferta Formativa engloba um grupo de trabalho em que a autarquia, juntamente com as várias entidades educativas e formativas do concelho, pretende estar atenta à crescente mutação da nossa sociedade global, implicando uma mobilização constante e continuada ao nível do desenvolvimento tecnológico, profissional, económico, social, cultural e educacional, entre outras transformações significativas. Para acompanhar esta evolução, urge apostar na valorização das competências pessoais e sociais, capazes de corresponder às exigências da “nova sociedade” onde nos encontramos. Este cenário só é possível mediante o esforço de cada um dos actores implicados e a implicar nesta dinâmica, na medida em que é fundamental a interacção entre municípios, entidades educativas/formativas, entidades patronais e a população em geral. É neste sentido que se torna urgente a formação e a qualificação profissional ao longo da vida, assente numa perspectiva de uma educação permanente. Os objectivos são: fazer do 12.º ano o referencial mínimo de formação; aumentar o número de jovens em cursos tecnológicos e profissionais; qualificar activos/desempregados; combater o insucesso/abandono escolar. Medidas a implementar: caracterização da população (ao nível formativo/profissional); diagnóstico das necessidades formativas locais que fomentem o desenvolvimento; renegociação das ofertas formativas existentes e a criar; estimulação de parcerias entre os municípios, as entidades patronais e as entidades educativas/formativas; definição de planos estratégicos entre sistemas de educação/formação, autarquias e associações empresariais; concepção de um guia ou de uma base de dados da oferta formativa da AMP; estimular a cooperação entre os sistemas de educação/formação e a sociedade



em geral; facilitar a aquisição das competências necessárias para criar e gerir uma empresa; estimular as instituições de educação e de formação a proporcionar aconselhamento e orientação para a criação de empresas; desenvolvimento de meios de validação oficial de experiências de aprendizagem não formal; estimular o aumento da educação e formação fora dos contextos formais.

Universidade Júnior 2010

A Universidade Júnior é o maior programa nacional de iniciação ao ambiente universitário para os jovens do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário e tem como principal finalidade a promoção do gosto pelo conhecimento em áreas tão diversificadas como as Ciências, as Engenharias, as Letras, o Desporto e as Belas Artes. No âmbito do protocolo celebrado entre a Universidade Júnior e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, através da Divisão da Educação, pretende-se proporcionar aos alunos do concelho, dos vários estabelecimentos de ensino do município, apoio ao nível do transporte e ao nível da inscrição, que inclui as despesas relacionadas com o seguro, alimentação e a frequência nos programas durante uma semana. Os objectivos consistem em realizar pequenos projectos sobre vários temas, descobrir como é a universidade, explorar e conhecer as várias faculdades, trocar ideias e conhecer novos projectos e conhecer e conviver com alunos oriundos de diversos pontos do país.

Prémio Rotary – melhores alunos 2010

Esta é uma iniciativa organizada pelo Rotary, com o apoio da Câmara Municipal e da comunidade escolar local, que visa incentivar a qualidade, promovendo as boas práticas e os seus protagonistas, de forma a evitar o abandono escolar. Procurando distinguir os alunos que se destacam da mediana e são modelos a seguir, o Rotary pretende dar sinais à sociedade, e neste caso específico à comunidade escolar, de que vale a pena o esforço de lutar por aquilo que é gratificante, assumindo uma cultura de mérito, qualidade e de empenhamento, em detrimento da mediocridade e do facilitismo.

24.º Intercâmbio multinacional europeu para a juventude

Esta iniciativa, com a chancela e o prestígio da “European Academy Great Britain” (www.europeanacademygb.org), em parceria com o Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (<http://ccre.org>) e as suas secções nacionais (entre as quais a ANMP), pretende iniciar e incentivar os jovens à discussão e debate de temas e assuntos actuais da construção europeia, através da presença de monitores habilitados para o efeito e, simultânea e complementarmente, propiciar-lhes

atividades lúdico-culturais com visitas guiadas e eventos sociais e desportivos de índole e natureza diversa, vocacionadas para a confraternização e criação de laços de amizade, solidariedade e camaradagem entre diferentes grupos de jovens oriundos de diversas proveniências culturais, sociais e económicas de diversos países europeus. Neste contexto, um jovem do município participa activamente no intercâmbio. Os objectivos são: dar oportunidade ao participante de uma experiência internacional; trocar experiências; partilhar conhecimentos, competências e atitudes acerca dos temas a debater.

Programa de Educação para o Empreendedorismo

Existe a necessidade de uma educação para o empreendedorismo, dirigida aos alunos do ensino secundário e profissional, assente na necessidade de inculcar alguns valores e atitudes aos jovens da geração “playstation”, como o espírito de iniciativa, a capacidade de tomar decisões e de interagir com terceiros. Objectivos: evangelizar o espírito empreendedor: predisposição para empreender; mudança de atitudes e comportamentos; gestão de mini-negócios; demonstrar que ser empreendedor é um modo de vida; desmistificar o conceito de empreendedorismo; familiarizar os alunos com conceitos empresariais; incentivar o espírito de iniciativa, de cooperação e de competitividade; partilhar experiências e ideias; proporcionar o estabelecimento de novos horizontes aos jovens.

Feira de Artes Performativas

Pretende-se promover a realização do concurso de artes performativas aberto à participação de jovens estudantes do 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário que frequentem os estabelecimentos de ensino do concelho de Santa Maria da Feira. Os jovens podem concorrer individualmente ou em grupo, e deste concurso resulta uma selecção de projectos que será apresentado num festival. Objectivos: promover valores culturais e artísticos junto dos jovens do concelho; incentivar o gosto pelas artes performativas; potenciar e divulgar a criação artística local.

GIP – Gabinete de Intervenção Psicopedagógica

Este projecto visa o estabelecimento de protocolos com diversas entidades que possam apoiar na resposta às solicitações que nos surgem para encaminhamento de crianças com dificuldades de aprendizagem/insucesso escolar e indisciplina, visto que o insucesso escolar é uma causa de exclusão social. Este Gabinete pretende combater o Insucesso escolar e, conseqüentemente, diminuir o abandono escolar precoce. Juntamente com os responsáveis dos agrupamentos de escolas do concelho, pretende-se identificar os alunos em risco de abandono escolar para que estes sejam devidamente acompanhados na sua tomada de decisão, bem como sinalizar os alunos com



dificuldades de aprendizagem de modo a reencaminha-los para apoios que sejam fundamentais para o progresso do seu desenvolvimento. Por outro lado pretende-se actuar junto das famílias de forma a ajudar os pais na resolução de conflitos que interferem no desenvolvimento da criança. Pretende-se, ainda, disponibilizar um espaço de atendimento aos pais, onde estes poderão recorrer sempre que necessitarem de esclarecimentos relativos ao processo de desenvolvimento dos filhos.

Ciclo de Conferências para Professores

Considerando que a formação continua a assumir actualmente um papel não só importante como fundamental, o Ciclo de Conferências, em colaboração com o Gabinete de Formação e Desenvolvimento da autarquia, pretende validar a presença dos participantes em palestras/acções de formação (professores) sob forma de certificado reconhecido.

Escola da Família

O projecto “Escola da Família” teve início em Março de 2003, no âmbito da formação educativa parental, sendo o seu principal objectivo o enriquecimento de conhecimentos de pais e encarregados de educação, através da partilha de experiências e do aprofundamento de temas-chave da infância e da adolescência. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, através do programa “Escola da Família”, pretende continuar a proporcionar aos pais e encarregados de educação a oportunidade de redefinir estratégias de actuação familiar, através da participação activa nas diversas palestras que decorrem nas escolas do concelho, a pedido das associações de pais e dos agrupamentos de escolas.

Loja Ponto Já/Espaço Net

As Lojas da Juventude e espaço.net são espaços públicos destinados aos jovens, que disponibilizam diversas informações de interesse para a juventude e comunidade em geral. Na loja Ponto Já/Espaço.net, para além da informação sobre as mais variadas temáticas, é possível consultar a Internet, utilizar o equipamento informático, imprimir documentos, gravar documentos em CD's e DVD's, solicitar informações sobre o programa Porta 65, entre outras informações. A criação de uma sala de formação que possa acolher formações, mesmo que promovidas por outras entidades, é essencial para a promoção da formação nos utentes.

Cultura

As infra-estruturas, actividades e eventos que anualmente são realizados no concelho marcam a diferença e mantêm a nossa oferta cultural como referência nacional. Nesse sentido, a Câmara Municipal pretende reforçar a aposta nos eventos de referência, pela sua projecção nacional e envolvimento associativo, e continuar a promover uma programação cultural que potencie os diversos recursos e intervenientes e seja cada vez mais abrangente. A implementação do Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua (dependente de aprovação da candidatura apresentada para financiamento comunitário), o Plano de apoio à manutenção e construção de sedes das associações culturais, a crescente valorização da Viagem Medieval e do Imaginarius, o diálogo permanente com a comunidade, a continuação da realização de projectos que envolvam toda a comunidade (colcha, parada das noivas, instável orquestra, etc.), a Terra dos Sonhos, uma Programação consistente e continuada ao longo do ano, uma Programação permanente e articulada da Biblioteca Municipal, Museu Convento dos Loios, Museu do Papel e Cine-teatro, de modo a potenciar os serviços educativos e culturais destes equipamentos e a Criação de um festival multidisciplinar que percorra as 31 freguesias, potenciando a oferta associativa local, são algumas das actividades que a Câmara Municipal continuará a desenvolver. Pretende-se, também, reforçar e qualificar as capacidades e actividades do Associativismo Cultural, através de um plano de co-produções culturais com as Associações para incrementar a produção local e a consolidação gradual da nossa capacidade de produzir e afirmar eventos a nível externo ao concelho.

Festa das Fogaceiras

Estando a organização da festividade a cargo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, baseada no modelo tradicional, a programação oficial mantém como pontos altos: o Cortejo Cívico, a Bênção das Fogaças e Missa Solene, e a Tradicional Procissão das Fogaceiras. Em termos de programa de animação, verifica-se que em 2010 o dia 20 tem lugar a uma quarta-feira, o que permite a elaboração de uma programação praticamente ininterrupta, com início a 15 e término a 24 de Janeiro. Porque esta é uma das principais datas do panorama cultural concelhio, é importante uma coordenação eficaz do trabalho entre pelouros e entidades que se relacionam em termos de programação com a Câmara Municipal (Feira Viva, Sociedade de Turismo, Europarque, Confraria da Fogaça, etc.), para que todas as iniciativas realizadas fiquem devidamente contextualizadas.

Encontro de Bandas do Concelho de Santa Maria da Feira

Pela importância formativa subjacente às entidades que participam no Encontro de Bandas, e por serem associações concelhias que apostam nos jovens, esta actividade vai continuar a merecer toda a atenção da Câmara Municipal. Afinal, ao mesmo tempo que propicia a sã convivência e a troca de

conhecimentos entre as entidades participantes, esta iniciativa ultrapassou já as fronteiras concelhias, demonstrando um outro tipo de acção cultural (formação musical) do Município.

Animação de Verão

Habitualmente utilizada para alargar a descentralização da oferta cultural, esta iniciativa reside na promoção e realização de iniciativas culturais de livre acesso, numa perspectiva de proximidade às populações, através das Juntas de Freguesia. Espectáculos de música e sessões de cinema ao ar livre serão a face mais visível do contributo da Câmara Municipal, reforçado pelo apoio à divulgação das iniciativas e um forte apoio logístico.

Cine-Teatro “Vem prá Rua”

Por considerar que a finalidade de uma sala de um Auditório/Sala de Espectáculos não se esgota nas suas quatro paredes, propõe-se a realização de uma programação (dança, teatro, música, cinema, etc.), que tenha como figura central o Cine-Teatro António Lamoso. Assim, o ciclo de espectáculos de carácter gratuito (de pequeno/médio formato) a apresentar durante um fim-de-semana ou durante os fins-de-semana de um determinado mês, (preferencialmente na altura da Primavera ou Verão), teria lugar no Cine-Teatro, não no seu interior, mas na rua. Os objectivos principais desta acção prendem-se com chamar a atenção sobre o Cine-Teatro numa perspectiva diferente, chamar até si um diferente tipo de público e de espectáculos, e ao mesmo tempo marcar pela diferença a nossa oferta cultural.

Programação de Sala

Pretende-se assumir o Cine-Teatro, não apenas como um local de realização de espectáculos das associações locais (aspecto que não deve deixar de se manter), mas como um pólo de oferta de espectáculos com carácter regular, seja através da contratação directa, seja através dos mecanismos de cooperação existentes (ex.: Território Artes). Se for associada a ocupação que é feita pelas entidades locais da sala a dois ou três espectáculos mensais e às programações já existentes (Fogaceiras, Rock.VFR, etc.), será atingida uma oferta próxima da das principais salas do país que põem em prática uma programação de sala regular

Roteiro da Programação Cultural do Concelho de Santa Maria da Feira

Aproveitando o trabalho desenvolvido em que foi elaborado um levantamento de todas as Festas Populares, Festivais (da mais diversa índole artística), Projectos de Animação, Espectáculos diversos, organizados em todas as freguesias do Município, propõe-se a elaboração de uma brochura com a calendarização anual das actividades do Município, sejam elas organizadas pela Câmara Municipal,



Juntas de Freguesia, Movimento Associativo ou Comissões de Festas. Com este documento, atinge-se um duplo objectivo: demonstrar a pujança da oferta cultural concelhia e conseguir uma calendarização de todas as actividades desenvolvidas, o que permitira evitar ao máximo a sua sobreposição.

Roteiro dos Auditórios do Concelho de Santa Maria da Feira

Propõe-se a elaboração de um levantamento de todos os Auditórios do Concelho de Santa Maria da Feira, no que respeita a: Localização, Propriedade, Tipo de Edifício, Finalidade, Valências, Características e Meios Técnicos, Dimensões, Lotação e Contactos.

Concurso de Fotografia “Há (procura da) Cultura”

Com a duração de 12 meses, este projecto tem como objectivo motivar os participantes, habituais consumidores de bens culturais, a acompanhar o maior número possível de actividades promovidas pela Câmara Municipal durante o ano. Além da atribuição de prémios de participação e de melhores trabalhos, seriam atribuídos benefícios nas entradas dos diversos espectáculos aos participantes do Concurso. Os melhores trabalhos poderiam ainda ser motivo de exposição (no Cine-Teatro e/ou no Festival da Juventude do ano seguinte, por exemplo).

Encontro de artistas feirenses

Não podendo nem devendo a Câmara Municipal descorar a sua relação com os artistas locais, propõe-se a realização de uma iniciativa que envolva a comunidade artística feirense, de todos os ramos, no sentido de juntar artistas plásticos, músicos, actores, etc., num ciclo de espectáculos ou exposições, que muito bem poderiam culminar com uma conferência tipo “O estado da arte e da criação em Santa Maria da Feira”. Aproveitar para recuperar o conceito “jovens artistas” como componente deste projecto.

Festa de Natal para Pessoas Portadoras de Deficiência

Este não será o evento mais mediático organizado pela Câmara Municipal, mas é, sem dúvida, aquele que encerra os mais nobres intervenientes. Não só pelas atracções que todos os anos são apresentadas, mas essencialmente pela oportunidade que é concedida às Cercis de apresentarem as suas performances, esta iniciativa deverá por isso continuar a figurar no calendário da animação concelhia.

Curso Intensivo de Formação de Dirigentes Associativos

Organização: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude – Gabinete de Associativismo, em possível parceria com a Federação da Colectividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira. Objectivos gerais: dar formação e preparação aos novos dirigentes associativos; reflectir sobre a temática do associativismo; perceber as novas dinâmicas associativas; compreender a realidade associativa de âmbito nacional, local e concelhia. Pretende-se que o Curso Intensivo de Formação de Dirigentes Associativos seja uma acção de formação e qualificação do tecido associativo concelhio, dotando de recursos, meios e ferramentas que possam auxiliar na gestão associativa de âmbito cultural, recreativo e, mesmo desportivo. No final do curso os formandos devem ser capazes de elaborar documentos de gestão associativa, tais como: actas, plano de actividades e orçamentos, planos de patrocínio e de marketing, etc. O Curso Intensivo de Dirigentes Associativos deverá funcionar durante 4 fins-de-semana, preferencialmente à sexta e sábado, ou então, noutro dia qualquer, durante a semana, em horário pós-laboral. Em termos de duração o curso não deverá ultrapassar o total de 18 a 20 horas de formação. Esta acção de formação deverá atender na sua organização, metodologia e pedagogia, às características dos agentes associativos locais, nomeadamente: habilitações literárias, idades, etc. Tendo em conta o universo associativo concelhio, com a existência de cerca de 200 associações, de âmbito cultural e desportivo, torna-se impossível que o Curso Intensivo de Dirigentes Associativos chegue a todos os dirigentes, pelo que será oportuno estabelecer prioridades em termos formativos, e, possivelmente, organizar mais do que uma edição do Curso Intensivo para Dirigentes Associativos, de modo a que em 2010/2011 todas as associações possuam, pelo menos, um dirigente associativo certificado com a formação do Curso Intensivo de Dirigentes Associativos. A opção por uma actividade formativa deste tipo, enquadra-se perfeitamente numa política cultural da autarquia que tenha como objectivo estratégico o apoio ao associativismo como base de qualificação do seu tecido e das suas actividades, gerando, por este meio, mais-valias para a dinamização da acção cultural municipal. Para a organização do Curso Intensivo de Dirigentes Associativos será necessário o recurso a entidades formadoras externas que possam administrar os módulos do curso. Algumas dessas entidades podem ser: agência INOVA/CultDigest (com quem a autarquia poderá estabelecer um protocolo); Sete Pés, Gestão de Projectos Culturais; Instituto Piaget; IPJ – Instituto Português da Juventude; FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis.

Diagnóstico / Carta do Associativismo Cultural e Recreativo

Organização: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude – Gabinete de Associativismo. Datas: Janeiro a Junho de 2010 (inquéritos e recolha de dados); Junho a Novembro 2010 (preparação); Dezembro de 2010 (finalização do projecto). Local:

Concelho de Santa Maria da Feira. Objectivos gerais: elaborar uma carta do associativismo cultural e recreativo do concelho de Santa Maria da Feira; diagnosticar as necessidades do movimento associativo concelhio; compreender a realidade associativa concelhia. Tendo por base de trabalho o vasto número de associações e colectividades existentes no concelho, pretende-se elaborar um documento que faça um amplo diagnóstico ao movimento associativo concelhio, nomeadamente no que concerne com: instalações e outros recursos, património cultural, actividades desenvolvidas, associados e integração social. A partir deste diagnóstico e de todo o trabalho desenvolvido em seu redor, o Gabinete de Associativismo estará em condições de elaborar uma Carta do Associativismo Cultural e Recreativo do Concelho de Santa Maria da Feira. Entre Janeiro e Abril o Gabinete de Associativismo contactará todas as associações culturais, desportivas e recreativas do concelho de Santa Maria da Feira, no sentido destas facultarem diversos dados relativos ao seu historial, actividades, símbolos, danças, contactos e outras informações relevantes para uma publicação deste tipo. Para a organização do Diagnóstico/Carta do Associativismo, numa primeira fase, a nível do inquérito e tratamento de dados poderá ser feito pelo Gabinete de Associativismo, depois numa outra fase, que requer uma investigação e uma análise mais apurada deve-se recorrer a entidades externas.

Guia do Associativismo Cultural e Recreativo

Organização: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude – Gabinete de Associativismo. Datas: Dezembro (2009) a Março 2010 (preparação); Maio 2010 (edição). Local: Concelho de Santa Maria da Feira. Objectivos gerais: promover a dinâmica do movimento associativo concelhio; divulgar as actividades das Associações; editar um guia de recursos associativos de âmbito cultural, desportivo e recreativo. A diversidade de eventos, actividades e iniciativas promovidas pelas associações concelhias veio demonstrar a dinâmica natural do movimento associativo deste concelho, impondo-se, por este meio, a edição de uma publicação, sob a forma de guia, contendo indicações precisas, sobre as actividades promovidas por cada uma das associações do concelho, bem como os contactos directos dos seus dirigentes e espaços de sede. Este guia terá também a função de divulgar, dentro e fora do concelho, as actividades das associações locais. Entre Dezembro (2009) e Abril (2010) o Gabinete de Associativismo contactará todas as associações culturais, desportivas e recreativas do concelho de Santa Maria da Feira, no sentido destas facultarem diversos dados relativos ao seu historial, actividades, símbolos, danças, contactos e outras informações relevantes para uma publicação deste tipo. A elaboração do Guia do Associativismo contará com o Gabinete de Associativismo na elaboração, organização e preparação da informação.

Dia Nacional do Associativismo – 31 de Maio

Organização: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude – Gabinete de Associativismo em possível parceria com a Federação das Colectividades de Cultura e Recreio de Santa Maria da Feira. Data: 31 de Maio de 2010. Local: Concelho de Santa Maria da Feira. Objectivos gerais: promover o Associativismo e a Cidadania; dignificar o Estatuto do Dirigente Associativo; promover as actividades culturais de base associativas. Sendo o dia 31 de Maio o dia que o Estado Português considerou oficialmente (em Diário da República) como o Dia Nacional do Associativismo e dos Dirigentes Associativos, seria interessante promover uma iniciativa que envolvesse os agentes associativos do concelho de Santa Maria da Feira. Não esquecer que em 2010 comemora-se o primeiro centenário da República, pelo que poderá ser interessante relacionar este acontecimento com o desenvolvimento das estruturas associativas. Seria importante homenagear as associações do concelho que foram constituídas durante este período e que ainda hoje existam. Promoção de um programa de actividades culturais e recreativas que envolva o associativismo concelhio e que sirva como mostra do seu trabalho. Os recursos que poderão estar disponíveis serão os da Câmara Municipal e os da Federação das Colectividades.

Dia Mundial do Teatro – Santa Maria da Feira, Um Palco de Teatro

Organização: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude – Gabinete de Associativismo. Data: Março de 2010 (27 de Março - Dia Mundial do Teatro). Local: Concelho de Santa Maria da Feira. Objectivos gerais: promover o Teatro; dignificar o trabalho dos agentes associativos concelhios na área do Teatro; promover as actividades culturais de base associativa. O município de Santa Maria da Feira, à semelhança do que tem feito em anos anteriores, poderá associar-se às comemorações do dia Mundial do Teatro (27 de Março), promovendo um Encontro Municipal de Teatro, como forma de mostrar a dinâmica cultural do associativismo concelhio nesta área. Promoção de um programa de actividades teatrais em várias freguesias do concelho (encontro Municipal de Teatro), tendo como ponto máximo a comemoração do Dia Mundial do Teatro, com a programação de uma peça de teatro a apresentar no Cine-Teatro António Lamoso, por uma companhia de teatro nacional. Os recursos que poderão estar disponíveis serão os da Câmara Municipal, Gabinete de Associativismo, comunicação e outros

Casa das Associações / Centro de Recursos Associativos

Organização: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude – Gabinete de Associativismo; Federação das Colectividades de Cultura e Recreio de Santa Maria da Feira. Data: Janeiro a Dezembro de 2010 (preparação e implementação do projecto); Janeiro de 2011 (abertura). Local: Concelho de Santa Maria da Feira. Objectivos gerais: criação da

Casa das Associações — Centro de Recursos Associativos, dotando este equipamento de todos os meios materiais necessários: equipamentos de som, luz, informáticos, máquina de projecção de cinema e respectiva tela. Estes materiais seriam fixos do próprio auditório, devendo ser considerados outros equipamentos, para empréstimo, ou utilização, das associações: projector multimédia e tela, câmara digital, P.A. som e luz, impressoras A3 a cores; dotar este projecto de meios técnicos e humanos para a concretização dos objectivos políticos da autarquia na área do associativismo; requalificar, em termos urbanísticos e estruturais, o projecto de construção de um auditório em Santa Maria de Lamas, como um equipamento colectivo para uso das associações, bem como da população em geral. O movimento associativo de Santa Maria da Feira, desde 1999, que tem vindo gradualmente a conseguir a sua afirmação cultural. Basta estar atento ao número de actividades desenvolvidas pelas associações e, por consequência, às diversas solicitações que estes procuram junto da Câmara Municipal para averiguar dessa realidade. A criação de um serviço de apoio directo ao associativismo, a implementação de uma nova forma de considerar os apoios financeiros às associações e, sobretudo, a nova visão que a autarquia tem deste movimento social, considerando-o como o parceiro ideal da política de desenvolvimento cultural do concelho, foram factores decisivos para o rápido crescimento do movimento associativo em Santa Maria da Feira. Todavia, como forma de acompanhar este rápido crescimento do associativismo, nota-se, agora, ser fundamental a criação de uma Casa das Associações — Centro de Recursos Associativos. Ou seja um espaço físico próprio, com diversos equipamentos e recursos, para utilização colectiva das diversas associações, em prol do desenvolvimento e promoção das suas actividades associativas. Para a criação desta infra-estrutura associativa, a Câmara Municipal poderá contar com um equipamento, que já se encontra, concluído e pronto para funcionar. Trata-se do Auditório / Casa da Cultura de Santa Maria de Lamas. Devendo, para tal, reunir com a Junta de Freguesia local e indicar-lhe os seus propósitos. Esta estrutura encontra-se relativamente bem localizada, embora não seja no centro da freguesia, mas é numa zona de escolas e onde também está colocado o equipamento da Cerci-Lamas, de fácil acesso em termos de rede viária. Quanto à zona envolvente ela é bastante ampla, com um óptimo relevo natural, que poderá ser aproveitado para a realização de actividades sócio-culturais e recreativas. De momento este equipamento cultural está equipado com projector de cinema, material de luz e som, tem diversas salas de apoio e, em termos de ocupação, ela quase não existe. Constituindo-se, por esses motivos, como uma infra-estrutura ideal para a implementação de um Centros de Recursos Associativos onde possam estar disponíveis para as associações diversos recursos, tais como: material de som, impressora/fotocopiadora a cores, computadores e outras. A elaboração (criação) de um equipamento deste género requer diversos recursos, primeiro os financeiros, ou seja a sua opção como estratégia de valorização da política cultural da autarquia e, conseqüentemente, a sua integração nas grandes opções do plano para 2010 e seguintes.

Plano de Apoio ao Associativismo Concelhio – Cultura e Desporto

Organização: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude – Gabinete de Associativismo. Datas: Março a Agosto de 2010. Local: Concelho de Santa Maria da Feira. Objectivos gerais: **PAAC Cultura:** dar continuidade, em 2010, ao PAAC — Plano de Apoio ao Associativismo Concelhio, revendo, porém, os critérios de apoio, mediante uma análise mais rigorosa e eficaz das candidaturas formuladas pelas associações; fomentar as produções culturais locais, partindo dos apoios aos agentes associativos, atribuídos na rubrica de Funcionamento, inscrita no PAAC — Cultura, para a promoção do intercâmbio associativo concelhio. Sendo, porém, necessário implicar no PAAC a obrigatoriedade das associações culturais, com actividades de música, teatro ou outras artes, disponibilizarem as produções culturais que possuem, para espectáculos ou apresentações, solicitadas directamente pela autarquia. Estas actividades poderiam ser incluídas numa programação cultural, a levar a efeito nos meses de Outubro a Maio, período em que é mais se faz sentir a falta de oferta cultural concelhia; apostar num maior rigor de análise e verificação de apoios supervisionando, pela verificação no local, de todas as actividades promovidas pelas associações e apoiadas no âmbito do PAAC; disponibilizar formulários via internet, aceitando a recepção pela mesma via, por modo a tornar a comunicação com as associações mais rápida e acessível; evidenciar esforços para que no âmbito do apoio financeiro a associações culturais e recreativas seja possível a aplicação dos regimes de Contrato-Programa, à semelhança com o que é exigido às autarquias pelo DL.432/91 de 6 de Novembro para o apoio ao desporto.

PAAC Desporto: dar continuidade, em 2010, ao PAAC — Plano de Apoio ao Associativismo Concelhio - Desporto, revendo, porém, os critérios de apoio, mediante uma análise mais rigorosa e eficaz das candidaturas formuladas pelas associações; fomentar o desenvolvimento do desporto e da prática desportiva entre a população concelhia, com especial enfoque para a população juvenil e mais idosa; apostar num maior rigor de análise e verificação de apoios supervisionando, pela verificação no local, de todas as actividades promovidas pelas associações e clubes desportivos e apoiadas no âmbito do PAAC; disponibilizar formulários via internet, aceitando a recepção pela mesma via, por modo a tornar a comunicação com as associações mais rápida e acessível (plataforma digital); evidenciar esforços para que no âmbito do apoio financeiro a associações e clubes desportivos seja possível a aplicação dos regimes de Contrato-Programa, conforme é exigido às autarquias pelo Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, para o apoio ao desporto. Procurando promover e incentivar a capacidade empreendedora que, ao longo destes anos, tem notabilizado o movimento associativo concelhio, em 2010, é objectivo da Câmara Municipal, através do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, dar continuidade ao PAAC – Plano de Apoio ao Associativismo Concelhio – Cultura. Para o efeito deverá ser considerado como objectivo prioritário destes apoios a fomentação e implementação de novos projectos culturais de base associativa que privilegiem a música, o canto coral, o folclore, o teatro, artes circenses e outras artes performativas. No sentido de maximizar a comunicação associativa, será dado um especial enfoque ao potencial das novas

tecnologias da informação e comunicação, na busca de canais de comunicação mais céleres entre os serviços da autarquia e o movimento associativo, promovendo o envio e recepção dos formulários de candidatura ao PAAC 2010 – Cultura via Internet, disponibilizando os formulários online no próprio site da autarquia. Entre Janeiro e Fevereiro o Gabinete de Associativismo enviará os formulários às Associações para candidatura das associações ao Plano de Apoio ao Associativismo Concelhio; Durante o Mês de Abril/Maio o Gabinete de Associativismo analisará as candidaturas e formulará a proposta de apoios; Nos meses de Maio/Junho seriam assinados os contratos-programa com os respectivos planos de pagamentos a definir pelo Vereador da Administração e Finanças; Serão utilizados os recursos próprios do Gabinete de Associativismo, no que diz respeito ao PAAC. No entanto, para a criação de uma plataforma digital de apoio à apresentação de candidaturas será necessário o recurso a uma empresa de engenharia informática que deverá criar todo o sistema informático (programa, software, etc..).

Feira de Artesanato das Terras de Santa Maria

Numa organização conjunta da Câmara Municipal e da Associação de Artesãos, este certame pretende promover o rico Artesanato desta vasta região, oferecendo condições únicas para divulgar e afirmar o seu papel e a sua própria identidade cultural.

Comemorações do 25 de Abril

Sendo o 25 de Abril uma data de especial relevância para a democracia portuguesa, pretende-se dignificar, sob o ponto de vista histórico e social, a comemoração desse acontecimento, garantindo uma maior sensibilidade e envolvimento de toda a população, sobretudo a mais jovem, promovendo e incentivando a sua participação cívica através da realização de uma Assembleia Municipal para Jovens.

Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira

Cada vez mais a Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira assume-se como um dos maiores projectos culturais, representativo do nosso concelho e da sua aptidão para a actividade musical. Este projecto é constituído por jovens músicos do concelho e conta, na sua organização e administração, com a parceria das Academias de Música de Santa Maria da Feira e Paços de Brandão, bem como do Conservatório de Música de Fornos. Durante os últimos anos este projecto, não tem conseguido alcançar os objectivos iniciais que estiveram na base da sua criação. Torna-se, por isso, importante rever o projecto em termos de estrutura e direcção artística, criando condições para que possa ser mais dinâmico culturalmente, promovendo a música clássica e erudita junto das populações.

Apoio para Transportes das Associações

Cumprindo com o regulamento da Câmara Municipal, em 2010 será mantido o apoio às associações e clubes desportivos através da cedência de transportes para as suas actividades culturais e desportivas. Será revisto o regulamento de forma a enquadrar este apoio no âmbito dos do PAAC, definindo critérios rigorosos para a cedência de transportes às associações culturais e desportivas do concelho.

Festival Internacional de Música de Verão de Paços de Brandão

Durante os meses de Junho e Julho, o CiRAC – Paços de Brandão, organiza o Festival Internacional de Música de Paços de Brandão. Um evento que já tem mais de três décadas e que tem por objectivo promover a música erudita e clássica no concelho de Santa Maria da Feira. Apesar de não ser um evento organizado pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira este evento merece ser incluído no âmbito da programação cultural concelhia, devendo a autarquia estabelecer um protocolo de parceria com o CiRAC, para a sua qualificação e afirmação no âmbito da política cultural do município.

Festival Internacional de Danças no Mundo

O Festival Internacional Danças do Mundo é um projecto da Casa da Gaia – Argoncilhe, organizado nos meses de Verão, Julho e Agosto, apoiado pela Câmara Municipal, em termos logísticos e financeiros. Este evento visa a promoção das tradições populares e etnográficas dos vários povos do mundo. A sua organização leva mais de duas décadas e a sua qualidade tem vindo a subir de ano para ano. Não sendo um evento de organização directa da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, pelos seus objectivos culturais e pela qualidade demonstrada, merece, sem dúvida, a sua inclusão no âmbito programação cultural concelhia, devendo a autarquia estabelecer um protocolo de parceria com a Casa da Gaia, para a sua qualificação e afirmação no âmbito da política cultural do município.

Festival de Cinema Luso-Brasileiro – Santa Maria da Feira

Para se poder assumir a existência de uma verdadeira política cultural, é obrigatório a existência de uma oferta cultural abrangente, pautada por critérios de diversidade, que possam tocar as diversas franjas dos públicos da Cultura. É nesta premissa que podemos encontrar a justificação do apoio à organização de um festival de cinema em Santa Maria da Feira. Apesar de Santa Maria da Feira não

ser um concelho com tradições filmatográficas, ou mesmo cinéfilas, tem um evento que se designa Festival de Cinema Luso-Brasileiro e é organizado pelo Cine Clube de Santa Maria da Feira com o apoio da Câmara Municipal. Este evento, enquanto projecto cultural, sofre da necessidade de requalificação de modo a que a sua organização deixe algum resíduo cultural no Município.

Encontro de Teatro de Paços de Brandão

A oferta cultural no âmbito de produções teatrais nacionais é algo que escasseia no concelho de Santa Maria da Feira. Na verdade, tirando um ou outro apontamento, os grupos de teatro e actores nacionais não procuram o concelho para fazerem rodar as suas produções. O Encontro de Teatro de Paços de Brandão é, por esse motivo, um projecto interessante, com potencial para colmatar esta necessidade, uma vez que consegue elaborar uma programação cultural com diversos nomes da cena teatral nacional. Este projecto cultural é organizado pelo CiRAC – Paços de Brandão e já tem perto de duas décadas.

Conselho Municipal da Juventude

A Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, veio criar o regime jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude, exigindo que as Câmaras Municipais procedessem, obrigatoriamente, à sua criação e instalação. A função deste órgão será emanar pareceres sobre a política de juventude concelhia, dando aos jovens, e outras estruturas que os representem, a faculdade de tomar as melhores decisões para o seu concelho, nas áreas que tocam à juventude. Em Agosto de 2009 a Câmara Municipal aprovou a minuta de regulamento do Conselho Municipal de Juventude, sob a proposta conjunta dos Vereadores Dr. Sérgio Cirino e Dr. Amadeu Albergaria, revista pelo Gabinete de Associativismo.

Desporto

Sendo Santa Maria da Feira um concelho que privilegia e apoia o desporto para todos, pretende-se um reforço das infra-estruturas e dos programas de actividades e movimento associativo. Deste modo, para o período de 2010-2013, está prevista a construção de 3 novos pavilhões gimnodesportivos, o apoio à construção e manutenção de outras infra-estruturas desportivas, o desenvolvimento da rede municipal de piscinas e de outros equipamentos desportivos de manutenção nos parques de lazer. Pretende-se, também, continuar a apostar no reforço dos eventos e programação desportiva, com destaque para o programa “Conquiste a Boa Forma”: andar a pé, manhãs vivas, ciclo-turismo, ciclismo para todos, expandindo-o a todas as freguesias. A Taça Esc+ (quadro competitivo entre todas as escolas do 1º ciclo - atletismo, futebol, basquetebol e voleibol), o



desporto adaptado e o apoio às iniciativas e organizações que promovam o desporto adaptado, integrando as pessoas portadoras de deficiência, irão continuar a figurar nas prioridades da Câmara Municipal, sem esquecer o reforço do apoio ao associativismo e aos protocolos de desenvolvimento desportivo.

Eixo I - Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Consideramos neste eixo o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de actividade física e desportiva, dirigidas à população em geral.

Programa “Conquiste a Boa Forma”

Este programa tem como público-alvo preferencial a população em idade activa, entre os 18 e os 65 anos, que habitualmente não pratica desporto. Serão desenvolvidas, em 2010, as seguintes actividades:

Manhãs Vivas

Serão realizadas aos domingos de manhã nos Pavilhões Municipais e nos meses Junho e Julho, em diversas freguesias do concelho, contemplando a prática de diversos desportos (aeróbica, futebol, basquetebol, jogos tradicionais, radicais, ...) em espaços não formais, como praças, avenidas ou jardins, tendo, no entanto, como modalidade rainha as actividades de academia (aeróbica, step, spinbike, yoga, ...).

Classes de Manutenção

Pretendendo a continuidade das actividades de academia desenvolvidas durante as manhãs vivas, prolongando-as durante os meses de Inverno, conferindo-lhes, assim, um carácter regular e sistemático. Será desenvolvido em parceria com as Juntas de Freguesia e Associações que se tornem parceiras das mesmas, 2 vezes por semana, de Setembro a Maio, em espaços cobertos será desenvolvida, sempre, por professores qualificados.

Cicloturismo

Será dada continuidade ao projecto com cada vez mais autonomia dos clubes percorrendo as diversas freguesias do concelho, em especial as que dinamizam ciclismo e/ou cicloturismo. Procuraremos, ainda, uma parceria com as associações norte e centro de cicloturismo para o passeio



de abertura como forma de divulgação do respectivo programa. Realizar-se-á nos meses mais quentes e fundamentalmente aos sábados à tarde e contará com percursos de baixa/média intensidade, até 20 Km.

Andar a Pé

Tendo emergido das caminhadas agregadas aos grandes prémios de atletismo, este projecto surge da crescente adesão da população a esta actividade física dada a facilidade da sua prática. Pretende-se promover esta actividade em parceria com as colectividades locais mas sempre acompanhada por técnicos qualificados que num contacto próximo dos praticantes proporcione transmissão de saberes relacionados com prática física regular, saúde, alimentação, rastreios etc. Deverá funcionar durante todo o ano, de acordo com as condições climatéricas e disponibilidade das parcerias, intensificando-se nos meses mais quentes e secos. Contará com percursos de baixa/média intensidade, até 5 Km, abrangendo todas as freguesias do concelho.

Saídas de Aventura

Tendo este projecto sido criado com o objectivo de conquistar públicos diversificados, visa-se oferecer aos participantes outro tipo de actividades desportivas e outras sensações, tendo sido escolhidas actividades desportivas de carácter radical e de exploração da natureza. Estão, desta forma, agendadas 4 Saídas de Aventura (Espeleologia, Caminhada e Paintball, Canoagem e Multi-actividades).

Incentivar o Desenvolvimento de uma Cultura Desportiva e disponibilizar conhecimento sobre os benefícios da actividade físico-desportiva

Especiais momentos de desenvolvimento de iniciativas que divulguem e promovam os benefícios da prática da actividade física para o bem-estar físico, psíquico e mental do cidadão.

Dias Temáticos

Serão realizadas actividades físico – desportivas diversificadas, de baixa/média intensidade, abertas à população em geral, para todas as idades e ambos os sexos. Dia da saúde, Dia do coração, Dia do Idoso, entre outros

Feira do Desporto

Terá como objectivo primordial a divulgação do desporto e dos agentes desportivos do concelho, consistindo em Acções de Sensibilização em eventos da Câmara Municipal ou onde esteja representada. Pretende-se, deste modo, disponibilizar informação (Boletim das Actividades Desportivas, Pagina Mensal na Agenda Cultural, Folheto Informativo, Desporto e Saúde, Formação dos agentes ligados ao associativismo desportivo: Encarregados de Educação, Atletas, Dirigentes, entre outros).

Eixo II – Manter, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Depois de realizada a Carta das Instalações Desportivas, pôde-se constatar que existem espaços da responsabilidade da autarquia em bom, razoável e mau estado de conservação e a falta de outros. Através do estudo da procura desportiva pôde-se constatar que há uma forte procura para modalidades de interior e/ou de ar livre. Perante isto, será pretensão deste Pelouro manter os espaços desportivos que se encontrem em bom e razoável estado de conservação e remodelar e/ou substituir os que se encontrem em mau estado de conservação.

Manutenção

Pretende-se a manutenção dos pavilhões municipais, no que toca a pisos, pintura exterior e interior, canalizações, iluminação, balizas, tabelas de basquetebol, entre outras, procurando dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 Maio (alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de Abril).

Remodelação / Apetrechamento

Será pertinente a remodelação de alguns polidesportivos, pela pouca utilização, pelo seu desgaste, pela sua localização, etc. O apetrechamento de alguns também é recomendado, nomeadamente balneários e iluminação, em especial aqueles que têm uma certa procura.

Gestão de Instalações e Equipamentos Desportivos Municipais

Será mantido o protocolo com a Empresa Municipal Feira Viva, relativo à gestão dos Pavilhões Municipais da Lavandeira e Arrifana. Será dada prioridade à contínua melhoria do serviço prestado aos utentes e à modernização e segurança dos equipamentos afectos. **Pavilhão Municipal de Gião/lobão:** gestão da cedência de espaços; manutenção das estruturas e dos equipamentos desportivos. **Pavilhão Municipal de Lourosa:** gestão da cedência de espaços; manutenção das estruturas e dos equipamentos desportivos. **Polidesportivos Municipais:** gestão da cedência de

espaços; manutenção das estruturas e dos equipamentos desportivos; **outros equipamentos:** gestão e manutenção; parede de escalada; Tiro com Arco; Cordas (escalada, slide, pontes e rappel); insufláveis, entre outros.

Eixo III - Associativismo Desportivo

É sobejamente reconhecido o valor social do associativismo desportivo, facto que justifica a disponibilização de meios e formas de apoio que viabilizem o seu trabalho e premeiem o seu esforço. Os clubes e associações desportivas são parceiros sociais de indiscutível interesse público, que contribuirão para o objectivo de possibilitar a prática desportiva a todos os cidadãos, de uma forma contínua e com qualidade.

Plano de apoio ao associativismo concelhio – desporto

O PAAC – Desporto, programa de apoio ao associativismo desportivo, será mantido como forma importante de apoio municipal ao desenvolvimento do trabalho dos clubes.

Protocolos de Desenvolvimento de Modalidades Desportivas

Procurando a diversidade na oferta desportiva, nomeadamente nos escalões de formação, e considerando a dificuldade que algumas modalidades têm em se afirmar apesar dos esforços consideráveis dos seus dirigentes, propõe-se, através destes protocolos, disponibilizar meios e formas de apoio que viabilizem o seu trabalho e premeiem o seu esforço, mediante a celebração de contratos-programa que têm em vista os seguintes objectivos: enquadrar os apoios financeiros públicos na execução de planos concretos de promoção do desporto; permitir que os apoios financeiros sejam, em cada circunstância, os mais adequados ao programa de desenvolvimento desportivo em que se integram; fazer acompanhar a concessão dos apoios financeiros por uma avaliação completa dos custos de cada plano ou projecto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução; permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo; reforçar o sentido dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas; assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios financeiros são concedidos; permitir a avaliação do grau de cumprimento dos objectivos desportivos inscritos nos contratos-programa. Prevê-se a celebração de contrato-programa com as seguintes colectividades: GRIB - Basquetebol; CAF – Hóquei em Patins;



S.C.S.J.Ver - Ciclismo; C.D.C.S.P.Oleiros – Andebol; C.T.P.Brandão – Ténis; C.D.F – Natação; C. D. Fiães – Voleibol.

Plano de apoio ao Desporto Feminino

Considerando os baixos índices de prática desportiva feminina, quer a nível nacional quer a nível concelhio, propõe-se um plano que incentive, não só os elementos do sexo feminino a praticarem desporto (modalidades mais atractivas: natação, caminhadas, aeróbicas, fitness, dança) mas também os clubes e colectividades a abraçarem actividades/modalidades para o feminino.

Protocolos de Utilização de Espaços Desportivos

Serão disponibilizadas horas para treino às associações desportivas sem espaço desportivo próprio ou com manifesta falta de espaço face ao elevado número de atletas que dinamizam. Estas horas serão atribuídas em espaços desportivos próprios da autarquia e outras em espaços escolares protocolados para o efeito. **Espaços Desportivos Municipais:** Pavilhão Municipal de Gião/Lobão; Pavilhão Municipal de Lourosa; Pavilhão Municipal de Arrifana (gestão Feira Viva, cultura e desporto, E.M.); Pavilhão Municipal da Lavandeira (gestão Feira Viva, cultura e desporto, E.M.). **Espaços Desportivos não Municipais:** E.B. 2,3 Fernando Pessoa – Santa Maria da Feira Agrupamento de Escolas; Escola Secundária C/ 3º Ciclo EB de Santa Maria da Feira; Agrupamento Vertical de Escolas de Fiães; Agrupamento de Escolas de Lourosa; Junta de Freguesia de Sanfins.

Actividades Desportivas Organizadas pelas Associações e pela Câmara Municipal

Englobam-se aqui os apoios às organizações dos clubes e o acompanhamento técnico e logístico destas mesmas iniciativas pelo Gabinete de Desporto, bem como as actividades desenvolvidas pela Câmara que se destinam às associações desportivas.

Actividades Desportivas de Âmbito Concelhio

Promovidas pela Câmara Municipal: Torneio de Futebol de Santa Maria da Feira; Torneio de Futsal de Santa Maria da Feira. **Promovidas pelas associações e apoiadas pela Câmara Municipal:** Torneios de Futsal; Grande Prémio de Atletismo de Pigeiros; Mini-olimpíadas concelhias de Santa Maria da Feira, entre outras.



Actividades Desportivas de Âmbito Regional

Grande Prémio de Atletismo de Santa Maria de Lamas; Corrida do Castelo; Grande Prémio de Atletismo de Argoncilhe; Grande Prémio de Atletismo de Fornos; Grande Prémio de Atletismo de S. Paio de Oleiros; Grande Prémio de Atletismo do Vale; Grande Prémio de Atletismo de Lourosa; Grande Prémio de Atletismo de Mozelos; Encontros de Cicloturismo de Lourosa; Encontro de Cicloturismo de Pigeiros; Encontro de Cicloturismo de Rio Meão; Encontro de Cicloturismo de Paços Brandão; Campeonato Regional de BTT – Lourosa, entre outras.

Actividades Desportivas de Âmbito Nacional

Volta às Terras de Santa Maria – Troféu Fernando Mendes.

Actividades Desportivas de Âmbito Internacional

Torneio Internacional de Paços Brandão – Futebol de 7; Torneio internacional de Paços Brandão – Basquetebol.

BSC Program

Programa para monitorização da evolução de todo o Plano de Desenvolvimento Desportivo

ServiçosINOV

Com este projecto pretende-se oferecer aos atletas de formação um “centro de medicina” coerente com a prática desportiva, incluindo electrocardiograma, consulta médica e raio x torácico.

InovTIC

Explorar o portal divulgando online todas as actividades e informações desportivas da Câmara Municipal Santa Maria da Feira, e possibilitando a inscrição para actividades e outros eventos desportivos, também pela internet.

InovCom

Criação de uma base dos dados para onde poderá ser enviada informação das actividades/eventos desportivos, informação dos benefícios da actividade física, bem como uma newsletter a criar para o efeito.

Projectos de Parceria

Criação de parcerias, nomeadamente com as seguintes entidades: ISMAI, escolas, colectividades e associações, entre outras.

Juventude

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira vai continuar a apostar em políticas de juventude, desenvolvendo eventos de referência e apoiando o desenvolvimento das competências artísticas e actividades juvenis. Pelo exposto, podemos destacar diversas actividades e apoios, tais como: o Festival da Juventude, o Festival Rock VFR (evento de referência no surgimento de novas bandas concelhias e nacionais), a criação de uma sala de ensaios para bandas, o apoio à edição de cd's das bandas e grupos do concelho, o Festival de artes performativas (ensino secundário) e o apoio a outras actividades de iniciativa juvenil.

Rock.VFR

A realização da primeira edição do Rock.VFR, em Março de 2006, teve como mote, entre outros, os seguintes objectivos: o reforço da aposta do Município na divulgação e promoção musical, promover o aparecimento de jovens projectos feirenses, a par de uma oferta de projectos musicais de qualidade, ao que o público (em especial jovem) reagiu com lotações praticamente esgotadas e críticas extremamente positivas. Tendo estas metas sido novamente atingidas no ano agora em curso, é importante o reforço da aposta nesta iniciativa, pelo que a mesma se deve manter no mês de Março (o que constitui, desde já, uma referência).

Conferência Nacional/Internacional de Juventude

Propõe-se a realização de uma Conferência de nível nacional (ou até mesmo internacional), que aborde a temática "Juventude" em toda a sua transversalidade e os temas que afligem e caracterizam actualmente os jovens. Além de poder deixar algumas dicas em termos de políticas de juventude a implementar no futuro no concelho, esta iniciativa poderá servir de impulso para a realização de um estudo sobre a realidade da juventude feirense.



Semana das Casas da Juventude

Tendo por base as datas de aniversário de cada uma das Casas Municipais de Juventude (Souto – 24 Novembro, Lobão – 01 Dezembro, Arrifana – 02 Dezembro), e a dinamização de que estão a necessitar, sugere-se a criação de uma programação que abarque todas estas datas, com os mais diversos tipos de workshops, ateliers, concursos e iniciativas para os utentes (e não só) das CMJ.

pelouro
turismo, biblioteca e museus

Introdução

As prioridades estratégicas delineadas para o mandato 2009-2013, mais concretamente as previstas para as áreas do Turismo e Património Cultural, encontram-se bem patentes nos projectos e acções definidos para o ano de 2010.

Presente a necessidade de uma forte contenção financeira, privilegiando a racionalização dos recursos, em obediência aos princípios de economia, eficiência e eficácia, procuramos não só assegurar que os projectos/acções iniciados em exercícios económicos anteriores tenham a continuidade desejada, mas também **contemplar novos projectos/acções que reforcem Santa Maria da Feira como um concelho de referência.**

Considerando a organização dos serviços municipais da CMSMF, optamos por elencar os principais projectos e acções, de acordo com as missões e objectivos estratégicos de cada um dos serviços/equipamentos.

Turismo

A reorganização do mapa turístico nacional, desenhado no Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril, veio permitir a criação, no início de 2009, da "Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal" (ERTPN), à qual o Município de Santa Maria da Feira aderiu de imediato. Mais do que uma estrutura organizacional que abrange toda a Região Norte, esta nova entidade assume-se como uma estrutura funcional próxima dos agentes públicos e privados, orientada para os produtos estratégicos da região, desenvolvendo ofertas distintivas e qualificantes do destino que potenciem os recursos de cada município.

Os resultados apurados do ano turístico nacional acabaram por ser melhores do que o esperado, sendo que o mercado português foi dos que melhor resistiram a este contexto económico adverso.

Por destinos turísticos, a região Norte foi a que reagiu melhor à conjuntura económica negativa, apresentando um crescimento de 3,4 % na procura turística. No caso concreto de Santa Maria da Feira, registou-se um aumento no número de visitantes ao posto de turismo e a alguns dos principais equipamentos turísticos.

Neste contexto, o turismo assume-se como uma oportunidade de diversificação do tecido económico, capaz de gerar riqueza e emprego no concelho, e, Santa Maria da Feira afirma-se como um dos concelhos com maior potencial turístico da região Norte, destacando-se não só pela singularidade e riqueza do seu património, natural e edificado, mas ainda por oferecer equipamentos turísticos estratégicos para o turismo regional e nacional.

De entre os produtos turísticos considerados estratégicos para Portugal e para a Região Norte, Santa Maria da Feira destaca-se pelo:

- **“Touring Cultural e Paisagístico”** - com uma aposta clara no Turismo Cultural, assente na criatividade dos eventos que promove e nas experiências que proporciona, a Câmara Municipal tem investido na qualificação dos seus projectos, ao nível da diversificação da oferta de animação, formação dos recursos humanos e requalificação urbana, como factores de diferenciação e qualificação turística. Acresce a qualidade e singularidade do Museu Convento dos Lóios, um exemplo de requalificação e dinamização do património, do Museu do Papel, único no país, e do Centro de Ciência Visionarium.
- **Turismo de Saúde e Bem Estar** - com a requalificação e reconversão das Termas das Caldas de S. Jorge, Santa Maria da Feira reforçou a sua oferta turística com este equipamento de grande qualidade, que responde às necessidades do mercado, não só na componente de termalismo terapêutico, mas ainda na novo segmento de bem-estar. Único no Entre e Douro Vouga, é um dos principais equipamentos termais da região, quer pelas infra-estruturas, quer pelo número de termalistas que recebe.
- **Turismo de Negócios** – Pelas características do nosso tecido empresarial, uma parte considerável dos visitantes que pernoitam no concelho (com excepção das alturas de realização dos eventos) desloca-se com o objectivo de realização de negócios. A existência do Centro de Congressos Europarque, referência pela dimensão e qualidade do equipamento, reforça a nossa vocação estratégica neste segmento.

Neste momento de viragem do turismo nacional e regional, assumimos como prioridades estratégicas 2009-2013:

- Potenciar o nosso Território Turístico

A concretização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico para o concelho de Santa Maria da Feira permitirá:

- Conhecer o(s) perfil(s) dos nossos visitantes e actualizar o inventário dos recursos naturais e edificados - suporte principal do plano estratégico;
- Consolidar os produtos turísticos prioritários e potenciar produtos e equipamentos emergente;
- Analisar a oferta disponível e a criar ao nível do alojamento, animação e outras infra-estruturas de apoio;
- Definir as estratégias de investimento em sintonia com as políticas definidas no Plano Estratégico para o Turismo, a Agenda Regional de Turismo e o Plano Regional de Turismo.

- Valorizar e qualificar os nossos recursos

A publicação do inventário patrimonial do concelho e o desenvolvimento de um manual de boas práticas de intervenção no património edificado, serão duas ferramentas por excelência para a valorização destes recursos, que directa ou indirectamente contribuem para a qualificação da nossa oferta turística.

- Apostar no Conhecimento, Formação e Emprego qualificado

O apoio a eventos temáticos onde a actividade turística seja analisada, reflectida e discutida, nas suas diversas variantes, permitirá promover mais conhecimento sobre o sector e o seu impacto – real e potencial – no concelho.

Apostaremos no desenvolvimento de parcerias com a “Escola de Hotelaria e Turismo de Santa Maria da Feira, S.A.”, no sentido de uma maior abertura aos agentes locais, nomeadamente ao nível de workshops profissionalizantes, formação especializada, mini-estágios, entre outros, bem como acompanharemos, atentamente, a construção do novo edifício.

- Atrair investimento no sector do turismo

A diversificação do tecido económico concelhio impõe um olhar estratégico sobre este sector de actividade, decorrente das recomendações do Plano Estratégico, a consubstanciar num dossier as orientações políticas de investimento público, potenciadoras de investimento privado, que pretendemos qualificante, sustentado e capaz de gerar valor.

- Organizar a oferta turística

A concretização do Protocolo “Feira Vale+”, celebrado em Setembro de 2009, visa promover a visitação entre equipamentos turísticos, estimulando a circulação pelo concelho e o aumento da permanência do visitante. No âmbito deste Protocolo, procuraremos ainda desenvolver novas estratégias e iniciativas de expansão e promoção turística integradas, valorizando a oferta cultural e rentabilizando as estratégias de comunicação dos diferentes parceiros.

Tendo por base este protocolo, pretendemos promover, em parceria com a “Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A.”, o desenvolvimento de uma rede de recursos turísticos que agregue as restantes infra-estruturas concelhias de apoio.

Com o recurso às novas tecnologias de informação e multimédia, pretendemos diversificar a oferta da informação turística pela implementação de *postos turismo digitais*. Numa primeira fase, a disponibilização da informação turística em quiosques multimédia ocorrerá nos equipamentos Feira Vale+, podendo ser, numa segunda fase, alargada a outros equipamentos.

Caberá ao Gabinete de Turismo, a quem compete prestar um serviço de qualidade, hospitaleiro e profissional aos turistas e visitantes, contribuir para a satisfação da sua experiência turística e reforço da posição de Santa Maria da Feira, enquanto destino turístico, coordenando a gestão destes quiosques.

O desenvolvimento de acções de acolhimento aos turistas e visitantes; a organização, apoio logístico na presença em feiras - individualmente ou em parceria com a Porto e Norte, exposições e outros eventos organizados pela Autarquia ou promovidos por outras entidades públicas e particulares, sob o patrocínio ou com o apoio do município, onde destacamos, a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) 2010, integrado no stand do “Turismo do Porto e Norte de Portugal, Entidade Regional” consubstanciam algumas das actividades a desenvolver;

- Promover Santa Maria da Feira como Destino de referência

Por último, cumpre-nos garantir a promoção de Santa Maria da Feira no quadro regional, nacional e internacional, pelo reconhecimento e apoio aos nossos eventos, pela divulgação dos nossos equipamentos e pelo envolvimento do Município nas acções estratégicas de promoção das entidades regionais responsáveis pela Promoção Turística, interna e externa (em fase de certificação).

O desenvolvimento de acções de parceria com as entidades regionais, sempre que se revelem oportunas e no interesse do município, tendo em vista a projecção de Santa Maria da Feira e a liderança do município na oferta turístico-cultural de excelência.

Biblioteca e Arquivo

A alteração do contexto tecnológico, económico e social, a mudança do paradigma das bibliotecas públicas, o novo conceito de arquivo e a necessária implementação de um modelo de gestão orientado por princípios de eficácia, eficiência e qualidade não só constituíram, nos últimos anos, as linhas orientadoras da Divisão de Bibliotecas, Documentação e Arquivo, como determinaram uma profunda reflexão sobre o modelo de biblioteca existente e sobre as acções a desenvolver para responder às necessidades da nossa comunidade.

Com base nesta reflexão, foi elaborado um plano estratégico plurianual 2009-2011, plasmado no Plano de Actividades e Orçamento de 2009, focalizado no reajustamento e introdução de novos serviços e novos conteúdos e cuja materialização se iniciou em 2009 e deverá ter continuidade nos anos seguintes.

Considerando que o ano de 2009 foi o ano zero do Arquivo Municipal, com começo na elaboração do programa base de um sistema de informação, unívoco e coerente, ao serviço do produtor e da comunidade, consideramos que em 2010 se deve consubstanciar o referido estudo com a definição de uma política arquivística municipal e a elaboração do projecto deste equipamento.

Assim, para a Divisão de Bibliotecas, Documentação e Arquivo, propomos um conjunto de acções que atendem às necessidades da nossa comunidade e às missões dos dois equipamentos (Biblioteca e Arquivo).

A. Biblioteca

De forma a dar prossecução aos objectivos definidos no plano estratégico, consideramos que, no ano de 2010, deveremos concentrar-nos no desenvolvimento de acções, associadas às missões da biblioteca e que assentam nas seguintes premissas:

a. Disponibilizar conteúdos informativos

A biblioteca é, localmente, o equipamento que deve assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação. Dado que os jovens e adultos têm, a cada dia que passa, maiores necessidades de informação, cujo acesso é cada vez mais complexo e sofisticado (como é o exemplo da Internet), torna-se importante que os cidadãos tenham esse acesso facilitado e orientado através da assistência de um profissional de informação. Note-se que uma das missões da biblioteca é desenvolver a capacidade de educar e guiar as pessoas na avaliação e selecção de fontes de informação.

Assim visamos:

- Dar continuidade à actualização do fundo documental atendendo às necessidades dos seus utilizadores, à criação da sala juvenil e da área para bebés;
- Dar continuidade à valorização técnica do catálogo, instrumento essencial para o estabelecimento do interface entre os conteúdos informativos disponíveis, independentemente do local onde se encontram e do seu formato;
- Disponibilizar serviços de referência que suportem as necessidades educativas e de desenvolvimento individual;
- Criar a biblioteca digital com um repositório de conteúdos patrimoniais da biblioteca, associados à história local;
- Valorizar o conteúdo do blog com a participação externa de agentes associados às diferentes áreas do conhecimento humano; e
- Promover acções de formação que actualizem as competências dos técnicos na área da criação de bibliotecas digitais.

b. Descentralizar os serviços de leitura

Atenta a dimensão do concelho, a incapacidade de muitos cidadãos se deslocarem à biblioteca municipal e, conseqüentemente, a necessidade de se criarem serviços de proximidade pretendemos:

- Criar um serviço de leitura da biblioteca em Souto, em edifício disponibilizado pela Junta de Freguesia, associando-o aos serviços disponibilizados pela Casa da Juventude, já existente na



freguesia, de forma a disponibilizar um serviço integrado, que exponencie os recursos técnicos e humanos existentes; e

- Dar continuidade à descentralização das acções de promoção da leitura, a partir dos pólos da biblioteca municipal.

c. Promover a leitura

Considerando que, no contexto da actual sociedade do conhecimento, as pessoas que não lêem, regularmente, correm o risco de não terem os recursos intelectuais e emocionais para responder aos desafios que lhes são colocados na escola, no trabalho, na vida quotidiana e que ler, desde a primeira infância, é uma forma de desenvolver a capacidade de entender ideias complexas, importante no enriquecimento da vida de uma comunidade, visamos:

- Dar continuidade ao projecto “está na hora da leitura” – aproveitando as linhas orientadoras do Plano Nacional de Leitura, que introduziu, nos conteúdos curriculares, uma hora de leitura diária, com reforço deste projecto de itinerância, iniciado em 2007, alargando-o a outras escolas do 1º ciclo;
- Realizar, à semelhança do ano transacto, no âmbito deste projecto, o concurso de leitura, com a concorrência do patrocínio de uma empresa local;
- Implementar o projecto “nascido para ler”. Este projecto destina-se a pais (e/ou familiares), de bebés e crianças com idades compreendidas entre os 6 meses e os 3 anos, tendo como principal objectivo estabelecer uma relação de afecto, de prazer, de cumplicidade e de comunicação entre pais, filhos e livros, num espaço e num ambiente descontraído, onde estarão mais crianças e adultos que partilham a mesma experiência, ou seja, contactar com os livros e com a leitura antes da idade escolar.

O projecto deve envolver os profissionais de saúde, nomeadamente, os pediatras das Unidades de Saúde Familiar (USF) de Santa Maria da Feira, para que, nas consultas, seja distribuída informação sobre o projecto, sensibilizando os pais para a importância de partilhar livros com os bebés, como forma de promover o desenvolvimento psicomotor, cognitivo, linguístico e afectivo da criança;

- Participar nas acções promovidas, no âmbito do Plano Nacional da Leitura, pelas escolas à semelhança do “ a ler+” da Escola E.B.2.3 de Milheirós de Poiares;
- Promover acções de diferente tipologia, para público jovem, que promovam a leitura;
- Continuar a promover acções que se contextualizem nos grandes projectos promovidos pela Câmara Municipal, a saber: Festa das Fogaceiras, Imaginarius, Viagem Medieval e Terra dos Sonhos; e



- Promover acções de formação que actualizem as competências dos técnicos na área da promoção da leitura.

d. Desenvolver o Sistema de Informação (SI) e os serviços Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)

Considerando que a Internet revolucionou, completamente, a natureza das bibliotecas públicas e que a nossa biblioteca tem estado, a nível nacional, na vanguarda;

Considerando que, neste contexto, a biblioteca tem desenvolvido um Sistema de Informação que está, sobretudo, vocacionado para prestação de serviços, em rede, a diferentes utilizadores como os leitores da biblioteca, os pólos, a rede electrónica concelhia das bibliotecas escolares;

Considerando que urge disponibilizar não só conteúdos virtuais mas também digitais;

Considerando que, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, a desmaterialização dos processos deve ser feita de uma forma organizada;

Considerando que, de entre os utilizadores da biblioteca, os jovens são um grupo cujos interesses, nível de maturidade, necessidades e competências são completamente diversas das crianças e adultos, queremos:

- Optimizar e actualizar o SI através da aquisição de software aplicacional;
- Garantir a criação de novas funcionalidades nomeadamente a criação de uma Intranet;
- Expandir o SI de forma a disponibilizar conteúdos digitais, nomeadamente, a biblioteca digital;
- Adquirir, no âmbito dos serviços TIC, disponibilizados na sala juvenil, software de suporte para a realização de ateliers de multimédia;
- Habilitar o Especialista Informático para a criação da referida Intranet, através de formação em SharePoint Services; e
- Desenvolver competências nos técnicos que trabalham na sala juvenil, na área da produção de conteúdos multimédia.

e. Promover actividades de extensão cultural

Tendo em atenção que a biblioteca é um centro de cultura e para cultura, temos como propósito:

- Promover quatro exposições de artes plásticas de jovens artistas com formação, sobretudo de arte contemporânea;
- Dar continuidade à realização do Simpósio;
- Promover concertos com jovens músicos do concelho, no contexto da política municipal de apoio à formação musical;

- Promover, no âmbito da nova sala juvenil, oficinas multimédia para jovens;
- Promover actividades associadas às artes performativas, na área da educação estética de crianças e jovens;
- No âmbito da celebração do 10º aniversário da abertura da biblioteca, realizar o projecto 10 anos.10 dias@bmsmf.pt, a decorrer entre os dias 17 e 27 de Junho de 2010, que deverá ter conteúdos pluridisciplinares, para públicos diversos e decorrer nos diferentes espaços da biblioteca, traduzindo a actividade deste equipamento ao longo de 10 anos.

f. Apoiar a rede concelhia de bibliotecas escolares

Considerando que, no contexto da Rede Concelhia de Bibliotecas Escolares e decorrente do Protocolo assinado entre o Ministério da Educação - Rede de Bibliotecas Escolares e a Câmara Municipal, a biblioteca integra o Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares;

Considerando que, neste contexto, para além do apoio à criação de manutenção de Bibliotecas Escolares, o SABE gere a Rede Electrónica Concelhia de Bibliotecas Escolares que integra todas as Bibliotecas Escolares (BE), de todos os níveis de ensino, visamos:

- Produzir com as BE, recursos de informação adequados às necessidades da comunidade escolar;
- Promover acções de formação dos professores coordenadores das BE, no âmbito do tratamento documental, de forma a uniformizar a base de dados e a artilhar os recursos da Rede;
- Promover, no âmbito dos objectivos do Plano Nacional de Leitura, a realização de acções de formação na área do incentivo à leitura; e
- Promover intercâmbios e a rotatividade de recursos entre escolas e a biblioteca.

B. Arquivo Municipal

O Município de Santa Maria da Feira, tem vindo, ao longo dos anos, a gerir o seu arquivo pontual e sectorialmente, encontrando-se dividido por diversos espaços, com a decorrente dificuldade de acessibilidade e organização.

Assim, dada a importância da preservação da memória passada e futura e na perspectiva de que um arquivo é um excelente instrumento de gestão, urge criar um arquivo central do Município que reúna todas as funcionalidades e condições de manuseamento, conservação e manutenção da documentação produzida.

Com este objectivo, começou a ser elaborado, no ano de 2009, o programa base do Arquivo Municipal.

Neste contexto, propomo-nos:

- Após o término da elaboração do programa base, abrir um concurso para elaboração de um projecto do arquivo municipal;
- Definir uma política arquivística municipal, em colaboração com técnicos habilitados; e
- Iniciar, com base na política referida, o tratamento sistematizado e normalizado dos documentos arquivísticos já existentes.

Museus

Rede Municipal de Museus

A Rede Municipal de Museus é um projecto municipal que deve ser incrementado, em face das sinergias que daí resultam para actividade museológica do concelho, e que engloba, nesta fase, o Museu do Convento dos Lóios e o Museu do Papel, sem prejuízo do seu alargamento a outros equipamentos. A este nível, assumimos como essencial a:

- A criação de um projecto multimédia integrado, com produção de conteúdos tecnológicos dinâmicos de multimédia para divulgação, inseridos nas exposições permanentes e na website;
- Aquisição e restauro de objectos museológicos;
- A realização e a participação em seminários, feiras e outros eventos comuns aos museus da Rede, nomeadamente a Noite dos Museus e o Dia Internacional dos Museus;
- A realização de acções de promoção e divulgação, designadamente através da edição de prospectos de divulgação de oficinas pedagógicas, da Viagem Medieval, das exposições temporárias e de telas publicitárias dos museus;
- Actualização e manutenção de software, em especial o software de gestão de colecções (in arte plus) e o software de bilhética, relativo à gestão de bilheteira e loja;
- Reforço do Centro Documental, mediante a aquisição de livros da especialidade; e
- A participação em acções de formação de funcionários adstritos aos museus do município, associadas às necessidades de cada função.

Museu Convento dos Lóios

Sendo o Museu Convento dos Lóios um espaço de conteúdo municipal e pólo central da Rede Municipal de Museus, devem ser asseguradas as condições necessárias à prossecução deste projecto museológico, dotando-o não só de meios físicos e financeiros importantes para o cumprimento da sua missão e objectivos, mas também assegurando a sua permanente actualização, no que se refere a novas funções e práticas museísticas.

Em anos transactos, realizaram-se grandes despesas de investimento distribuídas pela obra de recuperação arquitectónica do edifício Convento dos Lóios, adaptando-o a novas funcionalidades associadas às mais recentes práticas museológicas, e pela execução da exposição permanente, um outro investimento de grande importância, mas com menores custos financeiros. Estes investimentos foram comparticipados pelo Programa Operacional da Cultura,.

No entanto, o seu projecto geral museológico ainda não foi cumprido, uma vez que ainda faltam as áreas de serviços técnicos, reservas, área de acolhimento, entre outras e respectivo mobiliário, que ficou programada para uma segunda fase B (candidatura submetida ao ON2), assim como o arranjo do claustro e valorização das exposições permanentes com componentes multimédia, projectos que nos propomos realizar no ano de 2010.

Relativamente às exposições, importa atentar não só às que revestem carácter de permanência, mas também às temporárias, em prol do dinamismo que pretendemos dar à actividade do Museu.

Quantos às primeiras, as exposições permanentes, e tendo em conta a sua valorização e manutenção, é necessário reparar e conservar as vitrinas, bem assim alterar a iluminação dos painéis explicativos.

Quanto às exposições temporárias (exposições itinerantes e exposições de produção própria), para além da habitual aquisição de materiais e de serviços essenciais à sua realização, temos também o serviço de comissariado, monitores, transportes, valores de empréstimo e seguros a considerar.

As oficinas pedagógicas, pelo seu carácter educativo e lúdico, constituem actividades que o concelho deve promover, em prol do desenvolvimento das capacidades e competências da população mais jovem. Assim, a aquisição de bens (matérias-primas, recursos materiais e bens consumíveis), a aquisição de serviços (animadores, artesãos, criadores) e a formação especializada dos colaboradores do Museu, no sentido de os dotar das valências adequadas à realização das oficinas, constituem despesas necessárias.

A participação noutros projectos pedagógicos integrados em eventos culturais concelhios, como a Viagem Medieval e a Terra dos Sonhos, são, igualmente, indispensáveis, até pela estratégica localização do Museu, o que justifica a aquisição de bens e serviços (monitores e/ou animadores) para o efeito.

Em sede de divulgação e promoção do Museu Convento dos Lóios, é prioritário apostar na criação e produção do seu website, investir na aquisição de produtos para loja, produzir prospectos, brochuras ou outro tipo de material promocional, editar a monografia de Romariz (produção gráfica) e promover cerimónias de inauguração.

Na área da arqueologia, consideramos fulcral atentar aos sítios arqueológicos, mediante a concretização de estudos preliminares que poderão ter como resultado a realização de prospecções ou até mesmo escavações arqueológicas, designadamente em Romariz, Fiães, imediações do Castelo da Feira ou outro local, desde que cientificamente justificável.

Museu do Papel

Terminada a execução da segunda fase do programa museológico (traçado no início do projecto do Museu do Papel), que integrou a recuperação e adaptação a uma nova funcionalidade da antiga Fábrica dos Azevedos e a criação de novas acessibilidades, é agora possível planificar, dum modo sequenciado e plurianual, a concretização da terceira fase do programa museológico do Museu do Papel.

Esta terceira e última fase contempla duas estratégias de intervenção distintas e complementares:

- O desenvolvimento de novos conteúdos expositivos, valorizando a exposição permanente dedicada ao fabrico do papel e concepção/produção de novos núcleos expositivos sobre a História do Papel em Portugal; e
- O tratamento da envolvente do Museu do Papel.

O desenvolvimento de novos conteúdos expositivos, durante o ano de 2010, é decorrente da necessidade de consolidação de um projecto, que se tem vindo a afirmar a nível nacional, impondo-se por isso um enriquecimento da exposição permanente, dando-lhe um âmbito mais abrangente, em consonância com o facto de este ser o primeiro e único museu dedicado ao Papel, em Portugal.

À semelhança dos anos anteriores, o Museu do Papel estará disponível para colaborar com projectos de carácter educativo e cultural apresentados por associações ou instituições da comunidade, nomeadamente exposições temporárias, desde que enquadradas na identidade do Museu do Papel.

Em 2010, para além das visitas orientadas para o público em geral, serão desenvolvidos e implementados novos projectos culturais e educativos, através de oficinas temáticas, de oficinas específicas para o público sénior e público escolar (pré-escolar, 1. e 2. ciclos) e de diferentes acções destinadas a públicos com especificidades próprias. A “Política dos 4R” (reciclar, reduzir, reutilizar e recuperar) constituirá o conceito transversal à concepção de todos os projectos culturais e educativos a dinamizar pelo Museu do Papel.

ORÇAMENTO PARA 2010

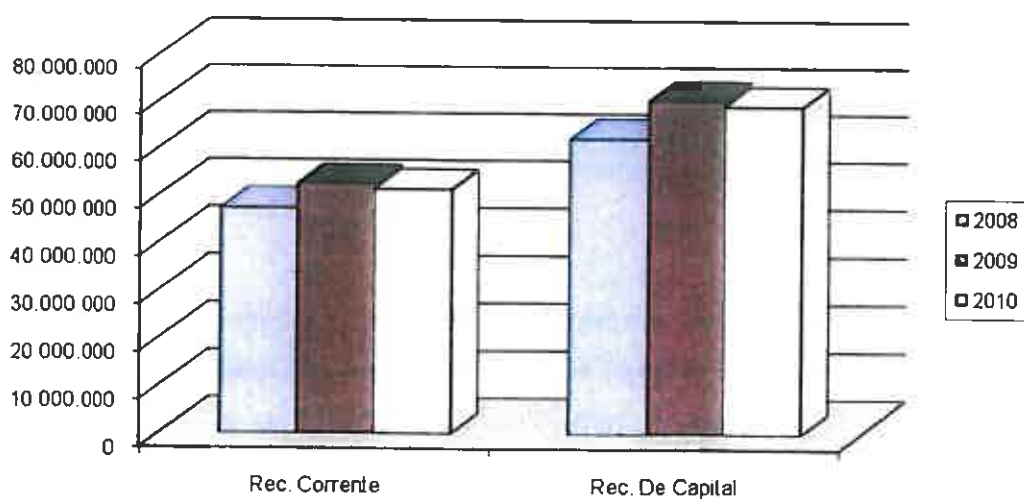
O orçamento para 2010 atinge tanto na receita como na despesa o montante de 120.328.916,00 €.

Os quadros seguintes traduzem a estrutura do orçamento e permitem comparar as previsões com as dos anos anteriores.

Orçamento da Receita

	Valores em euros		
	2008	2009	2010
Rec. Corrente	47.122.286	52.259.217	51.217.948
Rec. De Capital	62.099.888	70.308.167	69.078.988
Outras Receitas	0	29.400	31.980
Soma	109.224.182	122.596.784	120.328.916

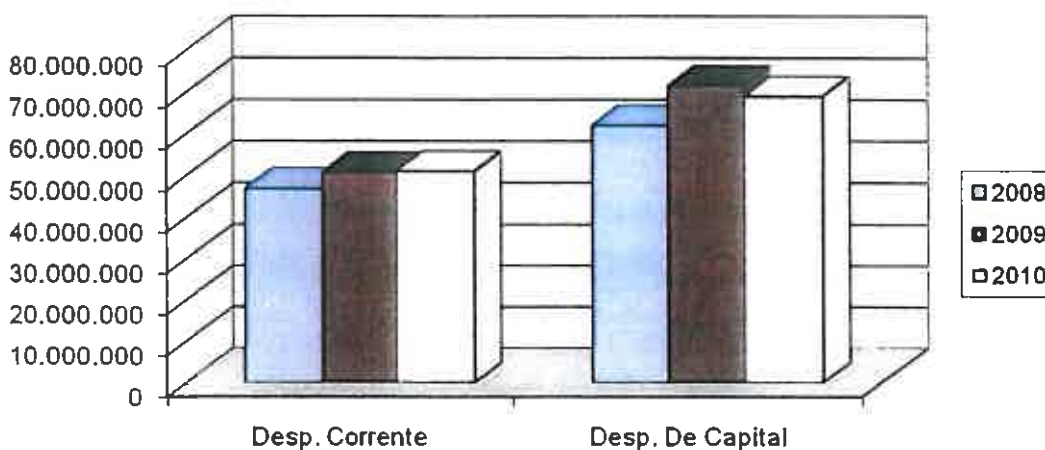
Gráfico 1 - Análise do Orçamento da Receita



Orçamento da Despesa

Valores em euros			
	2008	2009	2010
Desp. Corrente	47.060.303	50.887.616	51.157.000
Desp. De Capital	62.161.871	71.709.168	69.171.916
Soma	109.222.174	122.596.784	120.328.916

Gráfico 2 - Análise do Orçamento da Despesa



A análise do mapa previsional da receita e da despesa, permite concluir desde logo uma variação negativa do orçamento previsto para 2010, relativamente ao ano anterior.

Em termos relativos verifica-se que a receita corrente representa 42,6%, enquanto a receita de capital representa 57,4% da receita total. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 42,5%; em contrapartida, a despesa de capital ascende a 57,5% da despesa total.

Em termos de receita destaca-se a dependência do orçamento das receitas fiscais, que totalizam 27 milhões de euros e contribuem em 52,8% para a receita corrente.

No que se refere à despesa destaca-se o peso da aquisição de bens de capital (44,5%), da aquisição de bens e serviços (20,3%) e dos encargos com o Pessoal (14,8%) que representam em conjunto, 79,6% do total da despesa.

Para analisar a distribuição da despesa e da receita pelas diferentes orgânicas que compõem o orçamento é apresentado o Mapa I, que permite conhecer quais os sectores que são objecto de maior investimento, mas também o seu comportamento face ao orçamento apresentado no ano anterior.

O Mapa I reflecte a variação da despesa corrente e de capital por classificação orgânica e demonstra um aumento de apenas 0,53% da dotação previsional afecta às despesas correntes, consequência da adopção de uma política de controlo e rigor orçamental.

Relativamente à despesa imputada à orgânica 01.02 Câmara Municipal verifica-se um aumento de cerca de 26,4% face ao ano anterior, este facto deve-se às transferências a efectuar para a Empresa Municipal Feira Viva, que no ano anterior estavam previstas nas orgânicas 09 - Div. Acc. Cult e Turismo e 10 – Div. Juventude e Desporto, facto este que justifica o decréscimo da despesa afecto a estas orgânicas, nomeadamente, 52,3% e -9,4% respectivamente.

De salientar que o decréscimo verificado nas despesas de capital imputadas à Div. Acc. Cul. E Turismo (-56%) se deve à conclusão em 2009 do investimento previsto para a Rede de Museus de Santa Maria da Feira.

O aumento da despesa de capital afecta a 01.03 Op. Financeiras deve-se ao facto de estar a ser considerado o empréstimo de curto prazo no montante de 4 milhões de euros, e que apesar do mesmo ter sido contratualizado também em 2009 não estava evidenciado aquando da aprovação do orçamento.

Comparativamente com o ano anterior, verifica-se uma diminuição da despesa corrente (- 50,47%) no que diz respeito a Op. Financeiras.

Verifica-se ainda, que cerca de 44,6% do valor total orçado em despesas de capital é indexado ao Departamento de Ambiente e Obras Municipais, em consonância com uma política de investimento nesta área iniciada em 2007. Assim, e apesar de se verificar uma variação negativa de 26,5% face ao ano anterior, pelo facto de grande parte do investimento em saneamento ter sido executado em 2008/2009, o peso do departamento representa 36% do valor previsto para o total da despesa (cerca de 43,3 Milhões de euros).

A despesa de capital indexada à Educação sofreu um aumento de cerca de 91,05% face ao ano anterior, o que demonstra a clara preocupação na renovação e construção/ampliação do parque escolar disponível no concelho, por forma a dotar a população em idade escolar de centros integrados de ensino, com várias polivalências, procurando-se desta forma, continuar a contribuir para o desenvolvimento global de todas as crianças, elevando os seus níveis de qualificação e consequentemente aumentando a sua capacidade de integração na sociedade e nas comunidades locais.

Verificamos ainda, uma diminuição da despesa de capital em várias orgânicas, nomeadamente, no Dep. Urbanismo e Planeamento que se prende com o facto de estar já na fase final ou mesmo concluído o grande investimento efectuado na área de modernização e adopção de novas tecnologias.

De referir que o aumento da despesa total, face ao ano anterior, indexada à divisão social, está de acordo com o objectivo do executivo, ou seja, maior intervenção directa aos mais carenciados, através de diversos projectos de Acção Social, mas também os investimentos, de forma indirecta, concedidos através de apoios a Instituições de Solidariedade Social.

A despesa total é distribuída por funções e sub-funções de acordo com o classificador funcional do POCAL e releva o esforço financeiro desenvolvido por cada uma destas funções, de acordo com os objectivos finais desta autarquia.

O mapa a seguir discriminado permite a análise do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades Municipal por funções.

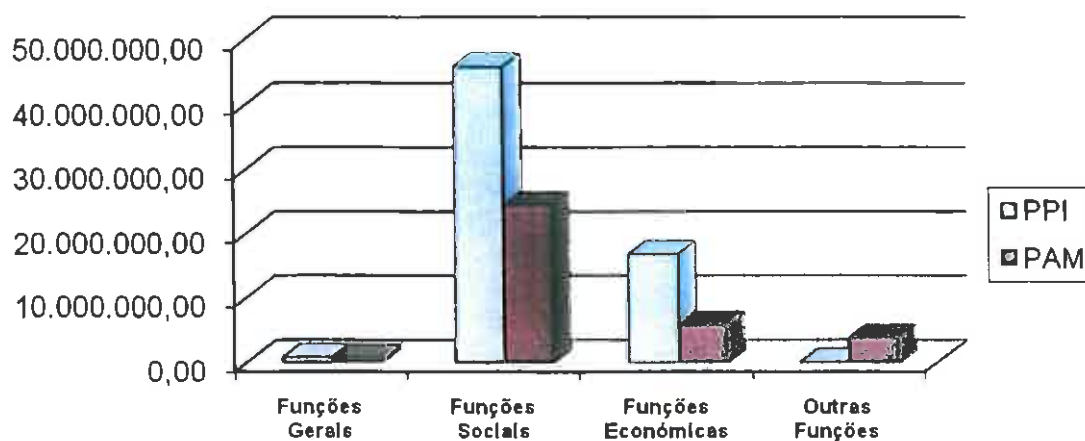
Mapa II - Análise Previsional do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades Municipais

Objectivo / Descrição	2010		TOTAL
	PPI	PAM	
1. Funções Gerais	748.755,71	752.458,64	1.501.214,35
1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	738.155,71	251.200,64	989.356,35
1.2. Segurança e Ordem Públicas	10.600,00	501.258,00	511.858,00
2. Funções Sociais	45.943.470,69	23.495.099,74	69.438.570,43
2.1. Educação	16.374.010,44	9.738.413,37	26.112.423,81
2.2. Saúde	261.000,00	3.000,00	264.000,00
2.3. Segurança e Acção Sociais	281.172,35	1.527.747,18	1.808.919,53
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	24.974.561,76	8.602.482,14	33.577.043,90
2.5. Serviços culturais, recreativos e religiosos	4.052.726,14	3.623.457,05	7.676.183,19
3. Funções Económicas	16.863.023,11	5.244.124,53	22.107.147,64
3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	8.279,46	8.279,46
3.2. Indústria e Energia	8.736.714,50	1.200.000,00	9.936.714,50
3.3. Transportes e comunicação	8.020.259,18	735.280,05	8.755.539,23
3.4. Comércio e Turismo	34.319,36	156.675,92	190.995,28
3.5. Outras Funções Económicas	71.730,07	3.143.889,10	3.215.619,17
4. Outras Funções	23.134,69	4.882.843,71	4.905.978,40
TOTAL	63.578.384,20	34.374.526,62	97.952.910,82

A função social, à semelhança dos orçamentos anteriores, surge como primeira prioridade do executivo, com 57,7% do orçamento global e 69,4 milhões de euros. Dos 33,8 Milhões de euros destinados à sub-função Habitação e Serviços Colectivos destacam-se o saneamento, os resíduos sólidos e a protecção do meio ambiente. A sub-função Educação absorve cerca de 26,1 Milhões de euros, resultado de uma aposta clara na melhoria das condições de ensino e no próprio ensino.

Destaca-se ainda, nas funções económicas, as sub-funções: Indústria e Energia e Transportes e comunicações. Na primeira é relevante a dinamização industrial, nomeadamente, o PEC e o PERM; na outra, o investimento na rede viária.

Gráfico 3 - Análise do Investimento / Actividades Municipais por funções



A Câmara Municipal, como sempre, confia e espera que a Assembleia Municipal aprovará as Grandes Opções, o PPI, o PAM e o Orçamento para 2010, que submetemos à sua apreciação.

Santa Maria da Feira, Março de 2010

O PRESIDENTE DA CÂMARA
(ALFREDO OLIVEIRA HENRIQUES)

2010
plano e orçamento